Abrir portas onde se erguem muros

Director: David Pontes **Terça-feira, 10 de Setembro de 2024** • Ano XXXV • n.º 12.549 • Diário • Ed. Porto • Assinaturas 808 200 095 • **1,50€**



Eleições EUA

O debate que Harris tem de ganhar e Trump não pode perder

Destaque, 2/3



1939-2024

Morreu Graça Lobo, a actriz que tinha "a mania da liberdade"

Cultura, 32

Polémica

Kusama em Serralves: exposição grátis, mas só para alguns

Cultura, 30/31

Mais de 20 mil professores por colocar a dois dias do arranque do ano lectivo

Aposentações e baixas médicas fazem aumentar contingente de professores sem escola atribuída. Apoio a docentes deslocados aumenta para até 450 euros. Governo aprova amanhã novas medidas **Sociedade, 16/17**

RUI GAUDÊNCIO

Vale de Judeus

PSP soube da fuga três horas após esta ocorrer e PJ cinco horas depois

Destaque, 4 a 7

União Europeia

Draghi propõe plano de choque para enfrentar EUA e China

Ex-presidente do BCE quer UE a investir mais 800 mil milhões para salvar competitividade europeia **Economia, 26/27 e Editorial**

OE 2025

Negociações recomeçam com PS a exigir dados em falta

Governo recebe hoje partidos ainda longe de consensos no Orçamento para 2025 Política, 12/13

Poupança

Banca já ganha com limites aos certificados de aforro

Remuneração dos depósitos bancários e certificados de aforro aproxima-se, mas limites à subscrição favorecem bancos **Economia, 25**

ISSN-0872-1556

No tira-teimas em Filadélfia, Harris tem de ganhar e Trump não pode perder



Trump e Harris enfrentam-se em Filadélfia, berço da Constituição norte-americana

Ganhos de Kamala Harris nas sondagens parecem ter atingido um limite máximo. Prestação no debate televisivo desta noite pode ajudar a reacender a chama e a definir os últimos dois meses de campanha

Alexandre Martins

Depois de sete semanas a navegar numa onda de entusiasmo do Partido Democrata, que se seguiu ao naufrágio da recandidatura de Joe Biden à próxima eleição presidencial nos Estados Unidos, Kamala Harris tem o seu primeiro grande teste frente a Donald Trump na noite de hoje (hora local, madrugada de amanhã em Portugal).

Num debate televisivo que poucos acreditam vir a ser uma repetição – para qualquer um dos dois candidatos – do desastre que foi para Biden o primeiro debate presidencial deste ano, a 27 de Junho, Harris chega a um dos momentos mais importantes da campanha, a menos de dois meses da eleição, a precisar de uma boa prestação para consolidar os ganhos nas sondagens e manter tudo em aberto a 5 de Novembro.

No lado oposto ao de Harris no palco do debate, em Filadélfia – berço da Constituição norte-americana e primeira capital dos EUA –, vai estar uma figura central na política do país na última década, cujo eleitorado não só parece ter-se fixado nuns competitivos 46% (46,1% em 2016 e 46,8% em 2020), como tem demonstrado uma lealdade à prova de qualquer percalço – ainda mais agora, afastada que está a hipótese de Trump conhecer a sua sentença no processo em Manhattan antes da eleição.

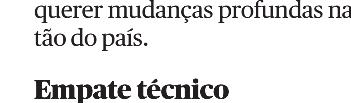
Estagnação nas sondagens

Harris chega a Filadélfia numa fase da campanha que pode ser decisiva para a sua candidatura. No domingo, uma sondagem do jornal *New York Times* pôs Trump de volta à liderança da corrida, o que acontece pela primeira vez no último mês. É uma vantagem muito ligeira (48%-47%) e a nível nacional – numa eleição em que o que mais importa é a votação numa mão cheia de estados –, mas que pode profetizar o fim dos ganhos de Harris em relação a Trump após a desistência de Biden, pelo que uma boa prestação no debate poderá servir para que a candidata do Partido Democrata saia da estagnação implícita na sondagem de domingo.

"Não há forma de saber se esta sondagem é demasiadamente favorável a Trump", alerta o jornalista norte-americano Nate Cohn, do *New York Times*, numa *newsletter* dedicada à análise de sondagens da campanha eleitoral, The Tilt. "No entanto, a sondagem indica que Trump tem algumas vantagens significativas nesta eleição", afirma Cohn.

Entre essas vantagens, segundo o jornalista, destaca-se o facto de o ex-Presidente dos EUA ser visto, na sondagem publicada no domingo, como um candidato mais ao centro do que a sua adversária do Partido Democrata. Segundo o inquérito do jornal, feito em conjunto com a Universidade Siena, 47% dos inquiridos (eleitores que estão decididos a votar em Novembro, um grupo com mais peso do que os eleitores registados) dizem que Harris é "demasiadamente liberal" e 32% dizem que Trump é "demasiadamente conservador".

Além disso, Trump recuperou dos mínimos de popularidade (34%) que registou em Janeiro de 2021, após a invasão do Capitólio, e tem hoje a aprovação de 46% do eleitorado; e é visto como "o candidato da mudança" por 61%, contra 40% que dizem o mesmo de Harris – isto numa altura em que 61% dos inquiridos dizem querer mudanças profundas na gestão do país.



Harris tem de abrir as portas àquilo que mais assusta os responsáveis pela campanha de Trump: tem de deixar Trump ser Trump

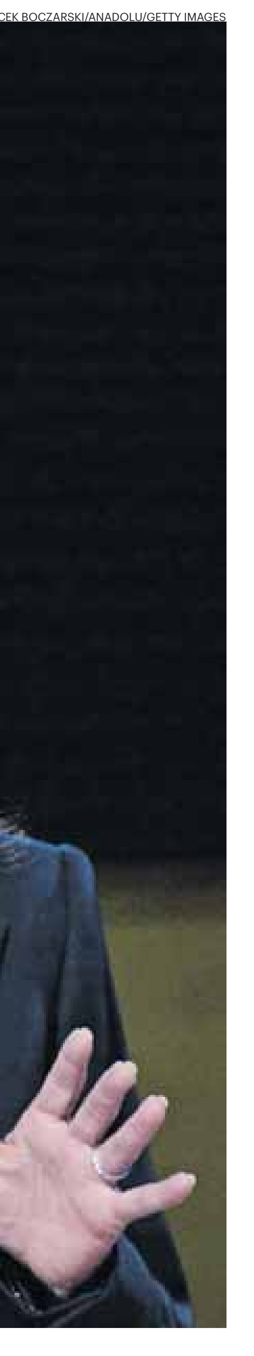
James Carville
Director da campanha eleitoral de Bill Clinton em 1992

Empate técnico

Numa época da política dos EUA em que um candidato dificilmente consegue alargar a sua base de apoio a uma fatia do partido oposto – ao contrário do que aconteceu, por exemplo, em 1984, quando 26% dos eleitores do Partido Democrata votaram no republicano Ronald Reagan –, Harris precisa de continuar a expandir o seu eleitorado nos próximos dois meses, depois de ter conseguido anular as desvantagens de Biden para Trump em finais de Julho, tanto a nível nacional, como nos sete estados que vão ser decisivos.

Segundo a média das sondagens em cada um desses estados (Arizona, Carolina do Norte, Georgia, Michigan, Nevada, Pensilvânia e Wisconsin), agregada pelo *Washington Post*, a candidata democrata ganhou entre 3,5 pontos (no Wisconsin) e cinco pontos (no Nevada) em relação a Trump des-

CEK BOCZARSKI/ANADOLU/GETTY IMAGES



TIERNEY L. CROSS/GETTY IMAGES



de a desistência de Biden. Apesar disso, a média das sondagens, à entrada para o debate, mostra um empate num dos sete estados e uma liderança de Trump em outros três.

Há poucas dúvidas de que a eleição de Novembro vai ser, em grande medida, uma repetição do que aconteceu em 2016, quando Trump foi eleito Presidente depois de ter recebido mais 78 mil votos do que Hillary Clinton num conjunto de três estados (Michigan, Pensilvânia e Wisconsin, num total combinado de mais 13 milhões de votos registados); e em 2020, ano em que Biden foi eleito ao vencer nos mesmos três estados por uma diferença de 255 mil votos. Em 2016, por exemplo, Trump recebeu menos 2,8 milhões de votos do que Clinton em todo o país, mas as suas vitórias naqueles três estados valeram-lhe a eleição e uma vitória por 306-232 no Colégio Eleitoral – o somatório dos triunfos em cada um dos 50 estados do país, mais a capital dos EUA, Washington D.C., cujo número de votos na eleição presidencial varia de acordo com o número de habitantes de cada um desses territórios.

Em qualquer situação, trata-se de diferenças muito curtas, que podem ser facilmente revertidas, para um e para outro lado. Mais do que fornecer qualquer pista sobre quem vai ser o próximo Presidente dos EUA, as sondagens das últimas semanas têm-nos dito que Harris está hoje numa posição muito melhor para vencer a eleição, do que Biden alguma vez esteve depois do debate de 27 de Junho – e que Trump mantém intactas as suas hipóteses de triunfar no Colégio Eleitoral, mesmo que tenha menos votos do que Harris a nível nacional.

"Deixar Trump ser Trump"

É por isso que o debate desta noite pode ser mais importante para Harris do que para Trump, como defende o jornalista Aaron Blake, do *Washington Post*. "Com Trump, já sabemos mais ou menos com o que podemos contar. Com Harris, a atenção vai estar na forma como ela irá conseguir gerir o contraste com Trump, e se conseguirá estar à altura da imagem cada vez mais positiva que os americanos têm dela", diz Blake na sua *newsletter* de campanha, Campaign Moment.

Para isso, a candidata do Partido Democrata terá de manter a cabeça fria durante o debate, em face de eventuais ataques pessoais de Trump, ao mesmo tempo que tentará "ajudá-lo a prejudicar-se a si próprio", segundo James Carville, director da campanha eleitoral de Bill Clinton em 1992.

Num artigo de opinião publicado no *New York Times*, Carville defende que o facto de Trump ser uma das personalidades mais conhecidas na vida política dos EUA pode funcionar a favor de Harris.

"Harris tem de abrir as portas àquilo que mais assusta os responsáveis pela campanha de Trump: tem de deixar Trump ser Trump", diz o veterano consultor político, ligado ao Partido Democrata. "Deve permitir que ele fale por cima dela, deve incitá-lo a enunciar as mais loucas teorias da conspiração, deve usar o seu sentido de humor para o irritar e deve ostentar os ataques pessoais como se fossem medalhas. E, sempre que isso acontecer, deve responder sempre da mesma forma: 'É sempre a mesma conversa. Eu estou concentrada em olhar para o futuro.'"

Nas eleições de 1956

Tradição dos debates nos EUA começou com duas mulheres

Alexandre Martins

Uma sugestão para brilhar no Quem Quer Ser Milionário: se a pergunta for "Quem representou o Partido Democrata e o Partido Republicano pela primeira vez num debate televisivo nos EUA?", respire fundo e não responda o óbvio.

Richard Nixon e John F. Kennedy foram os primeiros candidatos à Casa Branca a discutir as suas propostas de campanha na televisão, em 1960, mas a primeira vez que os dois partidos se fizeram representar num debate televisivo aconteceu em 1956.

Nesse ano, o candidato do Partido Democrata, Adlai Stevenson II, desafiou o seu principal adversário, o republicano Dwight Eisenhower, para um debate de ideias na televisão, com uma particularidade que nunca mais seria repetida: em vez dos próprios candidatos, os partidos seriam representados por duas mulheres. Aceite o desafio, o Partido Democrata indicou Eleanor Roosevelt, viúva de Franklin D. Roosevelt, o Presidente que tinha liderado os EUA durante quase toda a II Guerra Mundial, e uma das principais promotoras da Declaração Universal dos Direitos Humanos; e o Partido Republicano escolheu Margaret Chase Smith, uma senadora que se notabilizara pela sua oposição às perseguições movidas pelo McCarthismo, e que seria, em 1964, a primeira mulher a candidatar-se à nomeação para Presidente por um dos dois maiores partidos do país.

Como é habitual nos modernos debates televisivos entre os candidatos à Casa Branca, Kamala Harris e Donald Trump vão poder usar os dois minutos finais do debate desta noite, em Filadélfia, para apresentarem os seus argumentos directamente aos telespectadores – uma ideia introduzida em 1956 por Margaret Chase Smith, que duvidava das suas capacidades para um debate daquela importância contra Eleanor Roosevelt, mas que confiava nos seus argumentos para apelar ao voto em Eisenhower.

"O debate teve uma grande repercussão", disse Allida M. Black, uma investigadora norte-americana que se dedica ao estudo da vida e obra de Eleanor Roosevelt, ao *site* da revista *Time*. "Na era dos algoritmos das redes sociais, é difícil perceber o impacto e a importância daquele debate. Na altura, a televisão era uma novidade para os políticos."

Apresentadas aos telespectadores como "duas senhoras encantadoras", Roosevelt e Chase Smith foram as primeiras mulheres a surgirem no programa *Face the Nation*, da estação CBS, a 4 de Novembro de 1956 (ao fim de dois anos de transmissões), e protagonizaram um debate dominado por questões de política externa.

Durante o debate, a senadora republicana adoptou uma postura serena e quase submissa em relação a Roosevelt, que acabou por falar o dobro do tempo da sua opositora – uma táctica que mudou de forma surpreendente e abrupta nos dois minutos reservados para os argumentos finais, com Chase Smith a atacar o candidato democrata com tal veemência, que Rossevelt se recusou a cumprimentá-la após o debate.

"Em termos históricos, é significativo que duas mulheres extraordinariamente influentes tenham assumido protagonismo na política nacional duas décadas antes de a maioria dos americanos ter começado a falar sobre o impacto do feminismo", disse à *Time* Julian Zelizer, professor de História na Universidade de Princeton, em Nova Jérsia. "É um bom exemplo para sublinhar a grande influência que as mulheres tiveram na política [dos EUA] ao longo do século XX."



Eleanor Roosevelt e Margaret Chase Smith no debate televisivo antes das eleições de 1956

Quatro anos depois do debate entre as duas mulheres, Kennedy e Nixon deram início ao formato que sobreviveu até hoje, mas que teve um longo interregno, entre 1960 e 1976, quando foi recuperado pelo republicano Gerald Ford e pelo democrata Jimmy Carter. E se a convicção generalizada de que Kennedy venceu o debate na televisão e perdeu na rádio é contestada na academia e parece não ter sustentação factual, não há dúvidas sobre o impacto do debate entre Eleanor Roosevelt e Margaret Chase Smith nos resultados de Adlai Stevenson e de Dwight Eisenhower na eleição presidencial de 1956. Dois dias depois do debate, a 6 de Novembro de 1956, o então Presidente dos EUA voltou a esmagar o seu adversário – tal como já tinha acontecido em 1952 – e venceu em 41 dos 48 estados que existiam no país nessa altura.

PSP soube de fuga da prisão quase três horas após esta ocorrer e PJ cinco horas depois

Presidente da associação de directores de cadeias critica desinvestimento do Estado e revela que chegam a transportar reclusos em viaturas com um milhão de quilómetros



O director dos serviços prisionais veio ontem corrigir alguma da informação prestada no domingo

Mariana Oliveira e Sónia Trigueirão

Os serviços prisionais comunicaram à Polícia de Segurança Pública (PSP) a fuga de cinco reclusos da prisão de Vale de Judeus, em Alcoentre, apenas às 12h52 do passado sábado, ou seja, quase três horas após a evasão ter começado, o que ficou registado nas imagens de videovigilância da cadeia às 9h56. Também a Polícia Judiciária teve conhecimento da fuga cerca de cinco horas depois de esta ocorrer, por volta das 15h.

A GNR de Aveiras de Cima terá sido a primeira força a ser avisada, já que é a polícia territorialmente competente na área da cadeia de Vale de Judeus. No entanto, a GNR recusa-se a divulgar as horas a que recebeu a comunicação dos serviços prisionais.

"Cumpre informar que as informações que solicita fazem parte da investigação e do inquérito e que nesta fase não será prestada qualquer informação adicional àquela que foi dada na conferência de imprensa", respondeu a porta-voz daquela força, major Mafalda Almeida.

Posição diferente teve a PSP, que, através da sua porta-voz, Melissa Cabral, deu conta que o centro de comando e controlo estratégico recebeu a informação às 12h52. Já a PJ remeteu para as declarações do director nacional na conferência de imprensa realizadas às 11h deste domingo. Nessa altura, Luís Neves precisava algumas conclusões das 20 horas que a investigação já levava então, o que significava que a Judiciária estava a investigar a fuga desde as 15h.

Na mesma conferência de imprensa, o director-geral dos serviços prisionais, Rui Abrunhosa, detalhou que o início da fuga ficou registado nas câmaras de videovigilância às 9h56. Logo de seguida, completou: "A fuga só foi oficialmente comunicada aos órgãos de polícia criminal cerca de 40 minutos depois, após nos termos apercebido que tinha havido uma evasão."

Ajuda de dentro

Contactado ontem pelo PÚBLICO, o director-geral dos serviços prisionais admitiu que a informação que transmitiu não estava correcta. "A incorrecção está relacionada com a passagem da informação no interior do estabelecimento prisional e deste para fora", referiu Rui Abrunhosa, sem adiantar mais detalhes.

Não fica claro quem era o responsável máximo da cadeia no momento da fuga. O director do estabelecimento prisional aposentou-se em Julho passado, tendo ficado uma directora adjunta (foram nomeados três em Fevereiro de 2023) a substituí-lo, como já acontecia nas ausências ou férias do primeiro.

Tanto a Polícia Judiciária como a inspecção dos serviços prisionais admitem que os cinco reclusos podem ter tido ajuda de profissionais que trabalham na cadeia, sendo essa uma das matérias que está a ser analisada.

O director da PJ já tinha chamado a atenção no domingo que esta fuga estava associada ao "crime organizado, com capacidade financeira", que foi "pensada ao mais ínfimo detalhe" e envolveu "gente muito bem preparada".

Segundo o PÚBLICO apurou, o sistema de vigilância do Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus apresenta falhas com várias câmaras avariadas e a falta de guardas prisionais não permite, há muito, que haja uma escala para o pátio do recreio. No período das visitas há um guarda que vai passando de forma espaçada pelo pátio, em complemento à videovigilância.

Segundo o que já foi apurado, os reclusos tiveram ajuda externa profissional. Não deixaram impressões digitais, uma vez que usaram luvas e não é possível identificar ninguém porque usaram gorros e apareceram com a cara tapada.

A fuga está registada nas câmaras de CCTV pelas 9h56 de sábado, mas só 45 minutos depois é que soaram os alarmes.

Na ajuda externa, três homens (não está excluída a hipótese de serem mais), com o apoio de dois veículos, conseguiram cortar o primeiro muro em arame e depois passaram com duas escadas. Uma foi colocada junto ao muro, mas do lado de fora da prisão, e a outra foi passada para o lado de dentro. Em cima do muro ficou um indivíduo que ajudou a passar os reclusos, que ali foram chegando depois de treparem um outro muro de cerca de três metros com a ajuda de lençóis.



> **Isto foi uma situação excepcional, mas pode acontecer mais vezes e piores**
>
> **Luís Couto**
> Presidente da Associação de Directores e Adjuntos de Estabelecimentos Prisionais

Além disso, conseguiram isto tudo com ajuda de telemóveis. Foi possível ver nas imagens que tinham estes equipamentos e auriculares.

Foi já no final das visitas, quando um guarda fez a ronda habitual ao perímetro da prisão, que este viu a rede cortada e detectou a primeira escada do lado de fora. Aí foi dado o alerta para uma evasão. Depois, os reclusos foram mandados para as celas. Só então se pôde constatar quem tinha desaparecido, ao mesmo tempo que se viam as imagens de videovigilância.

Ao PÚBLICO, Sérgio Brilhante, dirigente sindical, disse que há muito que os guardas prisionais reivindicavam o aumento do tamanho dos muros e redes laminadas e nada foi feito.

"Espero que agora a tutela ganhe consciência e reforce o efectivo dos guardas e volte a colocar as torres de vigilância a funcionar", disse, sublinhando que em Vale de Judeus estão reclusos perigosos e com penas elevadas.

Sérgio Brilhante disse ainda que tem feito um exercício para consigo próprio: "Sem armas e sabendo o que se sabe hoje, que havia outras pessoas à espera, se nós tivéssemos detectado a fuga a tempo e se fossemos atrás deles, se eles tivessem armados o que acontecia?"

Fugas podem repetir-se

Há anos que Luís Couto, presidente

FILIPE AMORIM/LUSA



da direcção da Associação de Directores e Adjuntos de Estabelecimentos Prisionais (ADAEP), soma noites mal dormidas com receio de uma evasão como aquela que se passou no último sábado.

"Isto foi uma situação excepcional, mas pode acontecer mais vezes e piores", alerta o responsável, que aponta o dedo ao desinvestimento do Estado nas prisões, acrescentando que este cenário era uma situação previsível e para a qual já havia sinais. "Somos o parente pobre da Administração Pública", afirma.

Luís Couto diz que, desde 2001, "há um desinvestimento total, uma desorganização das regras, uma desmotivação geral do pessoal que trabalha nos estabelecimentos prisionais por injustiças e por avaliações desconformes em volta das categorias profissionais". "Isto não é apenas um problema de falta de guardas prisionais", sublinha, acrescentando que "os directores das prisões iniciam sempre o ano com um orçamento deficitário".

Além disso, o mesmo responsável explica que "alguns dos estabelecimentos prisionais funcionam em infra-estruturas com mais de 100 anos e que já não se adequam à dinâmica social dos reclusos de hoje". Luís Couto diz que os directores vão fazendo o que podem e à medida que o Estado português o permite.

"Nós, enquanto directores, sinalizamos as obras necessárias, mas elas não são feitas", afirma, sublinhando que "os serviços prisionais não têm grandes obras há pelo menos 24 anos". "Estamos a falar de um quarto de século. Há algumas reparações, mas poucas para as necessidades. As prisões precisam de modernizar os sistemas de videovigilância, mais guardas prisionais, mais pessoal de reeducação, mais auxiliares", sustenta.

O presidente da ADAEP dá exemplos concretos de algumas situações que revelam a falta de investimento que menciona: "Nós temos a frota mais velha da administração pública. Andamos com reclusos em carrinhas com mais de 25 e 30 anos e perto de um milhão de quilómetros. Avariam e acontecem coisas caricatas, como cair uma porta em plena auto-estrada."

"Isto é normal?", questiona. E a seguir dá mais um exemplo: "Temos cadeias tão antigas e com quadros eléctricos e linhas de voltagem que não são suficientes para os dias modernos. Se um director prisional quiser dar uma ordem de serviço para permitir aos reclusos terem chaleiras eléctricas, não há rede nenhuma que aguente. Os quadros vão abaixo", relata.

Outra situação que lamenta é o facto de a tutela das prisões ter deixado de pertencer ao ministro e ter passado para os secretários de Estado. "Foi em 2010 que passou a ser assim", diz.

"Sistema feudal"

Directores das cadeias "têm de ser escolhidos por concurso público"

Entrevista

Natália Faria

Para Miguel Gonçalves, do Sindicato dos Técnicos da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, é urgente acabar com as nomeações políticas nas cadeias, sob pena de o país continuar a ter licenciados em Gestão Hoteleira e em Enfermagem Veterinária a gerir populações reclusas cada vez mais complexas.

Consideraram que os serviços prisionais funcionam num sistema obsoleto, feudal e com práticas de reinserção completamente ineficazes. Em que é que isto se traduz na prática?

Para falarmos das prisões é preciso irmos à raiz dos problemas e isto leva-nos, por exemplo, à forma como os directores são escolhidos. Como é que se chega a um cargo de direcção de uma cadeia? Por escolha. Não há concursos, não há critérios claramente definidos: há alguém que escolhe outro alguém. E é sistematicamente assim, desde que foi criado o sistema prisional. Portanto, há pessoas que chegam a estes cargos de uma forma muito obscura. E esta fuga em concreto ocorre numa prisão que estava sem director há meio ano, como, aliás, já aconteceu também no estabelecimento prisional da Polícia Judiciária do Porto. Mas faz algum sentido que um estabelecimento com aquele nível de segurança esteja meio ano sem direcção? Só se quisessem manter o lugar à espera de alguém. E nós, internamente, sabemos que assim é.

Estes cargos deviam passar a ser preenchidos por concurso e não por nomeação política?

Claro. Até porque evitar-se-ia que depois aparecesse gente nestes cargos cuja preparação é uma licenciatura em Enfermagem Veterinária, como é o caso do adjunto substituto da cadeia de Faro. Aqui, o director da prisão é licenciado em Gestão Hoteleira e o adjunto substituto da cadeia é licenciado em Enfermagem Veterinária. Isto cabe na cabeça de alguém?! E depois há famílias em que vão todos para directores, o que nem a genética explica. Além disso, aquele enfermeiro veterinário não pertence à carreira, mas faz a inspecção do trabalho das pessoas que elaboram os relatórios da reinserção. Como é que ele pode fazer uma coisa dessas, se não pertence a esta carreira? Isto faz com que a reinserção não exista. Existe um conjunto de pessoas a trabalhar e a cumprir prazos, mas não passa disso.

Também falam de uma mudança nas características da população reclusa que apela a outras mudanças.

Hoje temos a criminalidade organizada dentro das cadeias. Estão a chegar aos estabelecimentos prisionais reclusos oriundos da América Latina, de *gangs* que até já estão identificados. Ouvimos o director-geral a atribuir culpas ao TEP [Tribunal de Execução de Penas], mas a verdade é que o TEP mandou retirar o recluso de Monsanto, mas não disse onde é que teria de ser colocado. E cabe à direcção-geral dizer para que estabelecimento é que o recluso vai. A pessoa que está a coordenar a colocação dos reclusos não tem a mínima noção do que está a fazer. Só assim se explica que tenha metido os reclusos todos com estas características no mesmo EPI, para a mesma ala!

Que outras mudanças se impõem no sistema prisional?

A primeira era já essa, a de haver concursos públicos para directores e coordenadores, como em toda a administração pública. Não temos de ter medo dos concursos. Quem for ver os currículos destes directores percebe a importância disto, até como forma de acabar com este sistema feudal em que morre o tio e vai o primo e assim sucessivamente.

E além dessa?

Os trabalhadores da reinserção social não podem estar a fazer trabalho duplicado, nem a fazer funções que nada têm que ver com a sua. Mas isso não é possível, se continuarmos a ter na reinserção social pessoas que nem sequer pertencem a esta carreira. Temos hoje professores de Educação Física e de Educação Visual a fazer relatórios para os tribunais. Tudo isto tem de ser revisto, porque hoje a direcção-geral é uma instituição completamente desorganizada e caótica.

Governo

Ministra da Justiça quebra hoje o silêncio

Liliana Borges

A ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice, vai falar hoje, em conferência de imprensa, sobre a fuga de cinco reclusos do Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus. Será a primeira vez que o Governo reagirá publicamente à fuga ocorrida no último sábado.

Um silêncio que já motivou muitas críticas. Jorge Bacelar Gouveia, presidente do Observatório da Segurança e Criminalidade (OSCOT), defendeu que a situação é "alarmante para o país", estranhando por isso que o executivo "que dirige a política interna de segurança de um país" nada tenha dito. "Não estou a dizer que a ministra da Justiça se devia demitir, estou a dizer que se devia pronunciar. Então não dizem nada, nem o primeiro-ministro, nem a ministra?", questionou. Já Luís Marques Mendes qualificou como "estranho" e "insólito" que o Governo não tenha falado publicamente. "A ministra já devia ter vindo a público para dar a cara, dar explicações relativamente ao que aconteceu e o que se está a fazer", afirmou, no espaço de comentário semanal na SIC.

A IL já anunciou que vai chamar "com carácter de urgência" a ministra da Justiça e as ex-ministras socialistas Francisca Van Dunem e Catarina Sarmento e Castro, para prestarem esclarecimentos no Parlamento. O PS, confirmou ao PÚBLICO a deputada Cláudia Santos, irá ou votar a favor do pedido da IL ou apresentar também o seu próprio requerimento para ouvir a ministra da Justiça e o director-geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Rui Abrunhosa Gonçalves. Para a deputada "há factos inquestionáveis" que exigem uma "explicação" por parte da ministra da Justiça, nomeadamente o estabelecimento prisional estar sem director "há meses". "O Governo foi muito rápido a substituir pessoas no exercício de funções, mas aqui só tinha de nomear e ainda não o fez", observou.

Também o Bloco de Esquerda se pronunciou sobre o silêncio do Governo neste caso, com Mariana Mortágua a defender que a ministra da Justiça "tem de dar explicações" sobre a fuga dos cinco reclusos. Para o deputado do PCP António Filipe, a falta de explicações do Governo é "incompreensível" e "inaceitável", pelo que o partido aprovará todos os pedidos de audição na Assembleia da República já anunciados.

Prisões

Guardas prisionais a menos ou detidos a mais? “É preciso uma reforma de fundo do sistema prisional”

Sindicato diz que há cerca de 1500 guardas prisionais a menos e admite que existam presos que não deviam estar na prisão, mas a usufruir de outras medidas, como defende especialista

Patrícia Carvalho Texto
Rui Gaudêncio Fotografia



A fuga de cinco prisioneiros da cadeia de Vale de Judeus, em Alcoentre, no passado sábado, repôs, com estrondo, o tema do sistema prisional na esfera da discussão pública. Não é de hoje que o cenário das cadeias portugueses não é famoso, tendo um longo cadastro de más avaliações ao nível da sobrelotação e das condições de dignidade oferecidas aos prisioneiros, e também não é de hoje que os representantes dos guardas prisionais se queixam de falta de pessoal, sobrecarga de trabalho e falta de atractividade da carreira.

No final de 2023, havia 4082 guardas prisionais no sistema nacional e, pelas contas de Frederico Morais, do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional (SNCGP), deviam ser pelo menos 5500. “Faltam cerca de 1500 guardas”, diz. Mas será que faltam? Ou que estamos a manter na prisão um número exagerado de pessoas que deviam estar a ser acompanhadas de outra forma? “Faz sentido. Há pessoas que já não deviam estar no sistema. Deviam estar na vida em sociedade. Isso é que é reinserção. É preciso uma reforma de fundo do sistema prisional”, admite o dirigente sindical.

Olhando para os dados dos últimos dez anos do Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, o retrato é claro: em 2023 havia menos guardas prisionais em Portugal do que em 2013. A 31 de Dezembro do ano passado eram 4082, quando dez anos antes chegavam aos 4303. Mas também é verdade que o número de reclusos caiu - eram 14.294 no final de 2013 e 12.208 no final do ano passado.

Só que os dados também nos dizem que estas reduções não tiveram grandes implicações em termos do rácio entre guardas e presos. Se há dez anos cada guarda estava responsável por 3,3 presos, em 2023 o rácio era 2,99, ou seja, praticamente um guarda para cada três presos. O SNGCP entende que o rácio devia rondar os 2,6, valor que nunca se atingiu na última década - o mais próximo que estivemos foi em 2020, quando, fruto da retirada de alguns presos das cadeias, numa medida excepcional causada pela pandemia, a população prisional atingiu o valor mais baixo da década, 11.425, e havia um guarda por cada 2,75 presos.

Estes valores são, contudo, agravados, se se olhar apenas para os estabelecimentos prisionais de “grau elevado”, ou seja, de alta segurança, como é o caso de Vale dos Judeus. É verdade que também aqui o número de guardas e de prisioneiros desceu ao longo da década – eram 2933 guardas e 10.893 presos em 2013 e 2659 guardas e 9501 prisioneiros em 2023 –, mas o rácio de guardas por prisioneiros no ano passado foi mesmo o mais elevado desde 2017, tendo atingido um guarda por cada 3,57 prisioneiros.

O que é que isto significou no caso concreto de Vale dos Judeus, com eventuais implicações na fuga de sábado? Menos pessoal a trabalhar do que seria desejável – costumavam ser 50 e neste fim-de-semana estavam pouco mais de 30, diz Frederico Morais –, e menos capacidade de cumprir todas as funções de segurança que seriam desejáveis. Exemplo? As quatro torres de vigilância da cadeia, onde estavam guardas em permanência, foram demolidas há uns anos e substituídas pelo sistema de videovigilância. Mas, defende Frederico Morais, a videovigilância num caso destes serve para “se ver as imagens muito giras da fuga” e pouco mais. “A falta de guardas é gritante, temos de nos desdobrar todos os dias em inúmeras funções para fazer funcionar o sistema prisional português”, diz.

2,99

Se há dez anos cada guarda estava responsável por 3,3 presos, em 2023 o rácio era de 2,99, ou seja, praticamente um guarda para cada três presos

São poucos, clama, e nem as poucas vagas que abrem conseguem ser preenchidas, tal é a falta de atractividade da carreira. O último concurso foi já em 2020, para a contratação de 150 guardas prisionais. “Só conseguimos 103.” Porquê? “A parte pior é mesmo o vencimento. O nosso salário-base era, antes do acordo de Julho, 961 euros, quando o salário mínimo é cerca de 850. Por cem euros a mais ninguém quer deslocar-se das suas terras para Lisboa para gastar metade do ordenado num quarto. Nem é numa casa, é num quarto.”

Novo concurso prometido

Com os guardas prisionais, diz o dirigente sindical, já se passa o que acontece com os professores - quem concorre à carreira pode ser colocado a centenas de quilómetros de casa. No último concurso, afirma, foram colocados candidatos de Bragança no Alentejo, porque, pela primeira vez, ninguém se candidatou nesta região do país, e houve pessoas dos Açores a serem colocadas no Algarve, onde a oferta de alojamento que encontraram era uma casa com três quartos a 1200 euros, mas apenas garantida de Outubro a Maio, fora da época alta do turismo. “Nestas condições é impossível convencermos as pessoas a concorrer. Ainda mais numa profissão em que as agressões são frequentes. Já vamos em 27 agressões a guardas prisionais só este ano. As pessoas pensam: ‘Vou para guarda prisional ganhar mal e levar porrada?’ É todo um desincentivo à carreira”, afirma.



A situação melhorou um pouco com o acordo conseguido em Julho, com o Ministério da Justiça, e a garantia de que os guardas prisionais iriam ter um aumento de 300 euros no suplemento de missão, à semelhança dos colegas da PSP e da GNR. Mas não há garantias de que isto seja suficiente para que haja candidatos suficientes ao próximo concurso, que, segundo Frederico Morais, foi já prometido pela ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice.

“No dia da assinatura do acordo, a senhora ministra disse que ia enviar para as Finanças o pedido de abertura de um novo concurso para 225 novos guardas prisionais. É muito pouco e vamos continuar a exigir mais, já na reunião que teremos na







próxima quarta-feira", diz.

A socióloga Conceição Gomes, do Observatório Permanente da Justiça, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, alerta, contudo, que a questão está a ser colocada do lado errado – ou seja, o mais provável não é termos guardas prisionais a menos, mas prisioneiros a mais. "Olhamos para as prisões e vemos sobrelotação. Temos uma população reclusa muito superior à média europeia; por isso, temos de nos questionar: todas estas pessoas deveriam estar reclusas? Deveríamos ter tantos presos?", questiona a investigadora, que estuda o sistema prisional há vários anos. E não se coíbe de dar a resposta: "Temos uma população reclusa a exigir recursos que, se avaliássemos devidamente, não deveria estar reclusa, deveria ter outras sanções e acompanhamento."

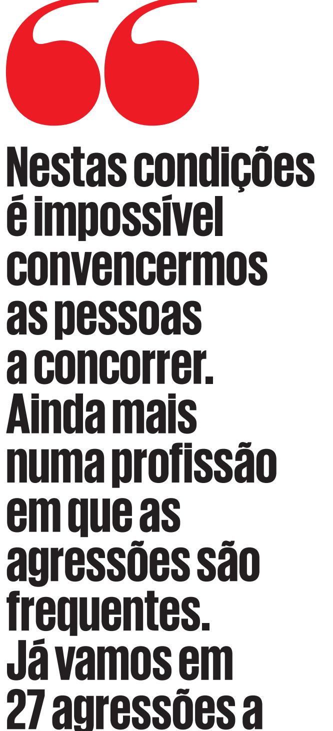
É claro que esta questão não se põe em caso de crimes graves e com penas muito elevadas, como acontece com os fugitivos de Vale dos Judeus, mas Conceição Gomes fala em dois "fenómenos" que enquadram a questão. Pessoas que estão presas por crimes de pequena ou média gravidade, e que poderiam ter outras soluções de verdadeira reinserção social, e pessoas que, tendo cometido também crimes de pequena gravidade, acabam condenadas por vários deles, sem cúmulo jurídico, o que as leva a cumprir penas sucessivas que fazem com que a sua permanência no sistema prisional seja muito superior ao que seria normal e desejável.

Retrato disso mesmo são os dados do relatório sobre prisões do Conselho da Europa, relativos a 2022, em que Portugal lidera o tempo médio passado na prisão – 30,2 meses, quando a média da União Europeia não vai além dos 10,1 meses.

"Temos reincidentes em conduzir sob o efeito de álcool que acabam por ser presos, mas perguntamo-nos: a prisão é que resolve o problema? Não é. Precisam de outro tipo de respostas do Estado. O mesmo para quem conduz sem carta de condução, para quem chegamos a propor, nos casos em que não têm a escolaridade obrigatória para aceder à carta, que se fizesse um outro tipo de exame, mas nunca avançou. Além de que temos ainda outro exemplo, mais chocante, de pessoas que são condenadas a penas de multa e, obrigatoriamente, em alternativa a pena de prisão, e acabam presas, porque não têm dinheiro para pagar a multa", enumera Conceição Gomes. Todos estes casos engrossam a população prisional e o número de guardas prisionais necessários.

> **Nestas condições é impossível convencermos as pessoas a concorrer. Ainda mais numa profissão em que as agressões são frequentes. Já vamos em 27 agressões a guardas prisionais só este ano**
>
> **Frederico Morais**
> Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional (SNCGP)

Sindicatos garantem que a falta de guardas prisionais é gritante: "Temos de nos desdobrar todos os dias em inúmeras funções para fazer funcionar o sistema prisional português", afirmam, lembrando que no último concurso para contratar 150 só conseguiram 103 guardas



Separar reinserção da prisão

Por isso, para a investigadora é crucial rever o sistema prisional e, consequentemente, o regime de penas. E isso, diz, só pode ser feito por iniciativa política. "Há uma perspectiva política da necessidade de uma reforma abrangente do sistema prisional e do sistema de penas. Existe essa intenção programática há anos, mas depois não tem eficiência e concretização. O sistema prisional é claramente o que tem recebido menos atenção do sistema político em geral", afirma.

E, para a socióloga, faria todo o sentido que essa reforma voltasse a separar a reinserção social do sistema prisional, revertendo o que foi estabelecido em 2012, durante o Governo de Pedro Passos Coelho.

Em entrevista ao PÚBLICO, o presidente do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo, Jorge Bacelar Gouveia, já defendera essa separação, argumentando: "Isso tem de ser revisto. Foi uma reforma feita há alguns anos, mas penso que tem de ser repensada, porque creio que não está a resultar, até porque os reclusos em cerca de 50% dos casos são reincidentes. Portanto, penso que é possível repensar o modelo, porque se juntou na mesma direcção-geral dois mundos muito diferentes – o da segurança e o da reabilitação."

Conceição Gomes está de acordo. "Acho que faz sentido. [Os dois universos] Têm princípios orientadores diferentes e, por outro lado, ao integrar-se a reinserção no sistema prisional, que é muito complexo, ela perde prioridade. E não é só separar. É separar e dar importância. Olhar para o sistema de penas, para as respostas que temos em conjunto, dar importância ao sistema de reinserção e dotá-lo com meios, porque há uma carência enorme de recursos materiais e humanos mas também de programas de acção", alerta.

A investigadora insiste que essa reforma abrangente é "urgente", mas diz ter consciência que pode não ser muito apelativa do ponto de vista político, porque, diz, "o efeito não será imediato". Essa não pode é ser razão para não se avançar. "É preciso ter essa coragem de olhar para isto no seu conjunto. Claramente, o poder político no seu conjunto tem de agir", defende.

Espaço público

Draghi e a lenta agonia da UE

Editorial



Marta Moitinho Oliveira



Quando Ursula escrever a carta de missão de cada um dos comissários, teremos mais informação para avaliar o que acontecerá ao relatório: será para pôr em prática ou fica na gaveta?

Mario Draghi - o ex-presidente do Banco Central Europeu que há mais de uma década anunciou que faria "o que fosse preciso" para salvar o euro durante a crise das dívidas soberanas –, e antigo primeiro-ministro italiano, apresentou esta segunda-feira a receita para salvar a União Europeia (UE) e tirá-la da rota de perda a que se votou face aos EUA e à China.

O relatório "O futuro da competitividade europeia", no qual consta a receita, foi entregue em mãos à presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, que está neste momento a formar a equipa de comissários para o próximo mandato e a distribuir pastas pelos vários nomes que os governos indicaram para comissários.

O documento tinha um propósito: apresentar soluções que permitam à União Europeia enfrentar o fosso de competitividade que este bloco económico apresenta face aos outros dois blocos maiores – os EUA e a China. O primeiro gráfico que surge no relatório é bem ilustrativo das consequências que a estagnação económica da UE dos últimos tempos tem para o seu papel na economia mundial.

Recorrendo a dados de 2023, um gráfico em formato de queijo com várias fatias destacadas mostra três delas mais robustas, mas com os EUA a valerem 26% e a UE e a China a rivalizarem, cada um com uma fatia de 17%.

O fim das barreiras comerciais à promoção e comercialização da inovação, a necessidade de combinar a descarbonização com a competitividade económica, para que os custos da energia não sejam um fardo para as economias, e a necessidade de a UE reduzir as dependências, incluindo em matéria de defesa, são as soluções deixadas ao próximo executivo comunitário.

Quando Von der Leyen atribuir as pastas aos comissários, fará outra coisa – escreverá a carta de missão que cada um terá no seu mandato, uma espécie de caderno de encargos que serve de guião. E nesse dia teremos mais informação para avaliar o que o novo executivo quer efectivamente fazer com o relatório de Draghi: se será para pôr em prática, ou para ficar na gaveta.

Na conferência de imprensa, Draghi foi muito claro sobre as consequências de aquela receita não ser aplicada. Em resposta a uma jornalista que perguntou se estamos perante uma situação "*do this or die* (fazer isto ou morrer)", Draghi rejeitou que a UE morra, se não concretizar a receita. Mas o caminho que sobra não parece melhor. "*Do this orit's a slow agony* (fazer isto ou é a agonia lenta)", vaticinou. Uma espada que Draghi deixa e que fica agora em cima da cabeça de Ursula e da sua equipa.

CARTAS AO DIRECTOR

Prisão de segurança assim-assim

Depois do assalto ao paiol de Tancos, agora um assalto a uma prisão chamada de "alta segurança", não para tirar de lá munições, mas presos muito perigosos também. Mas com uma escada? Parece-me básico. Uma fuga tipo século XIX. Zero de meios sofisticados ou de alta tecnologia. Apenas a técnica do escadote. Pior só mesmo se descessem o muro com a velha técnica dos lençóis amarrados uns aos outros. E soubemos agora que a cerca elétrica nos muros não funcionava desde há anos (nós soubemos agora; os presos já sabiam disso há muito). Que mais nos irá acontecer? Um assalto aos cofres do Banco de Portugal usando, digamos, dois canivetes e uma chave de parafusos? É nestes momentos que nós percebemos as consequências da falta de investimento público ao longo de anos para fazer o "brilharete" das contas certas e do *deficit* zero, mas à custa de cortar no investimento que é necessário e indispensável a Portugal.

Fernando Vieira, Lisboa

A fuga

Enquanto o presidente do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional afirma que são precisos mais 1500 guardas prisionais, o director-geral da Reinserção e Serviços Prisionais diz que "não é por causa desta fuga que preciso de mais guardas". Uma auditoria externa e de preferência estrangeira é urgente. Espero que não culpem Luís Montenegro pela falta de segurança na prisão de Vale de Judeus. O sistema prisional português pouco tem preocupado os governos após o 25 de Abril. Não é por falta de dinheiro. A questão é definir o que é acessório e o que é essencial. Essencial tem sido apoiar a banca falida e injectar dinheiro na TAP. A videovigilância e as novas tecnologias ajudam, mas não são suficientes. É preciso pessoas no terreno. Não é fácil ser guarda prisional. Merecem o nosso respeito.

Ademar Costa, Póvoa de Varzim

Manter vivo Augusto M. Seabra

Muito apreciei o destaque que o PÚBLICO justamente reservou a Augusto M. Seabra na sequência do seu falecimento. Como observou Nuno Pacheco, o que ele deixou escrito (entrevistas, crónicas, críticas, ensaios, conferências) preencheria muitos livros. No que diz respeito às entrevistas (a figuras como Manoel de Oliveira, Coppola, Clint Eastwood, Kusturica, Wenders e muitos outros), ele próprio preparara material para a publicação, sem concluir o projeto. Seria imperioso editar ao menos uma seleção significativa do que A.M.S. produziu, mantendo viva a sua memória e levando ao conhecimento dos mais novos a sua intervenção cultural, à semelhança de recentes iniciativas editoriais, como as que contemplaram José Cutileiro (*Podia Ter Sido Pior. Escritos 1953-2020*, D. Quixote, 2021), João Bénard da Costa (*Escritos sobre Cinema*, publicados pela Cinemateca) e Luis Miguel Cintra e a Cornucópia (*Pequeno Livro Arquivo – pensamentos, palavras, actos e omissões*, Edições 70, 2023).

José Pacheco Gonçalves, Porto

O excesso de futebol na RTP1

Na última quarta-feira, às 20h, liguei a RTP1 para ver o noticiário. Mas os primeiros 10 minutos foram dedicados à designação do novo treinador do Benfica. Ora, não posso deixar de protestar contra esse facto. Quanto se discutem os problemas económicos, políticos e éticos da TAP e quando há tantas dificuldades na Justiça e no Ambiente, a RTP coloca em primeiro lugar uma esquipa de futebol! Isto mesmo sem esquecer a ditadura da Venezuela e as guerras da Ucrânia e do Médio Oriente. Só não fiquei surpreendido. A RTP1 dedica ao futebol um tempo e um espaço exagerados. Por exemplo, transmite jogos, e tanto de seleções e de clubes, no horário nobre.

Em contrapartida, não transmite espetáculos de interesse ou acontecimentos da vida cultural e científica do país. A própria RTP2, ''culta e adulta'', não a compensa de modo algum.

Jorge Miranda, Lisboa

Uma questão de confiança

Há muito que admiro os artigos de António Barreto, que não conheço pessoalmente, sem nunca publicamente me manifestar para lhe agradecer. Porém, o seu artigo no jornal PÚBLICO de sábado, 7 de Setembro, não me contém em silêncio, pela extraordinária objetividade da sua análise da vida pública nacional, abordando setor por setor, com uma elegância textual magistral, sóbria, mas suficiente para retratar as razões das "desconfianças" que incomodam a maioria dos portugueses, que tal lamentam e tanto entristecem a alma desta pátria honrosa. Termina de forma perentória e sábia. Parabéns e obrigado!

Levi Guerra, Vila Nova de Gaia

A opinião publicada no jornal respeita
a norma ortográfica escolhida pelos autores

ESCRITO NA PEDRA

A fuga não levou ninguém a lado nenhum
Antoine de Saint-Exupéry (1900-1944), escritor e aviador francês

O NÚMERO

20

euros é quanto a Grécia passará a cobrar aos turistas que desembarcarem em Santorini ou Mykonos, para combater o excesso de turismo no país

Em princípio, à partida

Ainda ontem



Miguel Esteves Cardoso

Toda a gente sabe que deveríamos racionar as opiniões que emitimos, cingindo-as aos assuntos em que dispusemos de, pelo menos, uma hora para pensar neles.

Mas, nos tempos que correm, dizer "dá-me uma hora para pensar" é sinal de lentidão, falta de espontaneidade e vontade de fugir com o rabo à seringa. Vai daí, todos opinamos a trouxe-mouxe, arruinando reputações com um devaneio, ou criando monstros com pancadinhas nas costas.

Desde que se aceite que são palpites infundados e reacções epidérmicas, sem mais valor do que adivinhar os números do Euromilhões, não vem mal ao mundo: é uma maneira de passar o tempo, parecida com tentar passar um exame quando está tudo colado com cuspo. O pior é quando os pronunciamentos, necessariamente ignorantes, são pretensiosos.

O hábito mais nocivo é o das apólices de bolso. O opinador tem medo que se revele a pobreza do que disse, e então tira um seguro contra os disparates, antecedendo as pérolas que lhe saem da boca com um pseudo-académico "À partida..." ou "Em princípio...".

Quanto mais selvagem e ignorante for a opinião – "o árbitro havia de ser fuzilado" –, mais ridícula fica quando é qualificada: "Em princípio, mantenho que o fuzilamento do senhor árbitro é a única solução digna de esse nome."

Os *apolicistas* que dizem "à partida" antes de tudo, querem fazer passar a ideia de que aquela opinião é apenas temporária e que, mais logo, quando chegarem a casa e se instalarem na biblioteca com uma lupa e um cálice de Velhotes, vão-se dedicar a estudar extensamente o assunto, de forma a rever aqueloutra opinião apressada que foram forçados a emitir no calor do momento.

Dizer sempre "à partida" e "em princípio" parece cautela, mas é cobardia: quer petiscar, mas não quer arriscar. Assim nem sequer tem o prazer da irresponsabilidade, de dizer o que calhar, na esperança que pegue.

A tolice e a pressa até se dão bem – acham um piadão uma à outra –, mas, que diabo, é preciso respeitá-las minimamente.

ZOOM DÍLI, TIMOR-LESTE

WILLY KURNIAWAN/REUTERS



O Papa Francisco abraça uma criança durante a cerimónia de boas-vindas a Timor-Leste, terceira paragem no seu périplo pela Ásia. A cerimónia, no Palácio Presidencial em Díli, teve como anfitrião o Presidente José Ramos-Horta

P

publico.pt  

Lisboa (sede: editor e redacção)
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

DIRECTOR
David Pontes
Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira, Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro
Directora de arte
Sónia Matos
Directora de design de produto digital
Inês Oliveira
Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus
Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Susete Francisco (subeditora), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narigão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Aníbal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ípsilon** Paula Barreiros, Inês Nadais (editoras), Pedro Rios (editor Ípsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério
Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim **Direcção Comercial** João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Agosto **19.838 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

ASSINATURAS Linha azul **808 200 095** (dias úteis das 9h às 18h)
publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt

O primeiro-ministro de Macron e Le Pen

Coluna vertebral



Amílcar Correia

Emmanuel Macron está convencido de que ninguém ganhou as legislativas de 7 de Julho. O Presidente francês não aceitou que Lucie Castets fosse primeira-ministra, com o argumento de que a Nova Frente Popular (NFP) não garantia estabilidade política num parlamento fragmentado em três blocos.

Macron nunca aceitaria qualquer outro nome que fosse proposto pela coligação de partidos de esquerda que venceu as eleições, mas sem a maioria dos assentos no Parlamento, porque nunca iria aceitar um programa de governo que revisse as suas políticas e no qual a França Insubmissa pudesse ter ou exercer qualquer participação ou influência.

A única solução governativa que o Presidente francês estaria disposto a aceitar, envolvendo partidos de esquerda, era que os socialistas rompessem com a nova frente e que esta se desfizesse. Era a solução Bernard Cazeneuve. Macron terá considerado que Cazeneuve, que tinha sido primeiro-ministro de François Hollande, eleito nas listas da NFP nas últimas eleições, poderia ser um nome consensual à esquerda e ao centro. Mas o PS de Olivier Faurre não desertou, Cazeneuve explicou ao Presidente que não seria "um primeiro-ministro de esquerda a conduzir uma política de direita" e este não conseguiu ou não quis consenso político à esquerda. Pelo contrário.

Emmanuel Macron ignorou os resultados das últimas legislativas francesas e nomeou um primeiro-ministro com a concordância da extrema-direita. A primeira página do diário *Libération*, no dia seguinte à nomeação de Michel Barnier, era lapidar: "Aprovado por Marine Le Pen."

É paradoxal. O Presidente francês dissolveu a Assembleia Nacional na sequência da sua pesada derrota nas eleições europeias, ganhas de forma estrondosa pela União Nacional, convocou eleições legislativas para o eleitorado clarificar as suas escolhas, ganhas por uma frente republicana, e nomeou uma figura da direita conservadora, com o beneplácito de Marine Le Pen.

A clarificação teve duas voltas distintas: a União Nacional venceu a primeira de forma retumbante e uma frente republicana impediu que isso voltasse a acontecer uma semana depois. Mas o Presidente, que não é de esquerda, nem é de direita, preferiu o consenso entre a direita conservadora d'Os Gaullistas e a extrema-direita da União Nacional, os derrotados da segunda volta das legislativas. O macronismo entrou em modo autofágico. O Presidente pode dizer que o novo primeiro-ministro pediu a demissão de Éric Ciotti da liderança d'Os Republicanos, quando este se mostrou favorável a uma coligação com o partido de Jordan Bardella e Marine Le Pen, mas a verdade é que a longevidade e o programa deste governo de iniciativa presidencial vai depender dos ditames da União Nacional.

Marine Le Pen já reclamou do Presidente um referendo sobre questões que considera essenciais, como a imigração, os cuidados de saúde e a segurança e sugeriu que novas eleições se realizassem daqui a um ano, porque "a França precisa de uma maioria clara". A escolha de Michel Barnier pode dar garantias de maior estabilidade, se Macron estiver disposto a subscrever a agenda desta extrema-direita eurocéptica e anti-imigração – mas tem um preço elevado.

Macron escolheu como primeiro-ministro alguém que votou contra a "Lei Gayssot", que condenava "todos os actos, racistas, anti-semitas ou xenófobos", contra a "Lei Evin", que proibia publicidade ao tabaco e álcool e a sua venda a menores de 18 anos, contra a "Lei Pelletier", que eliminava vários obstáculos à interrupção voluntária da gravidez, e outras leis sobre direitos das mulheres, contra o Pacto Civil de Solidariedade de Lionel Jospin, que se destinava a permitir a união civil de duas pessoas do mesmo sexo, e até contra a abolição do crime de homossexualidade.



Macron perdeu tudo desde que antecipou eleições e Le Pen ganhou o poder que lhe faltava: o governo de França será o que ela quiser

Quem ganha eleições nem sempre governa. Mas qual é a legitimidade da escolha de um político de um partido que ficou em quarto ligar nas eleições e que nem sequer integrou a frente republicana que derrotou a extrema-direita? Qual é a legitimidade de um governo que depende de um partido que todos os outros, e nomeadamente o Presidente, quiseram derrotar?

Este será um primeiro-ministro com um duplo condicionamento. Macron estará sentado no conselho de ministros, num contexto económico difícil, devido ao défice público, dificilmente resistirá à tentação de intervir e vai querer que este seja um governo de continuidade, como se ainda mantivesse o poder. Le Pen já disse que estará vigilante e lá chegará o dia em que irá derrubar o governo, quando o momento for oportuno para as suas intenções presidenciais. Macron perdeu tudo desde que antecipou eleições e Le Pen ganhou o poder que lhe faltava: o governo de França será o que ela quiser.

Jornalista

Cinco evadidos de Vale de Judeus e um governo em fuga



Cláudia Santos

À hora a que escrevo, mais de dois dias volvidos sobre a evasão de cinco reclusos de Vale de Judeus, não havendo ainda notícia de que tenham sido encontrados e detidos, parece estranho que o debate público (justificadíssimo, em função da gravidade do acontecimento) tenha começado por se centrar na atribuição de responsabilidades políticas ao Governo anterior e que do atual Governo ainda nada se tenha ouvido sobre o assunto. É uma estranheza que se adensa, aliás, em várias camadas.

A primeira é fácil de perceber. Enquanto os reclusos permanecerem evadidos, a urgência está na sua captura. A responsabilidade pelo enfrentamento desta situação de emergência é do atual Governo. E as medidas tomadas para assegurar o regresso dos cinco reclusos à execução da sua pena deverão ser avaliadas logo que seja possível conhecê-las. Neste momento, o que é prioritário é que os cinco reclusos sejam capturados. E pela eficácia dessa operação quem responde é o atual Governo.

Num segundo momento, deve naturalmente apurar-se as responsabilidades pela evasão. Representantes dos sindicatos vieram a terreiro veicular a ideia de que a culpa é toda do anterior Governo, pela falta de investimento no sistema prisional que determinou a insuficiência dos meios – aquele Governo cuja demissão foi decretada pelo Presidente da República em 7 de dezembro do ano passado. Todavia, durante os oito anos que durou a governação do Partido Socialista, não ocorreu nenhuma evasão de presos que suscitasse tanta preocupação em função da perigosidade dos evadidos. Uma fuga desta dimensão ocorreu apenas agora, na verdade, cerca de dez meses depois daquela demissão. Se existiam gritantes insuficiências estruturais, não deveria a área de tutela ter já desencadeado uma intervenção que prevenisse os riscos? Se havia dirigentes a substituir, não poderia este Governo, tão lesto a operar outras substituições, ter diligenciado nesse sentido? O Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus estava há vários meses sem diretor. Este é um facto que exige explicação imediata.

Tentou fazer-se crer que a raiz da evasão estava na substituição das torres de vigilância por sistemas de videovigilância, uma medida de modernização de estabelecimentos prisionais que vem ocorrendo pelo mundo fora, uma medida orientada para a eficiência e para uma gestão mais racional dos recursos humanos. A videovigilância deve ser complementada por cuidados especiais, por razões de segurança, estando-lhe normalmente associado um número limitado de horas de permanência no posto para garantir a atenção total dos vigilantes, assim como a proibição de porte de qualquer equipamento eletrónico pessoal por quem desempenha a função. Suspirar no séc. XXI pelas torres de vigilância próprias do modelo panóptico que nasceu no final do séc. XVIII é, no mínimo, uma bizarria. O certo é que quer a vigilância ocorra a partir de torres quer ela aconteça através de câmaras, é preciso que haja quem vigie e que quem vigie esteja atento.

Apontar já o cadafalso ao novo Governo é, porém, no que respeita à responsabilidade pela fuga, tão precipitado como responsabilizar o Governo anterior. Porque neste momento não podem ainda considerar-se excluídas as responsabilidades individuais, por negligência ou mesmo a título doloso. Também não são de excluir as insuficiências estruturais que desde sempre foram apontadas ao sistema prisional, inclusivamente no plano dos recursos humanos, porque a verdade é que a maioria das pessoas só se lembra das prisões quando há presos que fogem, sem que lhes importe aquilo que lá dentro se vive. Sobre as concretas circunstâncias da fuga subsistem as dúvidas e as incoerências – há, por isso, que desencadear rapidamente a investigação que permita ultrapassá-las.

A criminologia estuda há muito a tendência das sociedades atuais para afastar do centro das cidades (e do nosso olhar) os vestígios de sofrimento que são as prisões, os cemitérios ou os hospitais psiquiátricos. Mas, por vezes, eles impõem-se aos nossos olhos e forçam-nos a ver que temos de fazer mais. Que esta evasão, depois de os reclusos serem capturados, sirva pelo menos para isso. Para trazer o debate sobre o sistema prisional às prioridades da cidade.

Deputada do PS e professora da Faculdade de Direito de Coimbra

Vamos mesmo jogar à roleta russa?



Pedro Norton

Começam hoje formalmente as negociações para o Orçamento do Estado, e começam num ambiente de crispação e de desconfiança mútua de tal forma marcado e estridente que são cada vez mais as vozes a prever que o principal instrumento de governação do país não chegará a sair do papel. Estranho paradoxo. O desalento abate-se precisamente num contexto em que há várias, boas e sobretudo muito racionais razões para que se chegue a um acordo.

Desde logo há razões políticas mais do que suficientes para que o entendimento se faça. Até prova em contrário, há duas coisas que podemos dar por certas. A primeira é a de que a esmagadora maioria dos portugueses não quer uma crise política e tenderá a penalizar quem a provocar ("o" ou "os", sublinhe-se). A segunda é a de que novas eleições dificilmente resultarão numa clarificação política. Todas as sondagens continuam a apontar para empates técnicos entre PSD e PS, sendo impossível prever com um mínimo de segurança qual o partido que venceria umas hipotéticas eleições. Sendo que todas as sondagens fazem crer ainda que uma maioria de esquerda no Parlamento é, para já, um cenário muitíssimo improvável.

Daqui decorrem consequências cristalinas para os líderes dos dois maiores partidos. Luís Montenegro arrisca-se a ver o seu PSD relegado a segundo partido mais votado, cenário que o condenaria (caso não se precipitasse imediatamente uma noite de facas longas entre os "laranjas") a chegar a um entendimento formal com o Chega para conseguir manter um cargo que, não o esqueçamos, lhe caiu no colo sem que ninguém verdadeiramente o esperasse. Convenhamos que o cenário não é exatamente entusiasmante, nem para o próprio, nem para a saúde e sanidade do regime. Para Pedro Nuno Santos o risco é ainda mais elevado. Uma segunda derrota nas legislativas dificilmente deixaria de coincidir com o fim da sua liderança do PS. Com uma agravante: mesmo que saísse vencedor das eleições, seria sempre praticamente impossível que viesse a conseguir constituir governo dada a maioria de direita no Parlamento. Deste ponto de vista, provocar uma crise não anda muito longe, para ambos os líderes, de um jogo de roleta russa. É preciso muito desespero ou muita inconsciência e imaturidade para preferir jogá-lo.

Depois há razões substantivas. Apesar de todos as declarações inflamadas e de todos os rasgares de vestes, a verdade é que PSD e PS nunca tiveram matrizes ideológicas absolutamente irreconciliáveis. Distinguem-se, é certo, e ainda bem que assim é, mas distinguem-se ao longo de um contínuo social-democrata, mais ou menos social, mais ou menos liberal, sem nunca pôr em causa um largo consenso em torno da democracia liberal, da pertença europeia, das opções de política externa, nem sequer da estruturação da economia em torno dos princípios básicos do capitalismo. Tenho a maior dificuldade em acreditar que os dois partidos possam ser, por princípio, contra a descida de impostos. Faz sentido, é evidente, que discutam a prioridade que atribuem à descida do IRC ou do IRS. Podem evidentemente discutir a modulação concreta dessas descidas. Podem ainda discutir medidas compensatórias que garantam que as consequências em sede de despesa não sejam, elas sim, inaceitáveis. Mas é difícil convencer quem quer que seja de que estejamos perante inultrapassáveis linhas vermelhas ou em face de violações de consciência suscetíveis de impedir uma negociação racional e ponderada sobre qualquer dos temas. De resto, a história está aí para nos lembrar que não é esse o caso. Lembram-se do acordo sobre IRC de Passos e Seguro?

Assim, nem é lógico que o PS se acantone numa cruzada própria da extrema-esquerda contra as grandes empresas que são simultaneamente grandes empregadoras e imprescindíveis para aumentar a competitividade do país, nem é racional que o PSD faça finca-pé numa redução do IRS jovem de custo elevado, eficácia discutível e que não está exatamente no coração do seu credo ideológico. A menos que os dois partidos tenham mudado radical e definitivamente de natureza (e seria então bom que o assumissem), tudo isto tresanda a bravatas imaturas.

Falemos ainda de humildade democrática e da natureza do nosso regime. Escolhemos livremente viver com um sistema eleitoral que, consciente e deliberadamente, sacrifica a governabilidade para privilegiar a proporcionalidade. Essa opção tem consequências. Uma delas é a de que é e será cada vez mais difícil a formação de maiorias absolutas no Parlamento. Sobretudo agora que, *malgrénous*, surgiu um terceiro grande partido. Quer isto dizer que o nosso modelo político implicitamente convida à negociação e à realização de consensos. É evidente que é ao executivo que deve caber a iniciativa de apresentar o orçamento e, como é evidente, a prerrogativa de governar. Mas é absurda a ideia de que tem de o fazer no respeito integral pelo seu programa de governo quando não tem apoio maioritário no Parlamento. Se a ideia fosse essa, teríamos escolhido um sistema eleitoral maioritário que facilitasse, precisamente, o aparecimento de maiorias absolutas. Mais absurda ainda é, evidentemente, a ideia de que o maior partido da oposição pode forçar um executivo, legitimamente constituído, a governar com base nos princípios fundamentais de uma proposta política derrotada nas urnas. Tal seria mesmo a completa subversão do nosso modelo político.



PSD e PS têm a responsabilidade de conter o crescimento dos extremos políticos. Seria bom que pensassem nas consequências de uma instabilidade indesejada

Está, pois, na altura de os líderes interiorizarem as regras do jogo e de as respeitarem. A negociação é o novo normal. Habituem-se ou assumam o ónus de dispensar a proporcionalidade do sistema. Enquanto não o fizerem, o mandato que os dois maiores partidos do regime receberam dos portugueses, quer quando adotaram o atual sistema eleitoral, quer quando livremente votaram nas legislativas, é, pois, muito simples: juntem adultos na sala que saibam agir com mais racionalidade, menos imaturidade e sobretudo com mais espírito de compromisso e menos aprofundamento de trincheiras artificiais e estéreis.

Como se tudo isto não fossem argumentos suficientes, no atual contexto político, há ainda uma derradeira, mas vital razão para fazer baixar a temperatura e a histrionia: PSD e PS têm a responsabilidade histórica conjunta, partilhada e solidária de conter o crescimento dos extremos políticos. Seria bom que pensassem nas consequências profundas do triste espetáculo que dariam ao país ao condená-lo a uma instabilidade indesejável, indesejada e desnecessária em nome de quezílias que ninguém verdadeiramente vê como inultrapassáveis.

Regresso, pois, ao princípio. Não me arrisco a prever o resultado das negociações em curso. Mas sei uma coisa: será preciso muita irracionalidade para condená-las ao fracasso.

Gestor

DANIEL ROCHA



Negociação do OE2025 recomeça com PS a exigir dados em falta

Governo reúne-se hoje com a oposição para discutir o Orçamento do Estado, quando falta um mês para a proposta dar entrada no Parlamento

Joana Mesquita e Liliana Borges



NUNO FERREIRA SANTOS

A precisamente um mês da data de entrega do Orçamento do Estado, o Governo irá dedicar o dia a conversar com os partidos da oposição – apenas o Chega será ouvido amanhã. Mas a segunda ronda de negociações para o Orçamento do Estado para 2025 arranca debaixo da ameaça de eleições antecipadas. Chega, Bloco de Esquerda e PCP já assumiram, aliás, que a proposta a entregar pelo Governo contará com os seus votos contra. O PS, partido que poderá garantir a viabilização do documento, continua insatisfeito com os dados disponibilizados pelo Governo e Pedro Nuno Santos nem sequer irá às reuniões. O primeiro-ministro – que também não estará presente – repete que os portugueses "não querem birras", mas dos dois lados as queixas persistem.

As reuniões arrancam às 10 horas, com o último encontro do dia guardado para o PS – e é nele que recaem mais expectativas, uma vez que é nos 78 deputados da bancada socialista que está a chave da viabilização do OE2025. Mas para que isso aconteça, os socialistas esperam mais do Governo: mais dados, mais informações sobre o saldo estrutural e margem orçamental e mais cedências.

É que apesar de o Ministério das Finanças ter enviado na sexta-feira o Quadro Plurianual das Despesas Públicas (QPDP) para o Parlamento, o PS continua a insistir nos dados solicitados pelo líder do partido e que até agora ainda não chegaram às mãos do partido. A expectativa dos socialistas é conhecerem estes dados hoje e só a partir daí começarão as negociações.

Tal como aconteceu na primeira ronda de reuniões realizada a 19 de Julho, na residência oficial do primeiro-ministro –, Luís Montenegro e Pedro Nuno Santos não estarão presentes nestas reuniões. Em Julho, Montenegro não marcou presença por razões de saúde, o que desmobilizou o secretário-geral do PS. Agora, o primeiro-ministro deixa para os seus ministros a negociação com os partidos e, do lado do PS, Pedro Nuno Santos faz questão de responder com o mesmo sinal político: sem primeiro-ministro, também o líder da oposição não se sentará para falar do Orçamento do Estado. Mas não são os únicos: André Ventura, Rui Rocha e Paulo Raimundo também não estarão no encontro com o executivo. O que deixa antever que, mais do que progressos negociais, esta será uma ronda para os partidos conhecerem – e exigirem – mais dados sobre as contas públicas.

Depois de um período de namoro entre Iniciativa Liberal e Aliança Democrática – em que foi colocada a possibilidade de um acordo de Governo –, os liberais surgem agora desapontados com o executivo. Rui Rocha já avisou: se o Orçamento se aproximar das políticas do PS contará com o voto contra da IL – que leva à reunião, agendada para as 15h, Mariana Leitão, líder parlamentar dos liberais, o deputado Bernardo Blanco e o assessor Rafael Ferreira. No entanto, o partido permanece com uma "atitude construtiva" e com a sua posição "em aberto".

Pelo Livre – que se reúne às 11h e levará ao encontro os seus quatro deputados eleitos –, Jorge Pinto explica que o partido estava "à espera de mais detalhes". Para o deputado, o Quadro Plurianual entregue pelo Ministério das Finanças "é muito genérico". O partido, que "não apresenta um voto contra antes de conhecer o OE", antecipa que seja difícil uma aproximação e ressalva que a abertura para diálogo não deve ser entendida "como um cheque em branco ou como uma certa fluidez ideológica".



Negociações prosseguem sem Pedro Nuno Santos e Luís Montenegro. Ventura também não estará na segunda ronda de encontros, tal como Rui Rocha e Paulo Raimundo

Há, no entanto, vários partidos que já se retiraram mesmo das negociações. Ainda em Agosto, André Ventura assumiu que, "com toda a probabilidade", o Chega votaria contra o OE e afirmou que o partido não estaria presente na reunião com o Governo. Contudo, ontem recuou. O partido vai "ouvir o que o Governo tem a dizer" amanhã – as jornadas parlamentares do Chega decorrem até amanhã, em Castelo Branco –, mas mantém-se "fora" das negociações, já que o executivo "preferiu negociar com o PS".

No discurso de arranque das jornadas parlamentares do Chega, André Ventura parece ter virado a página do Orçamento para se concentrar na possibilidade de novas eleições. Assumindo que o partido pode perder deputados, Ventura deixou o objectivo bem traçado: ganhar as eleições nacionais. E lançou o aviso ao primeiro-ministro: "Luís, nós vamos atrás de ti."

Também o Bloco de Esquerda já anunciou que o partido vai votar contra a proposta para o OE2025. Mariana Mortágua admitiu que o Bloco tem "uma posição sobre aquilo que se está a passar no país" e quer "discuti-la" na reunião com o Governo, agendada para as 14h e em que o partido se vai fazer representar pela coordenadora, por Fabian Figueiredo, líder da bancada parlamentar, e pela deputada Mari-

DANIEL ROCHA



sa Matias. Embora vá votar contra, a líder bloquista espera conhecer "mais informação", juntando-se ao PS no apelo à divulgação do saldo orçamental e o cenário macroeconómico. Para Mortágua, "quem viabilizar este OE está a apoiar um Governo de direita, com uma política de direita identificada, com um programa ideológico, liberal".

Esta é também a posição do PCP, que já declarou que o Orçamento contará com o voto contra dos comunistas. A reunião entre o Governo e a líder da bancada parlamentar do PCP, Paula Santos, Vasco Cardoso, da Comissão Política, e Bruno Dias, do Comité Central, vai servir para marcar a "posição de oposição à política do Governo".

As reuniões, que vão decorrer na sala do Governo, na Assembleia da República, acontecem por ordem crescente de representação parlamentar. O PAN será o primeiro partido a ser recebido e contará com Inês Sousa Real, Tânia Mesquita e Pedro Fidalgo Marques, ambos membros da Comissão Política Nacional do PAN.

O Governo tem um mês para convencer os partidos (em particular o PS) a não desistir das negociações.

Limites de despesa apresentados pelo Governo "não são interpretáveis"

Apresentado com dados não consolidados, o Quadro Plurianual das despesas públicas entregue na sexta-feira pelo Governo ao Parlamento não permite tirar conclusões sobre o ritmo de crescimento da despesa e da receita que está a ser preparado no Orçamento do Estado para 2025 (OE 2025) e também pouco contribui para impor limites à política orçamental dos próximos anos. Os especialistas contactados pelo PÚBLICO dizem que limites publicados pelas Finanças não só "não são interpretáveis", como também são "inúteis".

A apresentação pelo Executivo de um quadro onde define limites de despesa pública para os quatro anos seguintes é uma exigência prevista na Lei de Enquadramento Orçamental. É mesmo considerado o único instrumento de disciplina orçamental aplicado em Portugal e que não é proveniente das regras europeias.

São apresentados limites para a despesa pública para cada um dos quatro anos seguintes, mas apenas o número apresentado para o ano a seguir, neste caso 2025, é vinculativo. Por isso, quando o actual Governo divulgou, na passada sexta-feira, o Quadro Plurianual para o período de 2025 a 2028, havia a expectativa de que seriam dadas pistas significativas sobre o ritmo de crescimento da despesa, total e por ministérios, que o Governo estava a planear introduzir no OE 2025.

No entanto, não foi isso que aconteceu. Os limites de despesa apresentados no Quadro Plurianual, não só estão em contabilidade pública (e não em contabilidade nacional, a habitualmente usada para medir o ritmo de crescimento da despesa), como não correspondem à despesa efectiva consolidada. Dentro dos limites de despesa divulgados estão incluídas despesas realizadas em operações de activos e passivos financeiros e, muito importante, o total da despesa dos diversos subsectores não se encontra consolidado. Contas não consolidadas significa que existem diversas duplicações de registo de despesas. Por exemplo, quando o Estado transfere receitas de impostos para o sistema de Segurança Social, há um registo quer da despesa realizada pelo subsector Estado ao realizar a transferência, quer depois da despesa do subsector Segurança Social, quando paga pensões ou prestações sociais com o mesmo dinheiro. O mesmo acontece com as receitas.

Isto cria distorções significativas nos valores totais obtidos. É por isso que no Quadro Plurianual, que utiliza a mesma metodologia (não consolidada) presente no Mapa 1 do OE, surgem valores totais para o limite da despesa pública que são, mesmo excluindo a gestão da dívida pública de 242 mil milhões de euros, cerca de 83% do PIB, um valor que é quase o dobro dos 44,3% previstos pelo Governo no Programa de Estabilidade para a despesa pública efectiva consolidada.

Do lado da receita, a estimativa de quase 300 mil milhões de euros (um valor superior ao PIB anual) presente no Quadro Plurianual para a receita com impostos em 2025 é totalmente diferente da habitual estatística de carga fiscal, que fica abaixo dos 38% do PIB. As distorções provocadas pelo facto de os dados não serem consolidados estendem-se também às taxas de variação da despesa, impedindo que se faça, com base nestes números, uma leitura sobre o rumo que o Governo pretende dar à política orçamental no próximo OE.

"Apresentado desta maneira enganadora, este Quadro Plurianual não tem significado económico nenhum, não serve para nada. Os dados pura e simplesmente não são interpretáveis", afirma o especialista em finanças públicas Paulo Trigo Pereira. Já Rui Baleiras, coordenador da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO), concorda que os dados apresentados "são muito difíceis de interpretar" e acrescenta outra crítica, a de que, na prática, os limites aí previstos têm muito pouco de vinculativo, uma vez que a lei prevê igualmente que podem ser alterados a qualquer momento. "É um instrumento inútil enquanto instrumento de disciplina orçamental", afirma. Esta crítica é feita pela UTAO há já algum tempo. **Sérgio Aníbal**

BE entrega exposição à PGR sobre navio com bandeira portuguesa

Fernando Costa

Mortágua defende que o Estado português deve retirar a bandeira ao navio ou assegurar que não há explosivos a bordo

O Bloco de Esquerda entregou ontem na Procuradoria-Geral da República (PGR) uma exposição sobre o navio com bandeira portuguesa que, de acordo com o partido, várias organizações de direitos humanos e a relatora especial da ONU para a Palestina, transportará explosivos para Israel. Segundo Mariana Mortágua o objectivo é "prevenir" que Portugal possa vir a ser acusado de "ser cúmplice de um genocídio na Palestina".

A coordenadora do Bloco sublinhou que o Estado português subscreve várias convenções internacionais de defesa dos direitos humanos e prevenção do genocídio, pelo que não deve permitir a exportação de armas para Israel. Por isso, a exposição feita pelo partido à PGR tem o objectivo de garantir que o Estado português cumpre o direito internacional e "prevenir a indignidade de o Estado português poder vir a ser acusado de ser cúmplice de um genocídio na Palestina". Mariana Mortágua anunciou também que o BE vai chamar o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, ao Parlamento, com carácter de urgência.

Em causa está um cargueiro com bandeira portuguesa e que estará, alegadamente, a transportar munições para Israel. No texto que acompanhava uma série de perguntas enviadas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre o assunto, em Agosto, o BE referiu que, como o navio está registado no Registo Internacional de Navios da Madeira, "coloca Portugal na situação de cúmplice das atrocidades e crimes levados a cabo por Israel". Ontem, Mariana Mortágua defendeu que Portugal, "em cumprimento das normas internacionais", deve tomar uma de duas acções: ou "retirar o pavilhão [a bandeira portuguesa]" ou "garantir que não há explosivos neste barco".

"A relatora especial das Nações Unidas para a Palestina já veio alertar para este caso em específico. E o que veio dizer é grave: Portugal pode vir a ser acusado (...) na Justiça Internacional de cumplicidade com um genocídio por parte do Estado israelita contra a população de Gaza", alertou a coordenadora do BE.

Francesca Albanese, relatora especial da ONU, disse estar "extremamente preocupada com o potencial apoio de Portugal ao navio", referindo que pode estar em causa uma "brecha" na Convenção da Prevenção e Punição do Crime de Genocídio. De acordo com Albanese, seguem no cargueiro oito contentores de explosivos que deverão seguir para Israel.

No final de Agosto, Paulo Rangel, ministro dos Negócios Estrangeiros, negou que o navio transporte armas, munições ou material de guerra, sustentando que apenas transportava explosivos. Disse também que o navio em causa, pertencente a uma empresa alemã, não se dirigia para Israel, mas sim para o Montenegro e a Eslovénia. Mortágua disse ontem que é verdade que o navio segue para a Eslovénia, mas alegou que os explosivos que estarão no interior "têm uma guia de destino até Israel".

Citada pela Lusa, a líder do BE acusou Rangel de escolher "uma versão dos factos que oculta a real intenção daquele navio, que oculta a bandeira portuguesa daquele navio e que aquele navio transporta uma carga que se destina ao Exército israelita".

O cargueiro em causa já foi impedido de ancorar na Namíbia pelo Governo do país, que terá sido alertado por uma organização da sociedade civil para a possibilidade de transportar material de guerra para Israel.

Como noticiou o PÚBLICO, depois de especialistas em direito internacional alertarem para a possibilidade de os países virem a ser acusados de cumplicidade com um genocídio, vários Estados começaram a tomar medidas, como proibir a venda de armas ou impedir escalas de navios que transportem armas ou munições para Israel.



Mariana Mortágua: BE vai chamar Rangel ao Parlamento

Política

As leis de excepção “contribuíram para minar as práticas democráticas” no século XX

Fernando Costa

Arturo Zoffman vai estudar o papel que teve o “Estado formalmente democrático” na crise da democracia, no início do século passado

Várias leis democráticas foram instrumentalizadas para ajudar a cimentar regimes autoritários ou ditatoriais. É o que defende Arturo Zoffman, investigador da Nova que vai analisar de que forma ferramentas como os estados de excepção podem ter servido para consolidar ditaduras europeias no início do século XX. De olhos no presente, considera que em Portugal já existem indícios de uma degradação da democracia.

Zoffman lidera o projecto de investigação *O caminho constitucional para as ditaduras: estados de excepção e autoritarismo na Europa entre 1900 e 1939*, no qual vai analisar, nos próximos cinco anos, oito países europeus: Espanha, Itália, Grécia, Alemanha, França, Inglaterra, Checoslováquia e, claro está, Portugal. O projecto de investigação vai ser financiado por uma bolsa de investigação de 1,5 milhões de euros do European Research Council.

Em conversa com o PÚBLICO, o investigador espanhol do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa defende que, no início do século XX, os estados de excepção contribuíram para “minar as práticas democráticas”. Começou a aperceber-se disso enquanto estudava movimentos revolucionários, anticoloniais, anarquistas, entre outros, sempre “através dos arquivos da polícia política e do Estado”. “Estudando nos arquivos dos ministérios do Interior e da polícia, comecei a olhar para o mundo através dos olhos do próprio Estado”, explicou.

De país a país, como o enquadramento legal era diferente, a aplicação de leis de excepção, necessariamente, também o era. No entanto, o investigador destaca que houve dois tipos de leis de excepção que foram sendo aplicados, no início do século XX, de forma mais sistemática: a suspensão de garantias constitucionais, “que permitia ignorar ou contornar garantias democráticas”, e o estado de sítio, no qual “a autoridade e a defesa da ordem pública passam para as mãos do exército”.

Por definição, estas leis de emergência têm carácter excepcional e temporário. Mas, como esclarece Zoffman, depois de aplicadas inicialmente, as medidas começaram a ser postas em prática de uma forma mais regular e prolongada. Por exemplo, para “fazer face aos abalos do pós-guerra, às ondas de greves, de lutas sociais, lutas anticoloniais” da época.

“Em Espanha, por exemplo, a suspensão de garantias constitucionais esteve em vigor durante três anos depois da Primeira Guerra Mundial”, lembrou o investigador. “Três anos em que os governadores, que eram o braço local do poder executivo, podem suspender jornais, dissolver associações sem autorização de um juiz, podiam deter pessoas por ordem governativa.”

Esta hipótese de estudo da investigação, de que as leis de excepção “contribuíram para degradar a democracia”, “tem sido ignorada pela historiografia e pela opinião pública”, defende Arturo Zoffman. “Quando pensamos na crise da democracia no período entre guerras, geralmente pensamos no fascismo e ignoramos o papel que teve o próprio Estado formalmente democrático, liberal, nesse processo.”



DANIEL ROCHA

Portugal é dos países visados no estudo, que pretende mostrar como as leis de excepção têm contribuído para “degradar a democracia”

E no presente?

Se um “um líder autoritário chegasse ao poder” actualmente, em Portugal, teria “um arsenal bastante amplo na própria ordem legislativa actual” para impor um regime autoritário, explica Arturo Zoffman. “Poderia aplicar todas estas leis de excepção para impor um regime autoritário. Foi o que Salazar fez.”

Portugal não é um dos países onde, no período pós-pandemia, se assiste a uma aplicação sistemática de leis de emergência. Ainda assim, o investigador reconhece que já existem indícios de desgaste democrático. Usa como exemplo a entrada da polícia na Faculdade de Psicologia, em Lisboa, “para despejar os estudantes” que estavam num protesto pacífico “pelo fim do genocídio” na Palestina.

A principal razão que motivou o investigador a estudar o impacto das leis de excepção na democracia foi a aplicação destas leis durante a pandemia da covid-19, quando foi aplicado o estado de emergência. Afinal, referiu num comunicado, “estas ferramentas legais permitiram aos governos contornar ou até suspender elementos básicos da Constituição”.

> **Se um líder autoritário chegasse ao poder, poderia aplicar todas estas leis de excepção para impor um regime autoritário. Foi o que Salazar fez**
>
> **Arturo Zoffman**
> Investigador



Mas anos antes da pandemia, já havia episódios pontuais de aplicação destas leis como, por exemplo, a declaração do estado de emergência em 2015, na sequência dos ataques ao Bataclan, em França. Mas o investigador refere outros episódios de “medidas repressivas bastante surpreendentes, como as que foram aplicadas contra os ‘coletes amarelos’ em França” ou “contra as manifestações de apoio à Palestina” em vários países.

Ainda que “as condições sejam diferentes”, Zoffman encontra paralelismos entre o período que vai estudar e a actualidade. Também já se vê uma tendência em que alguns Estados começam, aos poucos, “a tentar contornar alguns dos nossos direitos democráticos básicos”. Dá o exemplo de países como El Salvador, Turquia e Hungria, onde, diz, “estes governos têm aproveitado, de facto, este tipo de leis repressivas que lhes fornecem as próprias Constituições para impor regimes autoritários”.

Apoio a professores deslocados aumenta para os 150 a 450 euros

Subsídio de deslocação e novo concurso para entrada no quadro de professores contratados deverão ser aprovados pelo Governo amanhã em Conselho de Ministros

Clara Viana

O valor do subsídio de apoio a professores deslocados oscilará entre 150 e 450 euros e não entre 75 e 300 euros, como inicialmente proposto pelo Governo, informou o ministro da Educação no final de uma nova reunião com os sindicatos, que decorreu ontem de manhã.

Em comunicado, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) explicitou que a nova proposta prevê um incentivo de 150 euros para os professores colocados a uma distância entre 70 e 200 quilómetros do seu domicílio fiscal, de 300 euros quando ficam entre 201 e 300 quilómetros e de 450 euros quando colocados a mais de 300 quilómetros.

Os sindicatos de professores tinham defendido que os valores iniciais propostos para o subsídio de deslocação fossem revistos em alta, o que foi atendido pela tutela. O ministério concordou também em alargar a todo o universo potencial de beneficiários e a todos os grupos de recrutamento (disciplina), mas manteve a premissa inicial: o subsídio será apenas para professores colocados em escolas com mais carência de docentes, que se localizam sobretudo nas regiões de Lisboa e do Algarve, e será pago ao longo de 11 meses.

Tanto os sindicatos de professores, como os directores consideram que este modelo põe em causa a equidade entre docentes, já que deixa de fora muitos professores que percorrem diariamente longas distâncias e que não terão direito a subsídio de deslocação por darem aulas em escolas sem falta de docentes. Esta desigualdade também se faria sentir no interior das escolas, caso se tivesse mantido o outro requisito inicial para a atribuição do subsídio: ser pago só a professores das disciplinas com maior carência de docentes, como são o caso de Português ou Matemática.

Em declarações aos jornalistas, Fernando Alexandre esclareceu que este apoio será também atribuído aos docentes que já se encontram colocados nas escolas mais carenciadas e não apenas aos professores que obtenham colocação no concurso extraordinário de vinculação, que o MECI pretende concluir em Novembro.

Sobre o aumento do subsídio de deslocação, o ministro apresentou-o como "mais um passo que permitirá tornar mais atractivas as posições que vão abrir" com o novo concurso para entrada no quadro. "A nova proposta do Governo surge na sequência dos contributos recebidos das estruturas sindicais na reunião realizada no dia 29 de Agosto", salienta-se no comunicado do MECI.

Sem habilitação profissional

Fernando Alexandre indicou que serão enviados "mais detalhes" sobre este procedimento aos sindicatos. E que foi pedido a estes que enviem as suas contrapropostas "até ao fim da tarde desta terça-feira", de modo que as novas medidas possam ser aprovadas em Conselho de Ministros amanhã. O ano lectivo arranca no dia seguinte, 12 de Setembro.

O novo concurso será alargado a candidatos que só têm habilitação própria, ou seja, que não são detentores de um mestrado em ensino que lhes garanta a habilitação profissional necessária para ingressarem na carreira. Até agora, a autorização para contratar estes candidatos limitava-se à contratação de escola. Os professores que concorrem aos concursos nacionais precisam de ter habilitação profissional. O novo concurso não terá, contudo, âmbito nacional, limitando-se a abrir lugares em Quadros de Zona Pedagógica onde se localizam as escolas carenciadas.



> **Com a rápida promulgação, como é habitual, do Presidente, no máximo em Novembro estará concretizado**
>
> **Fernando Alexandre**
> Ministro da Educação

"Alertamos o ministério para a situação em concreto de cerca de 2500 alunos de mestrado e que poderão ser ultrapassados por aqueles que, não tendo ingressado no mestrado, poderão agora ingressar nos quadros. Há necessidade de acautelar esta situação, para que não haja a criação de mais injustiças", sublinhou o dirigente da Federação Nacional da Educação (FNE), Manuel Teodósio.

Numa proposta que enviou à tutela no domingo, a Federação Nacional de Professores (Fenprof) defende que os docentes com habilitação própria, "a obterem colocação, deverão ter nomeação provisória, que se converterá em definitiva após o processo de profissionalização, a garantir pelo MECI, gratuitamente, até cinco anos".

A proposta do MECI prevê também que o concurso seja aberto apenas a professores contratados, o que mereceu críticas por parte dos sindicatos. "Talvez não fossem muitos aqueles que estariam interessados, mas o facto de não lhes ser permitido não nos parece ser uma boa posição", lamentou Manuel Teodósio. O secretário-geral da Fenprof, Mário Nogueira, alertou que os professores já integrados nos quadros do Ministério da Educação que quisessem agora candidatar-se a uma vaga noutra escola poderão ver-se ultrapassados por colegas com menos tempo de serviço.

O ministro frisou que as medidas que vão ser aplicadas neste ano lectivo se destinam a reduzir o número de alunos sem aulas, mas não serão suficientes para resolver o "flagelo" da falta de professores, que se tornou um "problema estrutural". Fernando Alexandre voltou a defender que, para ultrapassar esta "falha grave" da escola pública, que é ter alunos sem aulas, é necessário valorizar a profissão docente, o que terá de passar por "uma revisão da carreira". A primeira reunião com esse objectivo foi marcada para 21 de Outubro.

A última revisão da carreira docente data de 2010, com Isabel Alçada como ministra da Educação.



Nova proposta de incentivo para professores deslocados irá aplicar-se a t

Só cerca de 7000 professores terão os dados para re

Dos mais de 100 mil professores abrangidos pela recuperação do tempo de serviço que esteve congelado, cerca de 7000 já terão o processo validado, a crer nas declarações dos líderes sindicais ouvidos pelo PÚBLICO no final da primeira reunião da comissão de acompanhamento designada para esta matéria, que decorreu ontem. O Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) não confirmou o número. Contudo e segundo o balanço enviado às redacções na semana passada, seriam 5924 os docentes com dados já confirmados pelas escolas, que vão receber o respectivo acerto salarial este mês. O encontro de ontem foi, sobretudo, técnico e para esclarecer dúvidas práticas que decorram ao longo do processo de recuperação do tempo de serviço.

"É natural que no universo de milhares de professores existam dúvidas neste processo", referiu o dirigente da Federação Nacional de Educação (FNE), Pedro Barreiros, ao PÚBLICO ainda antes da reunião, onde estiveram também representados os directores escolares. "Foram muitas as questões que foram levantadas, que ficaram registadas. Acordaram-se metodologias e procedimentos a aplicar no dia-a-dia, por exemplo", desenvolveu Manuel Teodósio, da FNE, que esteve presente na reunião. "Tipificámos as situações [que mais dúvidas suscitaram aos docentes] porque elas são mais ou menos as mesmas", explicou, por sua vez, ao PÚBLICO o líder da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), Mário Nogueira. O grande problema no processo tem sido a plataforma de validação dos dados, que, defende: "Tem tudo o que está errado."

Segundo o relato de Mário Nogueira, casos há em que o nome do docente está incorrecto, noutras situações poderá ser a sua formação ou

NUNO FERREIRA SANTOS



odas as disciplinas, mas só nas escolas que têm mais falta de docentes

ecuperar tempo de serviço congelado validados

outros erros. "Há muitos problemas a acontecer", resume o sindicalista. Por isso, a comissão vai voltar a reunir-se a 21 de Outubro, no mesmo dia em que se inicia a revisão da carreira docente, para que questões que continuem a surgir sejam resolvidas de forma célere.

O prazo para a validação dos dados dos docentes de modo que o pagamento seja feito em Setembro terminou a 29 de Agosto, mas foi alargado até às 23h59 de 1 de Setembro. Porém, este não é um processo estanque. No caso dos processos que ainda venham a ser concluídos, os docentes receberão pelo novo escalão no mês seguinte à conclusão de todos os procedimentos, estando garantido o pagamento de retroactivos com efeitos ao mês de Setembro.

"Claro que se chegarmos a Novembro ou Dezembro e as pessoas continuarem sem ter essa actualização começamos a desconfiar. Neste momento, não existe nenhum atraso. Existe a perspectiva de haver atrasos, mas existe o compromisso do Governo de que será resolvido. Vamos acreditar que sim", assegurou Mário Nogueira.

No que toca ao universo de docentes com o processo validado no âmbito da recuperação do tempo de serviço congelado, "os números deverão subir de forma acentuada ao longo do mês de Setembro, com o arranque das actividades lectivas nas escolas", de acordo com o comunicado do Governo da última semana. Até 1 de Setembro, 76.809 docentes tinham acedido à plataforma para reconhecimento do tempo de serviço congelado: 2088 processos com informação validada pelos docentes aguardavam confirmação pelas escolas e havia ainda 6627 processos lançados pelas escolas que aguardavam validação por parte dos docentes. Desde o fim de Junho que as escolas têm vindo a actualizar todos os dados necessários. **Daniela Carmo**

Reserva de recrutamento

Número de professores sem escola está a aumentar: são mais de 20 mil

Clara Viana

A dois dias do arranque do ano lectivo, o número de professores sem escola atribuída está a aumentar: segundo cálculos do PÚBLICO, serão agora cerca de 21 mil, quando, no final de Agosto, eram 19.382. Estes cálculos foram efectuados com base nas listas da segunda reserva de recrutamento de 2024/2025, cujos resultados foram divulgados ontem. As reservas de recrutamento são concursos nacionais de colocação de professores que estão abertos todo o ano lectivo para tentar responder às necessidades que vão surgindo nas escolas. Nas duas deste mês foram colocados cerca de 4400 professores contratados (1962 a 2 de Setembro e 2500 ontem).

Estes procedimentos seguem-se ao concurso de contratação inicial, o maior destinado a docentes a contrato, cujos resultados foram conhecidos em Agosto. Segundo o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), dos 21.803 que se candidataram, 19.302 não obtiveram então colocação.

O aumento agora registado nas listas de não colocados da segunda reserva de recrutamento volta a aproximar este contingente do seu valor inicial, o que se poderá justificar pela necessidade de substituir os professores que, entretanto, se reformaram (458 em Setembro), aqueles que já entraram em baixa médica e ainda os que recusaram a colocação que lhe foi atribuída.

Como têm alertado sindicatos e movimentos de professores, o facto de haver mais professores nas listas não significa que seja mais fácil resolver o problema da falta de docentes, já que a maioria dos que estão por colocar não é das disciplinas com maior carência. E, devido aos preços da habitação, dificilmente aceitarão ser colocados nas regiões de Lisboa e do Algarve, que são as mais fustigadas por este problema.

Informática sem sobras

Destaque-se que os números das colocações dos professores não são valores estáticos, bem pelo contrário. Os lugares que ficam por preencher nas reservas de recrutamento passam para contratação de escola.

É também um concurso com duração anual, mas, ao contrário das reservas de recrutamento, compostas por listas nacionais, os candidatos podem escolher directamente a escola e o horário a que se candidatam. Entre a reserva de 2 de Setembro e a de ontem, 76 docentes contratados foram retirados das listas nacionais por terem aceitado colocação em contratação de escola.

O aumento do número de professores por colocar não se regista, contudo, em todas as disciplinas. Em Informática, uma das disciplinas com mais falta de docentes, sobram apenas 32 docentes nas listas.

Em situação folgada continuam os grupos da educação pré-escolar, 1.º ciclo e de Educação Física: nos dois primeiros estão por colocar cerca de 8900 professores e no último perto de dois mil. Estes três grupos foram também os que tiveram mais candidatos colocados na reserva de recrutamento de ontem, um cenário que se repetiu praticamente ao longo de todo o ano lectivo passado.

Os cálculos efectuados no blogue de Arlindo Ferreira, especialistas em estatísticas da Educação, dão ainda conta de que, dos 2500 agora colocados, 1936 vão ocupar horários temporários, ou seja, que não têm duração anual. Estes são geralmente os horários pedidos para substituição de professores de baixa médica.

Na reserva de recrutamento anterior, todos os horários ocupados eram anuais. Mas a maioria dos horários preenchidos (63%) continuam a ser completos, ou seja, correspondem a 22 horas de aulas por semana.

O aumento agora registado nas listas de não colocados pode dever-se às reformas, às baixas médicas ou aos que recusaram a colocação

Quanto aos professores do quadro, mais 453 ficaram agora com horas de aulas atribuídas. Dos 1611 que partiram para as reservas de recrutamento com horários-zero (sem alunos), restam perto de 200 nesta posição.

"Falha grave"

A maior parte destes "horários-zero" está concentrada na Região Norte e contrasta "com um elevado número de horários por preencher nas regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve", conforme destacou o MECI em Agosto, na sequência dos concursos de contratação inicial (para contratados) e de mobilidade interna (destinada aos docentes do quadro).

Foi na sequência dos resultados destes concursos que o Governo apresentou mais duas medidas de urgência (subsídio de deslocação e vinculação extraordinária) para tentar atrair mais docentes para as escolas e regiões mais afectadas. Estas medidas, que deverão ser aprovadas em Conselho de Ministros amanhã, juntam-se a um pacote já em vigor, em que se prevê, entre outras acções, a atribuição de uma remuneração extra aos professores que optem por continuarem a dar aulas, apesar de já terem atingido a idade da reforma, e a docentes já aposentados que escolham voltar às escolas, medidas com que se quer "ganhar" 1200 docentes.

Com base no historial das ofertas em contratação de escola, o grupo Missão Escola Pública alertou que cerca de 200 mil alunos poderão começar o ano sem todos os professores. O MECI adoptou uma série de medidas "excepcionais" para reduzir o número de alunos sem aulas, que o ministro Fernando Alexandre identificou como uma "falha grave" da escola por, precisamente, se estar a negar o básico a estes estudantes.

NUNO FERREIRA SANTOS



Em situação folgada está a educação pré-escolar e o 1.º ciclo

RUI GAUDÊNCIO



AIMA começou a despachar processos pendentes de imigrantes

Joana Gorjão Henriques

Agência alerta para a importância de actualizar contactos. Este é o último passo até receberem um cartão de residente

Harinder Kaur veio de Lagos na camioneta da meia-noite e chegou a Lisboa às 5h. São 10h e agora chamam-na para ir finalmente finalizar o processo de autorização de residência no primeiro centro da estrutura de missão da Agência para a Integração, Migração e Asilo (AIMA), cuja abertura foi anunciada no final da semana passada - fica no Templo Hindu, em Telheiras.

Nem uma hora depois está cá fora com tudo tratado. Quando receber o cartão de residente – que lhe enviarão numa data que desconhece –, vai poder voltar à Índia e visitar a família ao fim de dois anos longe, em Portugal, e de espera de regularização. "Sinto-me feliz", diz ao PÚBLICO. A trabalhar na restauração em Lagos não se queixa das condições, mas diz que gostava de ter um trabalho mais ligado à sua formação em Ciência Política, algo que espera ser mais possível a partir de agora.

À porta do Templo Hindu não há filas, ninguém se atropela. À hora marcada entram as pessoas para o processamento presencial dos documentos e recolha de dados biométricos. Um funcionário chama quem está para ser atendido, tudo decorre de forma tranquila. Algumas pessoas sem marcação dirigiram-se ao centro na esperança de serem atendidas e verem esclarecidas dúvidas que não conseguem clarificar através do telefone (advogados e imigrantes queixam-se que as linhas não funcionam), mas tal não será possível: só são atendidas pessoas com marcação.

Para este primeiro dia estavam agendadas pouco mais de 200 pessoas, diz ao PÚBLICO fonte ligada ao processo. Lá dentro os funcionários têm formação: cerca de 50 do primeiro turno, depois entram outros 50 para o seguinte. O centro funciona das 8h às 22h.

Há quatro meses a AIMA enviou um *email* a 230 mil imigrantes que tinham processos colocados no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) até Abril de 2023 - desses, apenas 115 mil pessoas fizeram o pagamento, o que rendeu um total de 30 milhões de euros à AIMA. Agora, a agência deu os últimos passos para concluir as autorizações de residência com a chamada presencial das pessoas. Isto, para quem tinha feito manifestação de interesse, um mecanismo na lei para quem estava a trabalhar e a descontar para a Segurança Social que o Governo PSD decidiu extinguir a 3 de Junho. Pretende-se resolver as cerca de 400 mil pendências anunciadas que levaram à criação desta *task force*.

Na próxima "leva" a AIMA vai enviar um *email* a cerca de 285 mil pessoas que tinham iniciado o seu processo depois de 23 de Abril de 2023 e até 3 de Junho. A mesma fonte calcula que a taxa de resposta seja mais alta do que anteriormente por os processos serem mais recentes, mas estima que o total fique nas cerca de 300 mil. Ainda está a ser avaliado o momento em que vão enviar este *email*, porque dependerá do ritmo a que se vão resolvendo os processos desta primeira "leva".

Harinder Kaur gosta de viver em Portugal, porque tem conseguido encontrar mais oportunidades do que no seu país. Natural da região do Punjab, não arranjou emprego na sua área, nem lá, nem aqui. Veio completamente sozinha, sem família, sem companheiro. "Sou independente", comenta.

Sai do centro com um amigo, mas muitos imigrantes estão acompanhados de advogados. É o caso de duas irmãs brasileiras, de Santa Catarina, uma com 29 e outra com 25 anos, ambas a trabalhar na área da beleza estética, e há dois anos e meio com os seus processos de manifestação de interesse pendentes. Estiveram a viver primeiro em alojamento local e só há pouco mais de um ano é que encontraram casa para alugar.

Decidiram contratar uma advogada quando perceberam que o processo era "muito burocrático". Como cidadãs dos Brasil, pertencente à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), pagaram uma taxa que não chegou aos 60 euros, mas a Harinder Kaur foram cobrados quase 400 euros.

"Ficamos bem felizes, porque é algo que estávamos esperando e que garante um certo nível de direitos que, infelizmente, nós não temos", comenta uma delas sobre a marcação. Porém, só com cartão de residente na mão é que se vão sentir mais seguras – por isso pedem para não revelar os seus nomes.

"Nós estamos morando aqui, temos contrato de aluguer, temos os recibos, pagamos os impostos, pagamos a Segurança Social todo mês, só que não há nada que garanta os nossos direitos, se não tivermos autorização de residência", contextualiza. "Teremos os nossos direitos enquanto residentes garantidos por um documento que tem nossa foto, que tem um número, que vai ter o número de utente", acrescenta. E só isso dá uma sensação de estarem "livres": para viajar, para visitar a família no Brasil, por exemplo.

"Ter uma liberdade maior"

Formada em História, a irmã mais velha diz que quer tirar um mestrado em Portugal. Imigraram, porque queriam novas experiências e uma vida financeiramente mais folgada. "Somos jovens, não temos filhos, ainda há uma certa força, vontade de experimentar um ambiente novo", observa. Trabalham de forma independente em salões de beleza, e não se podem queixar de volume de trabalho, mas a documentação vai permitir "uma liberdade maior e estímulo para abrir uma empresa, para abrir um espaço próprio".

Como brasileira, esta mulher tem sentido um aumento do discurso anti-imigração em Portugal: "Infelizmente, não só a Europa, como o mundo inteiro, está indo para a ala da direita, dos discursos da ultradireita, principalmente, que colocam no outro, em terceiros, a culpa de todo um sistema que está em crise. E, quando um sistema está em crise, a culpa vai ser sempre do outro, nunca vai ser nossa. Então, com certeza, o discurso anti-imigração, os discursos racistas, os discursos classicistas estão em alta, porque justamente é necessário buscar um culpado", afirma. Por isso também, ter um cartão de residente é também tão importante.

A AIMA informou ontem que este centro não irá atender ninguém sem marcação. Reforça que tem em funcionamento 34 lojas e que a Loja AIMA LISBOA I, na Avenida António Augusto Aguiar, passa a estar dedicada à recepção de processos (das 9h às 17h) por agendamento, à emissão de segundas vias e à entrega de títulos (das 12h às 16h). Já a Loja AIMA LISBOA II, nos Anjos, funciona "exclusivamente para informações, sem agendamento prévio, das 9h às 17h, em função da capacidade diária". "A AIMA apela a todos os que têm processos pendentes que, caso tenham ocorrido alterações, procedam à actualização dos seus contactos (*email* e número de telemóvel) para que recebam as comunicações e devidos agendamentos brevemente."

Governo prepara via verde de cuidados de saúde mental para polícias

Mariana Oliveira

Medida está prevista desde Março de 2016, mas nunca chegou a avançar. Grupo e trabalho tem um ano para apresentar relatório

O Governo está a preparar uma via verde de cuidados de saúde mental dedicada às forças e serviços de segurança, no âmbito de um programa de saúde mental e de prevenção do suicídio destinado aos profissionais da GNR, da PSP, da Polícia Judiciária, aos guardas prisionais e aos técnicos da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. Pretende-se concretizar uma medida prevista desde Março de 2016, mas que nunca foi posta em prática.

A ideia é disponibilizar equipas multidisciplinares dedicadas ao apoio e acompanhamento psicológico nos cuidados de saúde primários, para controlar e prevenir a doença mental, nomeadamente em situações de stress, depressão e, em particular, na elevada taxa de suicídios registada nas forças de segurança.

Mas também assegurar um "atendimento expedito em situações de urgência psiquiátrica, mesmo quando o elemento policial ou de corpo especial não se encontre previamente sinalizado, garantindo acesso ao posterior tratamento e acompanhamento clínico". Isso mesmo é referido num despacho conjunto das ministras da Justiça, da Administração Interna e da Saúde, publicado recentemente em *Diário da República*.

A preocupação nesta área justifica-se pelo facto de a taxa de suicídio nas forças de segurança tender a ser superior à verificada para a população em geral. Segundo o estudo "Uma autópsia psicológica: prevenção do suicídio e outros comportamentos autolesivos nas Forças de Segurança", os dados mais recentes que o PÚBLICO encontrou, suicidaram-se, entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, 89 elementos (51 oriundos da GNR e 38 da PSP). Do perfil que os investigadores fizeram a partir da análise retrospectiva dos antecedentes dos profissionais das duas forças que consumaram o acto há vários aspectos comuns: tinham mais de 15 anos de serviço, eram casados e com filhos, apresentavam problemas pessoais e/ou familiares e cometeram o suicídio na residência com recurso a arma de fogo.



Elevada taxa de suicídios

Com o documento são criados três grupos de trabalho, um interministerial, coordenado pelo secretário de Estado da Administração Interna, Telmo Correia, e outros dois de monitorização (um da Administração Interna e outro da Justiça) com vista a delinear um plano de promoção da saúde mental nas forças e serviços de segurança, nomeadamente actualizando as medidas previstas no último Plano de Prevenção de Suicídio nas Forças de Segurança, que tinha como limite temporal 2016-2020. Estes dois grupos serão coordenados respectivamente pela inspectora-geral da Administração Interna, Anabela Cabral Ferreira, e pelo inspector-geral dos serviços de Justiça, Gonçalo Pires.

Entre os objectivos do grupo está a criação de mecanismos que permitam uma "avaliação correcta do risco de suicídio, essencial para sustentar a decisão na escolha do tratamento e do acompanhamento, ou para eventual encaminhamento para o serviço de urgência, devendo ser definidos protocolos clínicos de integração de cuidados entre as estruturas de saúde das forças e serviços de segurança", lê-se no despacho. Terá um ano para apresentar um relatório final ao Governo e seis meses para realizar um documento intercalar.

Providência cautelar contra grandes painéis publicitários em Lisboa

João Pedro Pincha

Algumas das estradas e avenidas mais movimentadas de Lisboa, como é o caso da Segunda Circular, da Av. Lusíada e da Av. Marginal, entre outras, têm desde há meses grandes painéis publicitários digitais que dificilmente passam despercebidos aos condutores. Tão dificilmente que, para o Automóvel Club de Portugal (ACP), "claramente são um factor de distracção à condução e um risco enorme para a segurança de todos, condutores e peões".

A instalação dos painéis resulta de um contrato entre a Câmara de Lisboa e a JC Decaux que prevê a instalação de até 125 painéis de publicidade digital de grande formato. Com muitos desses painéis já em funcionamento, o ACP anunciou ontem que interpôs uma providência cautelar contra a Câmara de Lisboa, a JC Decaux e a MOP, outra empresa de publicidade que também integra o contrato. A acção judicial, que deu entrada no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, "visa impedir o funcionamento de painéis luminosos de grandes dimensões, já instalados, bem como não permitir a instalação de novos painéis desta natureza", explicou o clube em comunicado. De acordo com o ACP, "a distracção ao volante é uma das principais causas de sinistralidade rodoviária em todo o mundo e Portugal permanece claramente acima da média europeia em número de mortos e feridos na estrada".

Tal como aconteceu em relação às novas paragens de autocarro, muito criticadas por lisboetas, o actual executivo de Carlos Moedas aponta responsabilidades ao antecessor, dizendo-se "refém" de um contrato assinado nos tempos de Fernando Medina. Quem na altura tinha o pelouro e assumiu todo o processo foi Duarte Cordeiro, à época vice-presidente da autarquia e mais tarde ministro do Ambiente. Carlos Barbosa, presidente do ACP (com um historial de desentendimentos com Medina, em cujo mandato foi deputado municipal do PSD), também criticara as opções do anterior autarca em declarações à CNN. "Eu não consigo entender como é que a presidência de Fernando Medina autorizou", disse, acrescentando que "em termos de segurança rodoviária é dramático, é do pior que há. É um chapão de luz aos condutores que não tem pés nem cabeça."

Registo automático de multas de estacionamento ainda vai ter de esperar

Aquisição de câmaras para instalar em carros-patrulha foi anunciada há um ano, mas autarquia aguarda ligação a sistema da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária para avançar com fiscalização

Camilo Soldado

Há um consenso sobre o problema do estacionamento abusivo no Porto. Há carros em cima de passeios, em cima de passadeiras, em paragens de autocarro. Em 2023, o município anunciou a compra de câmaras para acelerar o combate ao fenómeno e passar multas de forma automática.

No entanto, ainda não estão em operação. Há um ano, a Câmara Municipal do Porto (CMP) disse que começariam a operar em Outubro. No início de 2024, actualizou a data de início de operação para Março. Ainda não aconteceu.

Os dois equipamentos foram adquiridos e "o assunto está a avançar", disse ontem Rui Moreira. Na reunião de executivo municipal, o presidente da autarquia começou por referir que haveria questões a resolver com a Comissão Nacional de Protecção de Dados, mas, ao PÚBLICO, o gabinete de imprensa da CMP esclareceu que o assunto está pendente na Autoridade Nacional para a Segurança Rodoviária (ANSR).

Os agentes da Polícia Municipal já têm formação para operar as câmaras, mas é preciso que a ANSR disponibilize "a ligação ao Sistema de Contra-ordenações de Trânsito por ela gerida (SCOT)", refere a CMP.

Instaladas em dois carros-patrulha da Polícia Municipal, as câmaras permitiriam que os dados relativos a cada contra-ordenação entrassem directamente no sistema utilizado por esta autoridade, poupando assim a transcrição do registo de papel para computador. Numa fase seguinte, a ideia era avançar com "a autuação de viatura em infracção (autos indirectos), com suporte imagético". No entanto, sem a ligação ao SCOT, não há aplicação de multas. A autarquia do Porto ainda não tem um horizonte para que os equipamentos possam começar a trabalhar.

Esta funcionalidade permitiria aumentar a fiscalização de estacionamento abusivo numa altura em que o Governo tarda em disponibilizar à autarquia efectivos para a Polícia Municipal em número suficiente, registou Moreira. No futuro, o objectivo é adquirir mais câmaras com estas características. O autarca disse ainda que já deu conta ao Governo de vários problemas relacionados com o controlo de estacionamento, no encontro que teve com a ministra da Administração Interna, Margarida Blasco.

PAULO PIMENTA



Estacionamento abusivo prejudica transportes públicos e mobilidade dos peões

Defende que os municípios possam determinar as multas de estacionamento e refere que não faz sentido que a penalização por estacionamento ilegal seja 30 euros e que uma multa nos transportes públicos seja 120 euros. "Não consigo compreender a razoabilidade desta exigência", disse.

Instaladas em dois carros-patrulha da Polícia Municipal, as câmaras permitiriam que os dados sobre cada multa entrassem directamente no sistema

Plano para acessibilidade

A questão das câmaras automáticas foi suscitada pelo vereador socialista Tiago Barbosa Ribeiro, numa altura em que estava a ser discutida uma proposta do Bloco de Esquerda para o desenvolvimento de um "plano de obras de emergência", de modo a "tornar acessíveis às pessoas com mobilidade condicionada os passeios, os equipamentos e outras infra-estruturas" dentro de um ano.

Apesar da legislação nacional sobre acessibilidade, o Bloco de Esquerda entende que, no Porto, as pessoas com mobilidade condicionada "defrontam-se com demasiados obstáculos no acesso a equipamentos urbanos, a creches e infantários, às estações do metro, às paragens de transportes, no atravessamento em segurança dos arruamentos".

O vereador pelo BE, Sérgio Aires, ainda deu exemplos de percursos com carrinho de bebé, a vereadora pela CDU, Ilda Figueiredo, sublinhou que, neste momento, a situação é ainda "mais complicada por causa das obras" na cidade. Mas a proposta não passaria.

O presidente da autarquia, Rui Moreira, admite que "há um problema" (embora assinale que não é exclusivo do Porto), mas diz que "não é possível" resolver todos os problemas nesta área no prazo de um ano. Também o vereador do PSD Alberto Machado considerou que o prazo "não é atingível" e que o trabalho "tem de continuar a ser feito nos próximos anos".

Sérgio Aires ainda se disponibilizou para retirar a referência ao horizonte temporal de um ano, mas a proposta acabaria chumbada com votos do PSD e dos vereadores do movimento de Rui Moreira, que numa declaração de voto de oito páginas detalham o trabalho que tem vindo a ser feito pelo executivo.

Na lista de intervenções, é referido de tudo um pouco, da instalação de rampas e plataformas elevatórias à adaptação de equipamentos públicos. No apanhado da CMP entra também a instalação de 550 abrigos de autocarro.

Demolição do Bar do Fôjo suspensa após tribunal aceitar providência cautelar

André Borges Vieira

Procedimento cautelar foi interposto na semana passada pelos herdeiros do fundador do bar de Fão, em Esposende

Os trabalhos de demolição do Bar do Fôjo, em Fão, Esposende, iam continuar, mas as máquinas já não chegaram a aquecer. Uma semana depois de ter começado a obra preliminar, fica suspenso o desmantelamento da estrutura. Ontem de manhã, a equipa de demolição estava no local, junto à margem esquerda do Cávado, mas foi alertada de que não podia continuar a trabalhar pelas autoridades e familiares de Sérgio do "Fôjo" (1948-2019), que abriu o estabelecimento em 1974, em Domínio Público Hídrico (DPH). Pouco depois, foi o tribunal que reforçou que, por agora, a estrutura não vai ser derrubada. Na quinta-feira, os herdeiros interpuseram uma providência cautelar para impedirem que o edifício vá abaixo. No dia seguinte, o Tribunal Administrativo de Braga aceitou o procedimento cautelar e os trabalhos pararam por tempo indeterminado.

Na semana passada, tanto a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, que tutela o DPH, como a Câmara de Esposende, com quem foi assinado um protocolo para que os trabalhos de demolição orçados em 50 mil euros (valor que será devolvido pela APA à autarquia) fossem adjudicados, garantiam que o edifício será demolido porque estava em Domínio Público Hídrico e por questões de insalubridade.

Agora, ao PÚBLICO, o advogado dos herdeiros, Joel Duarte, que sublinha que foi dada autorização ao bar para funcionar, dá conta, por *email*, de que "a APA e a Câmara Municipal



Demolição foi travada

de Esposende ficam proibidas de continuar a demolição do Bar do Fôjo, até que o processo no Tribunal Administrativo de Braga seja julgado e proferida sentença com trânsito em julgado". Betânia Cardoso e Mónica Cardoso, filhas de Sérgio do Fôjo, que estiveram de manhã, "perto das 8h", junto ao bar, confirmam que os trabalhos não continuaram após terem falado com os responsáveis pela obra.

O PÚBLICO perguntou à APA e à autarquia, desde ontem presidida por Guilherme Emílio (PSD), que substituiu Benjamim Pereira, agora presidente da IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, se contestaram ou vão contestar a providência cautelar. Perguntou ainda que impacto financeiro terá este impasse. Mas não chegou resposta.

Versões diferentes

O Bar do Fôjo, 50 anos depois de ter começado a funcionar, está em processo de demolição. Em 2015 já tinha chegado um aviso ao estabelecimento, dando conta de que o estabelecimento seria desmantelado. Na altura, após mobilização da população, o bar acabou por continuar aberto, até o proprietário morrer, em 2019. Pouco tempo depois, entraram em vigor as restrições impostas pelo Governo na sequência da pandemia e o bar nunca mais abriu.

Em cima da mesa estava a possibilidade de a câmara fazer perdurar o legado de Sérgio do "Fôjo", um pescador, poeta, músico e filósofo popular. A família dizia que a autarquia se tinha comprometido a mostrar-lhes uma maqueta para uma nova versão do Fôjo, reabilitado, e sugerido que fosse feita uma estátua e escrita uma biografia desta personalidade da região. Benjamim Pereira, nessa altura ainda presidente da câmara, confirmava apenas que se tinha falado de uma biografia, de uma estátua e da possibilidade de se continuar com uma festa que era organizada pelo Fôjo. E que não se avançou para isso porque os familiares recusaram.

Macron e Le Pen terão feito acordo para garantir nomeação de Barnier

Segundo o *Journal du Dimanche*, Presidente francês terá obtido a garantia de que a União Nacional votará contra a provável moção de censura na Assembleia Nacional ao novo primeiro-ministro

André Certã

Aliados do Presidente francês Emmanuel Macron e de Marine Le Pen, líder parlamentar da União Nacional, terão feito um acordo para garantir a continuidade do novo primeiro-ministro francês Michel Barnier face a uma provável moção de censura apresentada contra a sua nomeação.

Segundo o jornal francês *Journal du Dimanche*, Macron terá telefonado a Marine Le Pen no dia em que nomeou Barnier primeiro-ministro, na sequência de uma série de contactos mediados por Thierry Solére, conselheiro de Emmanuel Macron e antigo membro d'Os Republicanos, que terá sido o elo de ligação entre os centristas e o partido de extrema-direita.

Solére, segundo o jornal terá reunido num jantar em sua casa Jordan Bardella e Marine Le Pen, líderes da União Nacional, com Edouard Phillippe e Sebastien Lecornu, figuras dos partidos macronistas, de forma a facilitar os contactos entre as forças políticas.

A existência de contactos prévios entre Macron e a figura principal da União Nacional foi, entretanto, negada pela própria Marine Le Pen.

"Não sou a directora de recursos humanos de Emmanuel Macron", afirmou Le Pen à imprensa francesa numa visita a Henin-Beaumont, um dos bastiões do seu partido, acrescentando que "só um primeiro-ministro da União Nacional pode implementar o projecto da União Nacional".

Quer Marine Le Pen, quer Jordan Bardella, o presidente da União Nacional, tinham afirmado que não iriam votar, pelo menos imediatamente, a favor de uma moção de censura contra o primeiro-ministro Michel Barnier.

"Não passamos um cheque em branco. Se, ao longo das semanas, os franceses forem mais uma vez esquecidos ou maltratados, não hesitaremos em censurar o Governo", afirmou Marine Le Pen.

Apesar disto, a actual líder parlamentar do partido de extrema-direita admitiu, numa entrevista ao jornal *La Tribune*, que o novo primeiro-ministro Michel Barnier "parece ter a mesma opinião" que a União Nacional "sobre a imigração".

"Ele está pelo menos consciente de que a imigração é um grande problema", acrescentou.

Também Jordan Bardella disse que iria dar "o benefício da dúvida" a Michel Barnier, acrescentando que preferia fazê-lo a ter um Governo liderado por Lucie Castets, a candidata proposta pela Nova Frente Popular.

"Espero que o primeiro-ministro e o futuro Governo possam não só começar a trabalhar, mas também estar atentos às exigências que estamos a fazer agora. E penso que, a partir de hoje, Michel Barnier é um primeiro-ministro sob a vigilância (...) de um partido político que é agora uma força a ter em conta no jogo parlamentar", avisou Bardella.

Manuel Bompard, coordenador da França Insubmissa, partido que saiu às ruas no sábado para contestar a nomeação de Barnier, afirmou na rede social X que "os macronistas que se recusaram a permitir que a extrema-direita chegasse ao poder foram traídos, tal como os lepenistas que queriam uma ruptura com as políticas de Macron".

"A maioria dos eleitores de Macron votou na segunda volta para evitar que a extrema-direita tomasse o poder", sublinhou Bompard à CNews. "Os eleitores de Marine Le Pen também foram traídos neste caso, porque me parece que votaram na esperança de romper com o macronismo, e encontram-se de certa forma como a muleta de um governo que não está no poder".

Olivier Faure, secretário-geral do Partido Socialista (PS), lembrou na rede social X a notícia do *Liberation* de 10 de Julho, que noticiava as reuniões secretas entre os macronistas e os militantes da extrema-direita, falando do "acordo" entre Le Pen e Macron revelado pelo *Journal du Dimanche*.



Marine Le Pen e Jordan Bardella à saída do Eliseu após uma audiência com Emmanuel Macron, no final de Agosto

TERESA SUAREZ/EPA

Barnier procura apoios

Em Matignon, residência oficial do chefe do Governo, Michel Barnier continua à procura de apoios partidários e de personalidades que possam integrar o seu governo.

Segundo a France Television, que contactou fontes da equipa de Michel Barnier, o primeiro-ministro "vai encontrar-se em breve com figuras importantes da esquerda", revelando ainda que "já falou com algumas ao telefone".

François Bayrou, líder do partido macronista Movimento Democrático (MoDem), afirma que uma das exigências de Barnier é de "encontrar um Governo equilibrado, ou seja, com personalidades que representem as sensibilidades de esquerda, mas também as sensibilidades do centro e as sensibilidades de direita", sublinhando que "este Governo foi formado com base num amplo meio-termo, excluindo os extremos".

Os partidos de esquerda, no geral, têm estado contra a nomeação de Michel Barnier por Macron, mesmo os mais próximos do centro político. O antigo Presidente francês François Hollande, actualmente deputado do PS, revelou que votaria a favor da moção de censura e se opunha ao Governo do primeiro-ministro nomeado.

"É um governo que vai ser de direita, com uma política de direita, e que vai ser apoiado pela extrema-direita; como é que se espera que os homens e as mulheres de esquerda participem?", questionou Hollande à France Inter, acrescentando que "a extrema-direita está a regressar pela janela, depois de o eleitorado a ter atirado pela porta fora".

Já Anne Hidalgo, presidente da Câmara de Paris e membro do PS, disse à rádio RTL que o Governo de Barnier "vai ser um governo de direita", sublinhando que não entende a possível participação de personalidades da esquerda.

"Não vejo o que é que as pessoas de esquerda têm que ver com isso. Por outro lado, todas as boas ideias que permitiriam ao nosso país sair desta confusão terão de ser apresentadas", disse Hidalgo.

Letónia e Roménia detectaram *drones* russos no seu espaço aéreo

Os dois membros da NATO condenaram os incidentes, apesar de não ter havido vítimas, nem danos materiais

A Letónia e a Roménia disseram que *drones* russos violaram o seu espaço aéreo ao longo do fim-de-semana.

As autoridades romenas relataram a entrada de um *drone* durante a madrugada de domingo, próximo da fronteira com a Ucrânia. Ontem, foram detectados fragmentos de um aparelho voador não tripulado russo numa aldeia nas proximidades do rio Danúbio que faz fronteira entre a Roménia e a Ucrânia, segundo o Ministério da Defesa de Bucareste.

Foram organizadas buscas adicionais para encontrar mais pedaços de *drones*. Ao longo do último ano, foram várias as ocasiões em que foram detectados restos destes aparelhos em território romeno, diz a Reuters. Não houve relato de quaisquer danos ou vítimas.

O Governo romeno condenou a "violação reiterada" das suas fronteiras, responsabilizando os "ataques ilegais" perpetrados pela Rússia.

No parlamento romeno está actualmente a ser debatida legislação que poderá permitir que as forças armadas possam abater *drones* que invadam o espaço aéreo de forma indevida.

O Presidente letão, Edgars Rinkevics, disse que um *drone* militar russo se despenhou no Leste do seu território. Segundo o Ministério da Defesa, o *drone* entrou no espaço aéreo da Letónia e caiu perto da cidade de Rezekne, a 55 quilómetros da fronteira com a Rússia.

Ao contrário do que tem acontecido na Roménia desde o início da invasão em larga escala da Ucrânia pela Rússia, na Letónia, que não faz fronteira com o território ucraniano, estes incidentes têm sido muito menos frequentes.

As autoridades letãs identificaram o *drone* que se despenhou no território como sendo do modelo Shahed, de fabrico iraniano, e continha um mecanismo explosivo, segundo o comandante das forças armadas do país, Leonids Kalnins. O Irão é um dos principais aliados de Moscovo na sua guerra contra a Ucrânia e, recentemente, a imprensa norte-americana revelou que o regime de Teerão enviou para a Rússia mísseis de curto alcance — o Governo iraniano negou essas alegações.

> **É um incidente grave, sendo uma vez mais uma recordação do tipo de países vizinhos junto dos quais vivemos**
>
> **Andris Spruds**
> Ministro da Defesa da Letónia

MORTEZA NIKOUBAZL/NURPHOTO VIA GETTY IMAGE



Um dos *drones* que caiu na Letónia era um Shahed fabricado no Irão

Os dois países, ambos membros da NATO, consideraram estes perigosos e condenaram Moscovo. "Apesar de não termos informações acerca de um ataque intencional da Rússia contra os aliados, estes actos são irresponsáveis e potencialmente perigosos", afirmou o secretário-geral adjunto da NATO, Mircea Geoana, através da rede X.

O ministro da Defesa da Letónia, Andris Spruds, disse que, apesar de não ter havido vítimas nem danos, este tipo de acções deve ser condenado. "É um incidente grave, sendo uma vez mais uma recordação do tipo de países vizinhos junto dos quais vivemos", afirmou.

O novo ministro dos Negócios Estrangeiros ucraniano, Andrii Sybiha, afirmou que este tipo de incursão vem recordar que "as acções agressivas da Federação Russa extravasam as fronteiras da Ucrânia". "A resposta colectiva dos aliados deve ser de apoio máximo à Ucrânia para pôr fim [à guerra], proteger vidas e preservar a paz na Europa", acrescentou o chefe da diplomacia ucraniana.

Alemanha vai repor controlos fronteiriços terrestres para travar migração irregular

O Governo alemão anunciou ontem a reposição temporária de controlos fronteiriços em todas as fronteiras terrestres, como forma de tentar travar a migração irregular e proteger os cidadãos de ameaças, tais como o extremismo islâmico.

Os controlos vão ser repostos a partir de 16 de Setembro e, inicialmente, vão durar seis meses, segundo o Ministério do Interior.

"Estamos a fortalecer a segurança interna e a dar continuidade à nossa linha dura contra a migração irregular", afirmou a ministra do Interior, Nancy Faeser.

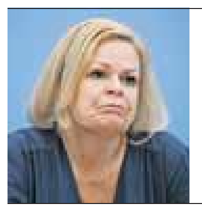
A Alemanha tem adoptado uma postura mais rígida em relação à imigração nos últimos anos, numa altura em que o Governo tenta retomar a iniciativa num contexto em que o partido de direita radical Alternativa para a Alemanha (AfD) tem aumentado de popularidade à custa deste assunto.

Os ataques à faca mais recentes, nos quais os suspeitos eram requerentes de asilo, aumentaram os receios em relação à imigração. O Daesh reivindicou a responsabilidade pelo ataque na cidade de Solingen que matou três pessoas em Agosto.

No início do mês, a AfD tornou-se o primeiro partido de direita radical na Alemanha a vencer eleições num estado federado, a Turíngia, desde o fim da II Guerra Mundial.

O anúncio surge a apenas duas semanas das eleições no estado de Brandemburgo, onde o Partido Social Democrata (SPD), do chanceler, Olaf Scholz, pretende retomar o controlo do governo estadual.

A imposição de controlos fronteiriços temporários poderá ser um novo teste à unidade europeia. A Alemanha partilha os seus mais de 3700 quilómetros de fronteiras terrestres com a Dinamarca, Países Baixos, Bélgica, Luxemburgo, França, Suíça, Áustria, República Checa e Polónia.


Nancy Faeser disse que a medida pretende dar continuidade à "linha dura" contra a imigração ilegal

O ministro do Interior da Áustria, Gerhard Karner, disse ao jornal *Bild* que o seu país não iria aceitar nenhum migrante rejeitado na fronteira com a Alemanha. "Não há espaço de manobra nisto", afirmou. "É a lei. Dei ordens à chefia da polícia federal para não aceitar nenhuma 'devolução'", acrescentou.

No ano passado, a Alemanha anunciou a imposição de controlos mais rígidos nas suas fronteiras terrestres com a Polónia, República Checa e Suíça como resposta ao aumento acentuado de primeiros pedidos de asilo.

Ataques israelitas na Síria matam 18 pessoas

Desde os ataques do Hamas em Outubro de 2023, Israel intensificou operações contra alvos da milícia apoiada pelo Irão na Síria

Pelo menos 18 pessoas foram mortas na noite de domingo em múltiplos ataques israelitas que visaram as imediações de Masyaf, uma cidade na província síria de Hama, informou ontem o Observatório Sírio para os Direitos Humanos.

Duas fontes dos serviços secretos regionais adiantaram que um importante centro de investigação militar para a produção de armas químicas, situado perto de Masyaf, foi atingido várias vezes. Pensa-se que este centro alberga uma equipa de peritos militares iranianos envolvidos na produção de armas.

Não houve uma reacção imediata de Israel, que normalmente não comenta relatos específicos de ataques na Síria.

Desde os ataques do Hamas, a 7 de Outubro de 2023, contra civis e soldados israelitas, Israel intensificou os seus ataques contra alvos da milícia apoiada pelo Irão na Síria, tendo também atingido as defesas aéreas do exército sírio e algumas forças deste país.

"Por volta das 23h20 de domingo, o inimigo israelita lançou uma agressão aérea a partir da direcção do noroeste do Líbano, visando várias instalações militares na região central (da Síria)", disse uma fonte militar à agência noticiosa SANA.

"Os nossos sistemas de defesa aérea fizeram frente aos mísseis e abateram alguns deles", acrescentou a fonte, sem fornecer mais pormenores.

Um responsável da saúde local citado pela SANA disse que 43 pessoas ficaram feridas, incluindo várias em estado crítico, nos ataques. Segundo o Observatório Sírio para os Direitos Humanos, quatro das vítimas eram civis.

Os meios de comunicação social estatais da Síria informaram também que os ataques provocaram dois incêndios, que os bombeiros estavam a tentar extinguir.

No ataque mais mediático contra a Síria desde o início da guerra em Gaza, aviões de guerra israelitas bombardearam a embaixada do Irão em Abril, um ataque que, segundo o Irão, matou sete conselheiros militares, incluindo três comandantes superiores. **Reuters**

O não uso de armas nucleares desde 1945... acabou a sorte?

Análise



Luís Sobral Domingues

Não obstante os mais de 2000 testes com armas atómicas e nucleares desde 1945 até 1996 (em larga medida subterrâneos), a não detonação de armas nucleares (NW) após Hiroxima e Nagasáqui como armas de guerra é uma realidade, e condição *sine qua non* para a continuidade da civilização humana como a conhecemos. Mas há evidência que as NW têm efetivamente sido usadas nos últimos 75 anos.

Instrumentos de poder

Metaforizando: num assalto a um banco, se um assaltante empunhar uma arma e ameaçar diretamente o caixa, questionando-o "O dinheiro ou a vida?", isto conduzirá inevitavelmente à entrega do dinheiro, sem que o ladrão tenha disparado qualquer tiro. A analogia relaciona-se com os conceitos de coerção e dissuasão, combinando formas de ameaça ativa e passiva entre Estados, com intenção de se obter uma vantagem. As NW não têm sido detonadas, mas têm sido efetivamente usadas como instrumentos de poder, elemento fulcral nas relações internacionais (RI), e sobretudo nos cálculos de estabilidade estratégica EUA-URSS/Rússia.

Ganhar a guerra ou evitá-la?

As NW modificaram o paradigma da guerra, com a dissuasão a sobrepor-se à preponderância clássica. A teoria da dissuasão nuclear assenta em dois pressupostos: 1. Um Estado não atacará um adversário, se a perspetiva dos custos desse ataque superar os benefícios; 2. As NW permitem aos Estados, mesmo com reduzida capacidade, infligir danos incomportáveis ao atacante. Quando duas potências nucleares adversárias adquirem capacidade de retaliação (*second-strike*) é alcançada a vulnerabilidade mútua (revolução nuclear), alterando-se a relação entre o poder militar e a política externa. O conceito da estratégia também evoluiu, passando a abranger formas de coerção, incluindo dissuasão, gestão de crises e controlo de armamento. O exemplo da crise de Pulwama/Balakot (2019), na díade nuclear Índia-Paquistão, mostrou uma sequência de ações militares de alto risco, que, terminada com contenção, evitou o confronto nuclear. Em contraponto surgiu a teoria da superioridade nuclear, ancorada na evolução tecnológica, que defende que um primeiro ataque em larga escala pode desarmar o adversário (cenário de altíssimo risco).

9 *vs* 184

As capacidades, disposição de forças e estratégias nucleares dos nove Estados nucleares (P5 – membros permanentes Conselho de Segurança da ONU e Israel, Índia, Paquistão e Coreia do Norte) guiam as respetivas díades nucleares, e, sobretudo, influenciam as relações dos nove com muitos dos 184 Estados "não nucleares" da ONU. O exercício do "poder nuclear" pode assumir várias nuances, e combinações entre elas, como: 1. dependência político-militar, económica e/ou tecnológica, em troca de proteção sob um guarda-chuva nuclear; 2. dissuasão nuclear, com tentativas de intimidação muito frequentes durante a Guerra Fria (GF) pelas superpotências, reerguida em 2014 e durante a invasão da Ucrânia; 3. equilíbrios estratégicos tensos e agressivos, evidentes na geopolítica da GF e da atualidade (EUA-Rússia), e no domínio regional (Índia-Paquistão). Numa perspetiva *realista*, independentemente das preferências geopolíticas, de juízos morais, das características dos líderes e da organização política dos Estados, a dissuasão nuclear não é "boa" nem "má", é uma das principais regras do jogo das RI há 75 anos.

Causas prováveis

Narang e Sagan (2022) utilizam quatro argumentos que ajudam a explicar a inexistência de detonações nucleares em conflitos armados há 79 anos, reconhecendo, porém, os desafios emergentes que se lhes colocam na era nuclear contemporânea: 1. A teoria da dissuasão; 2. A inexistência de um conflito direto entre as superpotências nucleares; 3. O reduzido número de países com NW, muito menor do que o previsto quando da entrada em vigor do Tratado de Não-Proliferação (1970); 4. O *nuclear taboo* (Tannenwald) que significa a tradição de não-uso de NW entre EUA e Rússia e a desonra moral que seria a sua utilização.



SHAMIL ZHUMATOV/REUTERS

Dissuasão ou sorte?

Os livros *The Spread of Nuclear Weapons* expõem os argumentos de Waltz (realismo estrutural) e Sagan (teoria organizacional) sobre as consequências da proliferação de NW. Para Waltz, a bipolaridade e a existência de NW são o principal argumento para a inexistência de guerras entre as superpotências durante a era nuclear, e um indicador da capacidade de o sistema internacional (SI) absorver as mudanças e conter os conflitos entre os Grandes Poderes. Para Waltz as NW melhoram a dissuasão e a defesa, sendo provável que um maior número de NW contribua para um aumento da estabilidade do SI (*more may be better*). Para Sagan, os constrangimentos das organizações são mais relevantes. A proliferação de NW é perigosa, pois a racionalidade nas organizações, os interesses corporativos, burocracias, enviesamentos, rotinas e filtros poderão conduzir a guerras preventivas, disparos acidentais ou quase acidentes (*more may be worse*).



As armas nucleares não têm sido detonadas, mas têm sido efetivamente usadas como instrumentos de poder

Limites e contextos

Com novas tecnologias, competição, rearmamento e informações de fontes abertas, a imprevisibilidade do futuro nuclear manter-se-á. O compromisso de 1985 (Gorbatchov e Reagan) de que "uma guerra nuclear não pode ocorrer e nunca pode ser ganha", reiterado pelos líderes dos P5 em janeiro de 2022, continua a ser uma regra fundamental. Esta foi até agora replicada nos contextos dos poderes nucleares regionais e, inúmeras exceções (quase-acidentes), continuam a confirmar a regra de 1985.

No entanto, são muitos os sinais preocupantes na última década que desafiam esta regra e que aumentam os riscos nucleares:

1. Avanços tecnológicos como satélites, aviso antecipado, IA, armas, conectividade e ciberespaço. A rápida evolução tecnológica parece aumentar a vulnerabilidade dos sistemas nucleares (forças, sensores e comando, controlo e comunicações) e comprometer a dissuasão nuclear e os equilíbrios estratégicos.

2. Relações EUA-Rússia: a anexação da Crimeia e a confrontação indireta desde o início da invasão da Ucrânia, sem precedentes desde 1983, a suspensão do New Start e da cooperação nuclear, aumentam significativamente os riscos nucleares. O anúncio da colocação de mísseis americanos de curto-médio alcance de novo na Europa em 2026 conduziu à resposta russa equivalente. Assistiremos a uma nova crise dos euromísseis (1977-1986)? (ou uma oportunidade para *Arms Control*?).

3. *Arms Race*: os avanços tecnológicos e o dilema da segurança conduzem os Estados nucleares à proliferação vertical (interna) de NW, acentuada na competição EUA-China.

4. Open-Source Intelligence (Osint) na área nuclear: a recolha e análise de dados por empresas e indivíduos "ajuda" os serviços de informações (*intelligence*) dos Estados na avaliação de riscos e ameaças nucleares. A revolução quantitativa e qualitativa de satélites comerciais (dados, frequência de imagem, resolução próxima de 30cm, imagem noturna e através de nuvens e de vegetação) e os instrumentos de análise automatizados (*machine learning*) fizeram crescer as "informações nucleares" de fonte aberta não tratada.

5. Redes sociais: em ligação com o ponto anterior, estas plataformas podem intensificar situações de crise através de pressão da opinião pública, desinformação, condicionamento da análise e decisão política perante *inputs* complexos na área nuclear (declarações, vídeos, imagens).

6. A banalização discursiva sobre o uso de NW, e o progressivo cancelamento dos limites entre NW e armas convencionais nas principais doutrinas (EUA e Rússia), aumentam os riscos nucleares.

Oficial da Marinha e professor convidado da NATO School

Depósitos e Certificados de Aforro mais perto, mas "travão" favorece bancos

Limite de investimento de 50 mil euros da série F do produto de poupança do Estado, que acumula com eventuais aplicações na série anterior, trava reaplicações e novas subscrições por parte dos aforradores

Rosa Soares

A taxa média dos novos depósitos a prazo está em queda há sete meses consecutivos, fixando-se em Julho em 2,65% brutos para o prazo de um ano, menos 0,45 pontos percentuais face ao máximo de 3,10% atingido em Dezembro do ano passado. Esta descida aproxima a rentabilidade do produto dos bancos da dos Certificados de Aforro (CA) da série F, que é de 2,5% ilíquidos. Mas apesar desta aproximação, os novos depósitos têm crescido, atingindo um montante recorde de 12,5 mil milhões de euros, enquanto as novas subscrições do produto do Estado têm diminuído, não conseguindo compensar os resgates, muitos deles por terem atingido a maturidade.

O Banco de Portugal (BdP) justifica boa parte das novas aplicações nos produtos bancários com a reaplicação de depósitos anteriores. Já nos CA, os reinvestimentos de poupanças estão "bloqueados". Isto porque as novas subscrições na nova série F estão limitadas a 50 mil euros por aforrador e este limite ainda acumula com eventuais aplicações feitas na série anterior, a E, cujo limite era de 250 mil euros.

Ou seja, há dinheiro a sair dos CA para os depósitos e há poupança nos depósitos "impedida" de entrar nos Certificados.



O ministro das Finanças já admitiu a possibilidade de melhorar as condições dos Certificados de Aforro. Mas até agora não há novidades

O ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, admitiu recentemente a possibilidade de melhorar os CA, depois do forte corte na taxa de remuneração e do limite de subscrição decididos pelo Governo anterior, mas ainda nada foi anunciado nesse sentido. O PÚBLICO tem questionado o Ministério da Finanças com insistência sobre este tema, mas ainda não obteve qualquer resposta.

O certo é que desde Novembro de 2023 que os resgates de CA são superiores às novas subscrições, e o saldo "encolheu" 118 milhões de euros, para 33.941 milhões, desde o início do corrente ano.

A limitação dos 50 mil euros não só trava aplicações novas de montante mais elevado, como impede o reinvestimento de montantes aplicados nas séries anteriores, mais concretamente da série C, a primeira a ter um limite de maturidade, neste caso de dez anos.

Recorde-se que a série C foi criada em 2008 e esteve aberta a novas subscrições até Outubro de 2017. Assim, parte das aplicações que atraiu, mais concretamente as realizadas até Agosto de 2014, já se venceu. Entretanto, estão a vencer-se as aplicações realizadas nos meses e anos seguintes, ou seja, até Outubro de 2027.

A série que se seguiu, a E, também tem uma duração limite de dez anos, enquanto a última, a F, lançada em Junho de 2023, tem um prazo mais alargado, de 15 anos. Apenas as duas primeiras séries, a A, criada em Dezembro de 1960, e a B, em Junho de 1986, não têm limites à maturidade, salvo por resgate voluntário ou morte do aforrador.

Desde Novembro de 2023 que os resgates de Certificados de Aforro são superiores às novas subscrições

Queda da Euribor

A nova série F manteve-se dependente da evolução da Euribor a três meses, como as anteriores, mas a taxa de rentabilidade foi limitada a 2,5%, podendo, no entanto, descer abaixo deste valor conforme a evolução da taxa de mercado.

Numa decisão polémica, o ex-ministro das Finanças Fernando Medina deixou ainda cair o prémio fixo de 1%, que era somado ao valor da Euribor.

A acumulação de prémios de permanência manteve-se, mas também em regime menos favorável que no produto anterior.

Com aquela alteração, a remuneração dos CA acabou por ficar ainda mais dependente da evolução da Euribor, mas estas taxas também acabam por ser o farol de orientação dos bancos para a fixação dos juros dos depósitos, produtos que são concorrentes por várias razões, nomeadamente pelo facto de terem capital garantido (embora com limites no caso dos segundos).

Embora a um ritmo bem mais lento, e a uma distância de mais de 100 pontos-base, ou 1%, a remuneração dos depósitos seguiu a trajectória da subida das Euribor, começando a descer precisamente quando se verificou a inversão daquelas taxas, que no conjunto dos prazos a três, seis e 12 meses estão na base de 70% da carteira de crédito à habitação.

Na recta final do ano passado, a Euribor a 12 meses atingiu o valor mais elevado nos 4,228%, tendo caído esta segunda-feira abaixo dos 3%, para 2,986%. Já a taxa média dos depósitos a um ano atingiu o ponto mais alto em Dezembro passado, nos 3,1%, descendo desde aí até 2,65% em Julho.

A queda da taxa dos depósitos – que já está num patamar significativamente mais baixo para aplicações de um a dois anos (1,99%) e a mais de dois anos (1,97%), mas com apenas 0,3% das aplicações – vai seguir a diminuição dos juros arrecadados pelo banco no crédito.

No caso dos CA, a expectativa de evolução da Euribor a três meses aponta para que termine o ano em 3%, ou mesmo ligeiramente abaixo. Para um horizonte mais distante, os contratos de futuros sobre esta taxa sinalizam uma queda abaixo de 2,5% ainda até ao final do primeiro semestre de 2025, e que encoste a 2% em 2026.

De recordar que a actual estrutura de prémios de permanência no produto do Estado, que somam à taxa-base, começa em 0,25 % entre o segundo e quinto ano, sendo de 1% entre o décimo e décimo primeiro, 1,50% entre o décimo segundo e décimo terceiro, e, finalmente, 1,75% nos dois últimos anos.

Economia

Draghi: nível de investimento na UE tem de aumentar em 800 mil milhões

Ao fim de um ano de estudo, o ex-governador do BCE e antigo primeiro-ministro italiano Mario Draghi divulgou o seu relatório sobre o "Futuro da Competitividade Europeia"



Rita Siza

Só com medidas "urgentes" e "concretas", e um aumento de pelo menos 5% do Produto Interno Bruto, é que a União Europeia conseguirá responder aos desafios da transição energética e descarbonização, recuperar a sua posição de liderança em termos de inovação e evitar ser irremediavelmente ultrapassada pelos Estados Unidos e a China, defendeu Mario Draghi, na apresentação do seu aguardado relatório sobre o "Futuro da Competitividade Europeia", nesta segunda-feira, em Bruxelas.

"Todos percebemos que a situação é preocupante. O crescimento na Europa tem estado a desacelerar há demasiados anos, a produtividade tem estado a diminuir. As condições mudaram e não podemos continuar a ignorar", argumentou o ex-governador do Banco Central Europeu e ex-primeiro-ministro italiano, que recorreu a um exemplo para ilustrar a "agonia lenta" da economia europeia face aos seus principais concorrentes globais.

"Uma comparação possível é o rendimento disponível das famílias. Desde 2019, nos Estados Unidos da América, cresceu o dobro do que na Europa. Isto quer dizer que estamos a ficar mais pobres todos os anos. O bolo está a ficar cada vez mais pequeno", observou o economista, que avançou uma série de dados estatísticos para vincar o seu apelo à acção imediata dos Estados-membros da UE, que acredita produzirá "rapidamente" uma diferença "tangível".

Em vez de "agirem isoladamente", os 27 terão muito melhores resultados se trabalharem "como comunidade", "coordenando as políticas" e "combinando esforços para ganhar escala". O relatório, que é granular, desenvolve-se em torno de três grandes eixos – descarbonização e digitalização; segurança e resiliência; preservação do modelo social – e inclui 170 propostas de diferentes tipos para reforçar a competitividade da economia europeia, agilizar a regulação e a burocracia e reduzir as dependências externas.

Como reconheceu o antigo líder italiano, esta estratégia exige escolhas políticas difíceis aos governantes europeus, que têm visões opostas em relação a muitas das questões (e soluções) levantadas no relatório. Mas numa conferência de imprensa de mais de uma hora sobre o conteúdo do documento, o ex-governador do BCE, que é um reconhecido federalista, garantiu que o resultado do seu trabalho é "independente" e neutro no que diz respeito às matérias institucionais que têm dominado o debate em Bruxelas.

"Estamos numa situação de crise. A urgência existe. O relatório tem propostas importantes para o futuro da UE, mas elas só podem funcionar se os Estados-membros concordarem em aplicá-las", salientou, acrescentando que é indiferente se os 27 decidem por unanimidade, por maioria qualificada, se avançam por cooperação reforçada ou por um tratado intergovernamental. "O que interessa é que avancem", insistiu.

Plano industrial verde

Ao lado de Mario Draghi na apresentação do relatório, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, prometeu que o documento de 400 páginas, que encomendou há um ano, servirá de base para a redacção das cartas de missão dos comissários do próximo executivo comunitário – a alemã, reeleita em Julho, prepara-se para anunciar a distribuição das pastas do novo colégio nesta quarta-feira.


FOTÓGRAFO

800

Aumento de 5% do Produto Interno Bruto reclamado por Mario Draghi no documento divulgado ontem exige uma subida do investimento em 800 mil milhões de euros

E como várias das propostas agora divulgadas foram incluídas nas orientações políticas com que Von der Leyen se apresentou à votação para um segundo mandato no Parlamento Europeu, em Julho, serão incluídas no programa de trabalho da Comissão.

"Penso que existe um consenso geral de que a competitividade tem de estar no topo da agenda e no centro da acção política da UE", afirmou a presidente da Comissão, garantindo que "o grande tópico da descarbonização como fonte de crescimento económico" terá tradução num novo plano industrial verde, que designou como Pacto Ecológico Industrial, a apresentar nos primeiros cem dias do novo mandato da Comissão.

"Temos de prosseguir a transição energética e digital. Temos de apoiar a indústria a descarbonizar e inovar, temos de investir no desenvolvimento de novas tecnologias e na promoção de competências, e temos que converter esse esforço numa vantagem competitiva face aos nossos concorrentes", resumiu Von der Leyen.

A presidente da Comissão quer "mobilizar investimento público e privado" – o aumento reclamado por Draghi pode ascender a qualquer coisa como 800 mil milhões de euros –, mas para já mantém-se cautelosa quanto ao financiamento.

OLIVIER HOSLET/EPA



O documento de 400 páginas, que Ursula von der Leyen encomendou a Mario Draghi, será a base de trabalho para os próximos comissários europeus

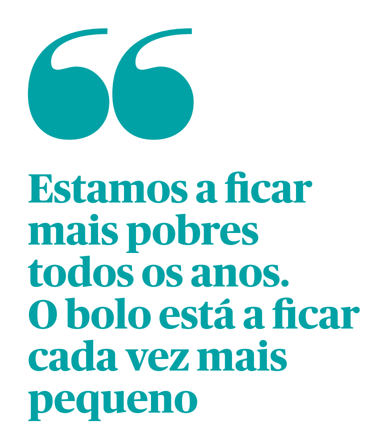
"Em relação ao investimento, sabemos que será necessário financiamento comum", concedeu, sem manifestar qualquer preferência sobre os diferentes modelos possíveis: a emissão de dívida conjunta europeia, o reforço das contribuições nacionais para o orçamento comunitário, ou a criação de novos recursos próprios da UE.

"O primeiro desafio será definir as prioridades comuns e encontrar os projectos que consideramos cruciais para financiar com dinheiro comum. Depois estudaremos o modelo de financiamento", explicou, considerando que o "incentivo" para que os Estados-membros aceitem investir é a garantia de uma "melhoria da situação orçamental a longo prazo".

Para sublinhar esse ponto, Mario Draghi explicou que nesta altura os países já não podem contar com o aumento da população para fazer crescer a produtividade e o crescimento económico.

"Até 2040, teremos dois milhões de trabalhadores a desaparecer da economia anualmente", assinalou o antigo governante.

Para aumentar o investimento em projectos que impulsionem a competitividade "será preciso financiamento público com recursos comuns", considerou o italiano, referindo que nem o investimento privado, nem o quadro financeiro plurianual – "demasiado fragmentado" – serão suficientes. "A dívida comum é instrumental", disse.



Estamos a ficar mais pobres todos os anos. O bolo está a ficar cada vez mais pequeno

Mario Draghi
Ex-presidente do Banco Central Europeu e ex-primeiro-ministro de Itália

Três áreas prioritárias

Na apresentação do relatório, Draghi destacou três áreas de intervenção que considerou prioritárias.

A primeira é a inovação. "A Europa está presa a uma estrutura industrial estática", lamentou, explicando que "o problema não é a falta de talento ou de boas ideias", mas antes a existência de "barreiras" à promoção e comercialização da inovação.

"Desde 2008, cerca de 30% dos unicórnios constituídos na União Europeia saíram, na sua maioria, para os EUA. Isto tem de mudar", considerou.

Uma segunda prioridade – enfatizada também por Ursula von der Leyen – é combinar a descarbonização com a competitividade, o que implica que "todas as políticas têm de estar sintonizadas com os objectivos climáticos". "Se isso acontecer, a descarbonização será uma fonte de crescimento económico", garantiu, ilustrando com o exemplo do pacote de incentivos concedidos pela Administração norte-americana através do *Inflation Reduction Act*.

"Temos uma oportunidade para fazer a transição dos combustíveis fósseis e baixar os preços da energia. Chegou o momento de os consumidores recolherem os benefícios da descarbonização e aproveitarem os custos mais baixos das energias limpas", defendeu, criticando o modelo de funcionamento do mercado energético, que "está dominado por interesses instalados" e, pela via fiscal, tornou-se uma galinha dos ovos de ouro dos orçamentos nacionais.

O terceiro eixo prioritário é a redução das dependências, sejam económicas, como por exemplo certas matérias-primas críticas, sejam de segurança e geopolíticas, o que implica investir na reconstrução da capacidade industrial de defesa.

Segundo Mario Draghi, a União Europeia deve rever a cartilha da sua política comercial e de parcerias, para que se torne mais "pragmática, específica e defensiva", e também adaptar a sua política de concorrência económica, tendo em conta "as novas dimensões da inovação e da resiliência".

"Propomos a descontinuação da isenção das ajudas de Estado, que só deve ser usada em projectos transfronteiriços, e também recomendamos que a política de concorrência seja menos prudente e mais ambiciosa. E com prazos mais curtos", acrescentou.

CLASSIFICADOS

Rua Júlio Dinis, n.º 270, Bloco A, 3.º Piso 4050-318 Porto | Tel. 22 615 10 00 loja.porto@publico.pt De seg a sex das 09H às 18H



EDITAL N.º 273/2024

HASTA PÚBLICA

ALIENAÇÃO DE VIATURAS RECUPERÁVEIS E EM FIM DE VIDA

Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Lagos:

Faz público que, em conformidade com o seu despacho, datado de 19 de agosto de 2024, exarado no uso das competências previstas nas alíneas cc) e qq) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delegadas por deliberação tomada na reunião da Câmara realizada em 15/10/2021, se vai proceder à hasta pública para alienação de veículos recuperáveis e em fim de vida.

– Valor Base de Licitação:
  Vide programa do procedimento
– Esclarecimentos e obtenção do programa do procedimento:
  Para obtenção do programa do procedimento e condições de ocupação, deverão os interessados dirigir-se ao Gabinete do Gabinete do Cidadão e Empresas, Edifício Paços do Concelho Séc. XXI, todos os dias úteis das 9h às 17h. - telef. 282 771 700, ou consultar o Balcão Virtual no separador *"Concursos Públicos-Alienação/Concessão de Imóveis"*.
– Concorrentes:
  • *Recuperáveis:* Podem intervir na praça os interessados ou os seus representantes, devidamente identificados, e, no caso de pessoas coletivas, habilitados com poderes bastantes para arrematar;
  • *Fim de vida:* Podem intervir na praça os Operadores de Gestão de Resíduos não Urbanos, devidamente licenciados na Área da Gestão de Veículos em Fim de Vida e no Transporte Rodoviário de Veículos em Fim de Vida, nos termos do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, e do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro (ambos na sua atual redação).
– Local e data realização da hasta pública:
  Auditório Municipal, sito no Edifício Paços do Concelho Séc. XXI, Praça do Município, em Lagos, no dia **3 de Outubro de 2024, pelas 15:00h.**

E, para geral conhecimento se publica este e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

Lagos, 20 de agosto de 2024

Na Suplência do Presidente da Câmara,
O Vice-Presidente,
Paulo Jorge Correia Reis



Contratação de Doutorado (M/F)

Foi publicado no *Diário da República* nº 174, 2.ª Série, de 09 de setembro de 2024, o Aviso n.º 20018/2024/2 relativo ao concurso **Ref.ª CDL-CTTRI-113-SGRH/2024** de âmbito internacional, para recrutamento na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto celebrado ao abrigo do Código de Trabalho, de 1 (um) lugar de Investigador Doutorado de nível inicial para o exercício de atividades de investigação na(s) área(s) científica(s) de Química, Ciências Biomédicas, Ciência e Engenharia dos Materiais, Biotecnologia com vista ao desenvolvimento de biomateriais multifuncionais para a libertação de compostos ativos, suportado no âmbito do projeto Buccal-Pep (G.A. nº. 101091765) - "Development of a multifunctional biomaterial patch for buccal delivery of peptide-analogue treatments", suportado pela HORIZON-CL4-2022-RESILIENCE-01 (RIA).

2 - O requerimento de candidatura deverá ser elaborado nos termos do edital antes referido, publicitado no seguinte endereço eletrónico: https://www.ua.pt/pt/sgrh/pessoal-investigador-novos-concursos-e-ofertas.

3 - O prazo de candidaturas é de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do aviso no *Diário da República*.

Aveiro, em 15 de julho de 2024
O Reitor, Prof. Doutor *Paulo Jorge dos Santos Gonçalves Ferreira*



EXTRACTO

Certifico, para efeitos de publicação que, nesta data, foi lavrada, no Cartório Notarial no Barreiro do Dr. **Carlos José Albardeiro Barradas,** a folhas oito, do Livro Cento e trinta e três - C, de escrituras diversas, uma escritura de justificação, tendo por justificante:
João Manuel Martins Gomes, NIF 166274755, natural da freguesia de Campo Grande, concelho de Lisboa, casado sob o regime da separação de bens com Brígida Isabel Saturnino Lopes Gomes, NIF 224102486, com residência habitual e domicílio fiscal na Rua Amália Rodrigues, número 5, CCI 1906, em Alhos Vedros, Moita.
Que, nessa escritura, o justificante declarou:
Que é dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrém, do motociclo de passageiros, de marca "Lambretta", de matrícula LL – oitenta e dois – vinte e dois, com o número de quadro cento e sessenta e seis mil cento e trinta e um, registado na Conservatória do Registo de Automóveis de Lisboa em dezassete de agosto de mil novecentos e sessenta e um, pela apresentação trinta e oito, de Manuel Dias Castro Peixoto, residente na Rua de Campolide, em Lisboa.
Que, em dia e mês que não sabe precisar do ano de mil novecentos e noventa, o pai do aqui justificante, Nelson Duarte Gomes, comprou ao referido Manuel Dias Castro Peixoto, o já identificado motociclo, tendo este assinado a correspondente declaração de venda, que entretanto perdeu.
Por sua vez, e já no ano de mil novecentos e noventa e nove, o referido Nelson Duarte Gomes e sua mulher Maria Pereira Martins Gomes, doaram a seu filho e aqui justificante João Manuel Martins Gomes, solteiro, maior, por conta das respetivas quotas disponíveis, o mesmo motociclo.
Que as sucessivas transmissões foram tituladas através dos competentes requerimento-declaração para registo de propriedade, que nunca foram levados a registo, documentos esses que se extraviaram, não tendo sido possível localizá-los apesar das diversas tentativas, o justificante ficou impossibilitado de comprovar pelos meios extrajudiciais normais as referidas transmissões.
Que, primeiramente, o referido Nelson Duarte Gomes e depois o aqui justificante, **João Manuel Martins Gomes,** vem possuindo o referido veículo como coisa sua, cuidando do mesmo, reparando-o, circulando com ele, à vista de toda a gente sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, com ânimo de quem exerce direito próprio, sendo por isso uma posse pública, pacifica, contínua, pelo que adquiriu o referido veículo por usucapião, não tendo assim, documentos que lhes permitam fazer prova da aquisição pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Barreiro, vinte e seis de julho de dois mil e vinte e quatro

O Notário, *Assinatura Ilegível*

Conta registada sob o n.º 2/5409/2024



EDITAL N.º 1367/2024

Sumário: Abertura de discussão pública - alteração à licença da operação de loteamento titulada pelo alvará de loteamento n.º 62/2002 - processo n.º 15/2024/24/0 - E/45450/2024

Abertura de Discussão Pública - Alteração à Licença da Operação de Loteamento Titulada pelo Alvará de Loteamento n.º 62/2002 processo n.º 15/2024/24/0 - E/45450/2024

João Vasconcelos Barros Rodrigues, Vereador do Pelouro do Urbanismo, Ordenamento e Planeamento, da Câmara Municipal de Braga, no uso de competências subdelegadas por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga de 2021/10/18: Faz saber que, nos termos do artigo 27.º, n.º 2, *ex vi* artigo 22.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, e alínea e) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, se encontra aberto um período de discussão pública, pelo prazo de 15 dias, tendo por objeto a alteração ao Lote 18/19/20, da Licença da Operação de Loteamento titulada pelo Alvará de Loteamento n.º 62/2002, sito no Lugar do Outeiro - Quinta do Carreiro, da freguesia de Escudeiros, atualmente integrada na União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), deste concelho, em que é requerente Matheus Lima Magalhães, e consiste no seguinte: a área de implantação passa para 206,20m²; a área total de construção passa para 566,90m²; a área de construção destinada a habitação passa para 530,90m² e o volume de construção passa para 1 416,75m³. As referidas alterações implicam modificações aos valores globais do loteamento, passando a área de implantação para 7 118,22m²; a área total de construção para 16 483,98m² e o volume de construção para 49 167,99m³, mantendo-se as restantes prescrições do alvará de loteamento em vigor. Não há lugar à execução de obras de urbanização. Durante o referido prazo, contado a partir da publicação do presente edital no *Diário da República*, poderão os interessados apresentar por escrito as suas reclamações, relativamente à pretendida operação urbanística. Mais se torna público que o processo respeitante à alteração à operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos Serviços Municipais, se encontra disponível para consulta, na Direção Municipal de Gestão do Território (DMGT), sita no Edifício do Pópulo, Braga. Para constar se mandou passar o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo, publicitado no site do Município, publicado no *Diário da República* e num jornal de âmbito nacional.

2 de setembro de 2024

O VEREADOR, *João Vasconcelos Barros Rodrigues*



Edital n.º 1368/2024

Sumário: Abertura de discussão pública - alteração à licença da operação de loteamento titulada pelo alvará de loteamento n.º 9/2000 - processo n.º 15/1998/15837/0 - E/35190/2024.

Abertura de Discussão Pública - Alteração à Licença da Operação de Loteamento Titulada pelo Alvará de Loteamento n.º 9/2000 - Processo n.º 15/1998/15837/0 - E/35190/2024

João Vasconcelos Barros Rodrigues, Vereador do Pelouro do Urbanismo, Ordenamento e Planeamento, da Câmara Municipal de Braga, no uso de competências subdelegadas por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga de 2021/10/18: Faz saber que, nos termos do artigo 27.º, n.º 2, *ex vi* artigo 22.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, e alínea e) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, se encontra aberto um período de discussão pública, pelo prazo de 15 dias, tendo por objeto a alteração ao Lote A1, da Licença da Operação de Loteamento titulada pelo Alvará de Loteamento n.º 9/2000, sito na Quinta de Santa Bárbara, da freguesia de Braga (São João do Souto), atualmente integrada na União das Freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) deste concelho, em que é requerente José Maria Silva Moreira, Arquitetura e Construção, L.da, e consiste no seguinte: deslocar/centrar o volume composto pelos pisos A.S. e seis pisos destinados à habitação com o intuito de permitir a criação de varandas nos topos do volume; o volume de construção passa para 16.255,00m³; relocalização da rampa lateral de acesso carral ao Lote A1 ao piso -2 destinado ao uso de estacionamento. As referidas alterações implicam modificações aos valores globais do loteamento, passando o volume total de construção para 205.825,00m³; reconfiguração da área cedida ao domínio público, passando a ter os seguintes valores: área de arruamentos: 6.664,00m²; área de passeios: 5.010,94m²; área de estacionamento: 2.348,50 m²; área de espaços verdes: 12.273,15m² e área de acesso às garagens: 775,41m²; o número total de fogos é de 356 (correção do quadro sinótico na planta de síntese), mantendo-se as restantes prescrições do alvará em vigor. Há lugar à alteração às obras de urbanização. Durante o referido prazo, contado a partir da publicação do presente edital no *Diário da República*, poderão os interessados apresentar por escrito as suas reclamações, relativamente à pretendida operação urbanística. Mais se torna público que o processo respeitante à alteração à operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos Serviços Municipais, se encontra disponível para consulta, na Direção Municipal de Gestão do Território (DMGT), sita no Edifício do Pópulo, Braga. Para constar se mandou passar o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo, publicitado no site do Município, publicado no *Diário da República* e num jornal de âmbito nacional.

2 de setembro de 2024

O VEREADOR, *João Vasconcelos Barros Rodrigues*



Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, constituída há mais de 30 anos especificamente para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.
Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.
Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa - Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 - Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00
Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário "Casa do Alecrim": Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril - Tel. 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org
Delegação Norte: Centro de Dia "Memória de Mim" - Rua do Farol Nascente n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra - Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org
Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal - Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org
Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL
Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org
Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim - Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org
Núcleo do Algarve da Alzheimer Portugal: Urbanização do Pimentão, lote 2, Cave, Gabinete 3, Três Bicos, 8500-776 Portimão - Telemóvel: 965 276 690 - E-mail: geral.algarve@alzheimerportugal.org

“Apanhar” erros na ciência não tem de ser um *part-time* – há até quem pague

Projecto liderado pela Universidade de Berna (Suíça) quer caçar erros em artigos científicos — e pagar a quem os procura. No cenário ideal, esta caça ao erro aumentará a qualidade da ciência mundial

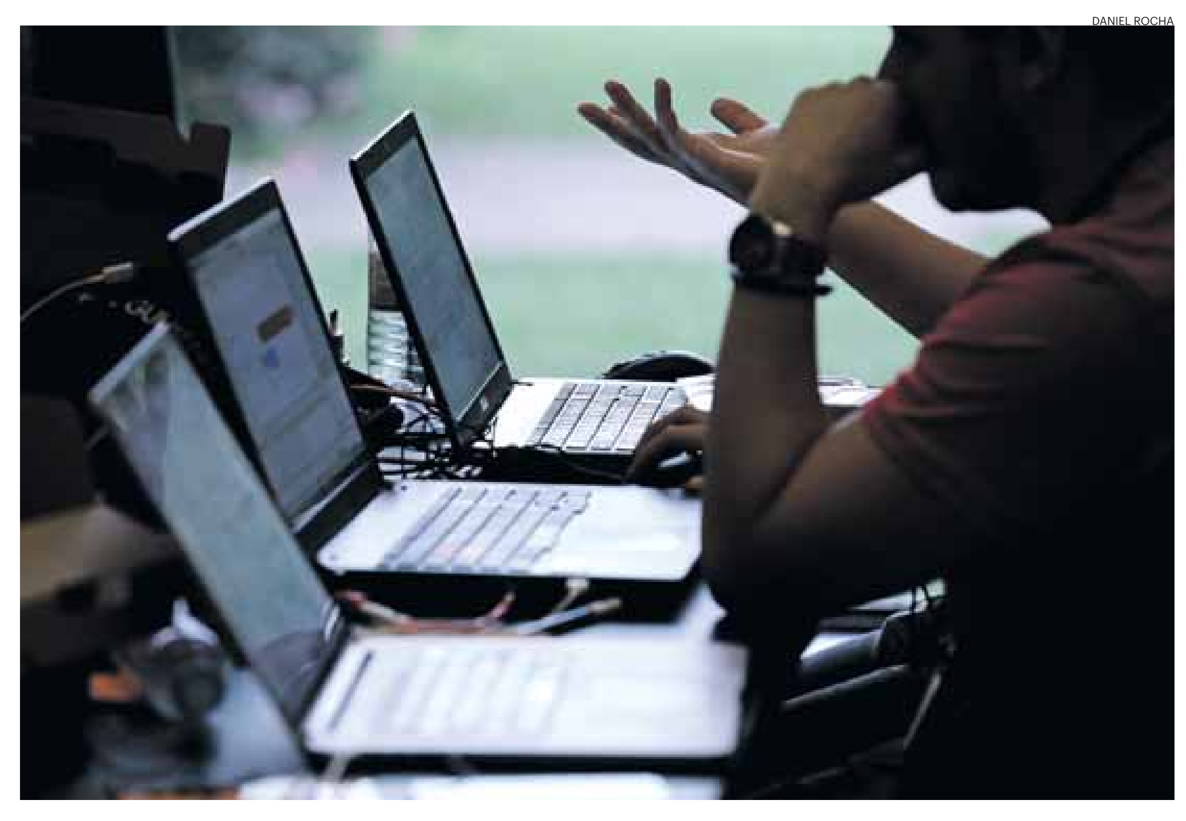
Tiago Ramalho

Se errar é humano e os cientistas são humanos, parece improvável que não haja erros na ciência — sejam propositados ou não. No entanto, a caça ao erro não costuma ter uma recompensa, pelo menos na ciência. Geralmente, é passatempo de investigadores ou de quem ganhou o gosto de procurar erros ou detectar manipulação de imagens em artigos científicos. Faltava um projecto que procurasse erros de forma quase profissional e, além disso, que pagasse a quem procura erros na ciência — até este ano.

A detecção sistemática, pormenorizada e documentada de erros em artigos científicos está na base do projecto ERROR (que, em português, significa “erro”), criado por três cientistas europeus. Há várias razões para o porquê, mas há uma mais óbvia do que todas as outras: não há um sistema montado para detectar e corrigir erros na ciência. Malte Elson, investigador em psicologia da Universidade de Berna (Suíça) e um dos mentores do projecto, é taxativo quanto à necessidade de haver sistemas de detecção de erros nas publicações científicas. “É bastante simples acrescentar factos à literatura [científica] — publicar um artigo não é assim tão complicado. Pode ser rejeitado nas primeiras dez revistas, mas a certo ponto entrará e depois de passar a revisão por pares [uma vistoria ao trabalho de outros cientistas da área], ninguém toca no artigo”, explica.

Já para corrigir erros detectados, a história é diferente. As revistas demoram a responder, os autores muitas vezes ignoram e, enquanto isso, os trabalhos vão sendo citados por outros cientistas que confiam naqueles resultados.

Um exemplo são os trabalhos retirados de publicação, ou seja, que tinham erros ou eram fraudulentos e a própria revista científica os excluiu. Há muitos artigos destes que eram altamente citados, o que é uma medida de confiança da comunidade científica e mostra que os resultados eram seguidos, mas mais relevante é perceber que, mesmo após serem retirados, continuam a ser citados. Uma compilação do *site* Retraction Watch, que trabalha com estas publicações científicas excluídas, mostra que há artigos retirados há mais de uma década que têm mais de mil citações — ou seja, mais de mil outros trabalhos citaram-nos após a exclusão.


DANIEL ROCHA


Projecto paga até mil euros para detectar erros em artigos científicos, para já apenas na área de psicologia, na qual Malte Elson (na imagem em baixo) também é formado

Investigadores querem alargar o projecto para as áreas da medicina e da inteligência artificial

Os dados preocupam. A revisão por pares serve de garantia de qualidade na ciência, ao ter dois ou três cientistas a rever o texto do artigo científico e a aprovar as conclusões apresentadas a partir dos dados descritos. No entanto, não resolve os erros que podem estar contidos nos próprios dados em bruto — e que geralmente não são fornecidos aos revisores.

Malte Elson, Ruben Arslan (Universidade de Leipzig, Alemanha) e Ian Hussey (Universidade de Berna) sentiram, assim, a necessidade de criar algo que pudesse contribuir para resolver este problema. No fundo, querem acrescentar mais uma camada de segurança e confiança ao processo científico. O projecto ERROR, sigla em inglês para Estimar a Fiabilidade e Robustez da Investigação, está em fase-piloto, na qual paga a revisores para avaliar artigos altamente citados no campo da psicologia. Procuram-se erros no código, na análise estatística, nas citações ou na bibliografia até — para a ciência ser livre de erros (tanto quanto possível).

Quem quer mil euros?

Desde Fevereiro que o projecto está em marcha. O intuito é fazer revisões a 100 artigos científicos ao longo dos próximos quatro anos — a primeira, e única até agora, foi publicada em Maio. O trabalho de Jan R. Wessel, da Universidade do Iowa (Estados Unidos), sobre a actividade motora e o que nos inibe de avançar ou impulsiona a avançar, publicado em 2018 na *Psychophysiology*, teve uma decisão positiva: “Erros mínimos.”

Espera-se que seja o primeiro de muitos, para um projecto financiado através da Universidade de Berna, que disponibilizou 265 mil euros para os quatro anos deste projecto.

Por cada artigo verificado, os revisores recebem até mil euros, e um bónus consoante o tipo de erros encontrados — erros maiores dão bónus maiores. Se for um erro fraudulento que origina, por exemplo, a retirada de publicação do artigo, este valor pode chegar aos 2650 euros.

Os autores também são compensados: recebem 265 euros por responder às questões dos revisores e disponibilizarem os dados e ainda recebem 265 euros extras se o artigo apenas tiver erros mínimos ou nem sequer tiver erros. Parece uma situação em que todos ganham. Mas não tem sido bem assim.

Até porque, nesta fase do projecto, é pedido consentimento aos autores dos trabalhos e muitas vezes não há resposta ou recebem um “não”. Por exemplo, para analisar os dados em bruto de um artigo, é necessário o envio dos mesmos pelos autores.

Há justificações plausíveis, conta o investigador suíço. Por exemplo, a saída do responsável pelos dados da equipa de investigação ou a perda de acesso aos dados brutos em publicações mais antigas. Mas isso coloca desafios para o futuro e para as próprias instituições: se, de facto, quisermos verificar os erros dos artigos futuros, como vamos fazer?

Malte Elson não confia particularmente que as revistas científicas tenham interesse em fazê-lo, embora estas tenham “quase uma obrigação contratual de assegurar que o trabalho publicado, e pelo qual recebem muito dinheiro, é preciso”. Já os financiadores poderão ter incentivos.

“O custo dos erros é em duplicado para os financiadores”, argumenta. “Primeiro, um financiador dá dinheiro a um projecto com erros, naturalmente aquele projecto poderá ter sido um desperdício ou produzido conhecimento falso - portanto, é uma perda económica. Depois, há outro custo menos óbvio. Por cada projecto seleccionado, há muitos que ficam de fora. Portanto, se seleccionaram um projecto com resultados erróneos, poderiam ter dado esse dinheiro a um projecto melhor.”

Da ideia à prática, há ainda um longo caminho. Não é fácil pedir aos investigadores para partilharem os seus dados em bruto e, mesmo que as instituições que financiam a ciência (muitas públicas e com dinheiro do Estado) queiram verificar todos os trabalhos que ajudam a pagar.

Malte Elson defende que é necessário garantir “uma ciência sem erros”, ou pelo menos com o mínimo possível.

O próximo passo será alargar a contenda: da psicologia e das ciências comportamentais, querem avançar também para a medicina e para a inteligência artificial (IA). Há duas bolsas à espera de aprovação para que se adicionem mais duas áreas ao catálogo de caça de erros do projecto ERROR. O fito é abarcar todas as disciplinas científicas.

Até lá, há muito trabalho pela frente — afinal, serão pelo menos mil artigos revistos em quatro anos. Perspectiva-se que não falte trabalho, uma vez que a ciência, como diz Malte Elson, é permeável a erros. Caçá-los pode ser uma boa forma de começar a minimizar este problema.

Até na única manhã gratuita mensal pode ser preciso pagar em Serralves

No passado dia 1, os bilhetes grátis para a mostra de Yayoi Kusama "esgotaram-se", mas quem pagasse podia afinal entrar. Fundação diz reservar entradas para não-residentes

Luís Miguel Queirós

Quando o PÚBLICO chegou a Serralves no passado dia 1, faltavam cerca 15 minutos para a hora de abertura (10h), mas já havia 504 pessoas a fazer fila para tentar ver gratuitamente a exposição de Yayoy Kusama. Os primeiros a chegar junto ao portão da fundação portuense já ali estavam desde as 8h15. É que a mostra encerra ainda este mês, no dia 29, e a próxima manhã gratuita (no primeiro domingo mensal) será já em Outubro, de modo que aquela era última oportunidade para verem as obras da mediática artista japonesa sem desembolsar os 20 euros que custa o bilhete geral para residentes nacionais.

E se o meio milhar de visitantes que chegou antes da hora ainda viu recompensada a longa espera, boa parte dos que chegaram depois – e eram tantos que a fila, pelas 10h35, já contornava a esquina – não pôde dizer o mesmo. Pelas 11h20, foi colocado um aviso perto do portão de entrada (invisível para todos os que continuavam a aguardar rua fora) a explicar que os bilhetes para a mostra de Kusama estavam "esgotados".

Acabámos por conseguir entrar, mas regressámos ao final da fila para ver até quando durariam as entradas gratuitas, e só voltámos a alcançar o portão precisamente no momento em que colocavam o dito anúncio. Perguntámos então a uma funcionária de Serralves se poderíamos ter acesso à exposição, caso pagássemos o ingresso. "Se comprar bilhete, pode", foi a resposta recebida.

A situação confirmava o relato de um leitor do jornal, Rui de Campos, que já em Julho fizera chegar uma denúncia do que apelidava "o esquema fraudulento dos domingos gratuitos" de Serralves. Explicando que viera propositadamente de Braga com um filho e uma filha adolescentes, e ainda com duas amigas desta última, como ela estudantes de arte no 11.º ano, o leitor conta que esperaram "durante mais de uma hora" até alcançarem a entrada do museu, às 11h30. "Disseram-nos, então, que já não era possível entrar de forma gratuita na exposição da artista convidada, pois o limite de bilhetes disponíveis tinha sido ultrapassado. Fomos também informados de que era desejo expresso da artista não haver demasiada gente nas várias salas do museu. Todavia, se quiséssemos pagar os bilhetes, teríamos acesso à exposição."

Confessava o leitor: "Fiquei boquiaberto à procura de uma explicação que fizesse sentido, mas confesso que não a encontrei." Recusando a proposta, "por a considerar desonesta", Rui de Campos ainda sugeriu aos quatro adolescentes pagar-lhes as entradas (como são estudantes, desembolsariam dez euros cada), mas todos rejeitaram. A fundação, acusa, "atrai centenas de pessoas para a manhã do primeiro domingo gratuito, defrauda as expectativas, propõe o pagamento do bilhete (...) e mantém um estatuto de exclusividade, tratando a arte segundo princípios meramente economicistas e elitistas" e "varrendo para debaixo do tapete os princípios da fundação e os propósitos que levaram o Estado a comprar os terrenos da quinta de Serralves".

Duas mil assinaturas

Desde Abril que o PCP tem vindo a reunir assinaturas junto das multidões que acorrem a Serralves nas manhãs do primeiro domingo de cada mês, e em quatro sessões de recolha já angariou mais de dois mil subscritores para um abaixo-assinado que exige à fundação que alargue a gratuitidade a todos os domingos e feriados, e em horário completo. Este documento deverá vir a ser usado pelo PCP para "propor uma iniciativa parlamentar", explicou ao PÚBLICO o comunista Rui Lopes.

Segundo o *Relatório e Contas* da fundação relativo a 2023, "o valor atribuído pelo Ministério da Cultura e por outras entidades da administração pública central fixou-se em 39,2% dos rendimentos totais em 2023", ao passo que os rendimentos provenientes de apoios mecenáticos representaram 24% do total. E Rui Lopes lembra que o Estado fez subir entretanto a sua dotação de 4,1 para 6,4 milhões de euros, "aumentando a percentagem de dinheiros públicos nas contas da instituição", mesmo sem contabilizar as largas dezenas de autarquias que, ao longo dos últimos anos, se vieram juntar à Câmara do Porto na lista de fundadores de Serralves, várias delas com o estatuto de fundador-patrono.

Também o Bloco de Esquerda, adianta José Soeiro, entregou ontem "um requerimento no Parlamento para a audição, na Comissão de Cultura, do conselho de administração de Serralves, incluindo os membros indicados pelo Estado, sobre a política de acesso àquele equipamento cultural". Lembrando que "a cultura é um direito constitucional que deve estar acessível a todas as pessoas, independentemente da sua condição económica", o BE, que há muito vem defendendo que a fundação deve repor a gratuitidade do acesso ao museu todos os domingos (como acontecia até 2016), vai agora fazer "uma recomendação ao Governo no sentido de estabelecer como contrapartida imperativa do financiamento do Orçamento do Estado a Serralves a sua inclusão na lista de instituições culturais que podem ser visitadas gratuitamente 52 dias por ano" por residentes em Portugal – uma medida lançada pela ministra da Cultura, Dalila Rodrigues, e que entrou em vigor já em Agosto, abarcando para já 37 equipamentos de tutela pública.

Perguntas sem resposta

Na sequência da queixa do leitor Rui de Campos e do que pôde testemunhar o jornalista que assina este texto – a quem uma companheira de fila de espera explicou que viera cedo para não se repetir o que lhe sucedera no primeiro domingo de Agosto, quando esperou uma hora para lhe dizerem que afinal já não havia bilhetes para a exposição de Kusama –, o PÚBLICO enviou um conjunto de perguntas à administração de Serralves, que esclareceu algumas delas e deixou outras sem resposta, e também ao Ministério da Cultura, que optou por não responder.



As filas dos primeiros domingos do mês à porta da Fundação de Serralves aumentaram desde que ali está patente a exposição da japonesa Yayoi Kusama

O Bloco de Esquerda quer que o Governo inclua Serralves na lista das instituições culturais que podem ser visitadas gratuitamente 52 dias por ano; o PCP exige à fundação que alargue a gratuidade a todos os domingos e feriados

Serralves explica que "a limitação do número de visitantes à exposição *Yayoi Kusama: 1945 – Hoje* tem em conta a necessidade de proteger as obras expostas" e é "um procedimento estabelecido por todas as instituições que expõem os seus trabalhos", acrescentando que essa limitação é diária, e não se resume ao domingo gratuito. "Quando é entregue a totalidade dos bilhetes gratuitos – que são a grande maioria dos bilhetes disponíveis por *slot* temporal –, há ainda uma fatia de bilhetes para não-residentes", que não são abrangidos pelos domingos gratuitos, e para os quais, sublinha a fundação, "existe igualmente uma lotação".

Mas mesmo aceitando que seja preciso guardar uma fracção de bilhetes para não-residentes, já se percebe pior que esse mesmo contingente possa afinal destinar-se a residentes, desde que estes paguem. O mais lógico pareceria ser impor um máximo de visitantes, e depois ir deixando entrar mais à medida que os anteriores fossem saindo, oferecendo os bilhetes aos residentes (até ao final do horário gratuito) e cobrando-os aos outros.

PAULO PIMENTA



Acresce que a administração de Serralves, ainda que o tenhamos pedido, não diz quantos bilhetes reserva para oferecer em cada manhã gratuita. E argumentando que "não divulga dados parciais", também não adianta números que permitam perceber se as extensas filas que se têm verificado nos últimos domingos poderão ser um fenómeno de algum modo excepcional, justificado pela popularidade da artista japonesa.

Que seja necessário limitar o número de visitantes simultâneos da exposição de Kusama parece, em todo o caso, bastante razoável, e o PÚBLICO ficou até com dúvidas se, pelo menos nos domingos gratuitos, esse limite não deveria ser mais baixo. Quando o jornalista entrou no pequeno corredor onde a mostra se inicia, as pessoas já eram tantas que tinha de estar um funcionário a pedir às que se demoravam mais na contemplação de alguma obra que dessem espaço às que vinham atrás.

Uma solução seria, claro, aumentar o período de gratuitidade, distribuindo melhor os visitantes que não podem ou não querem pagar bilhete, o que também lhes proporcionaria certamente uma experiência de fruição artística mais satisfatória. O PÚBLICO perguntou se a administração admitia alargar a gratuitidade a um domingo completo, ou a duas manhãs de domingo por mês – hipóteses mais modestas do que as reclamadas pelo PCP e pelo BE –, mas esta não respondeu, como também não satisfez o pedido para que indicasse qual seria o impacto orçamental de passar a ter um domingo mensal inteiramente gratuito.

Sublinha, no entanto, que o que está em causa é apenas a exposição de Kusama, e que, excluindo esta, "nenhum visitante ficou impedido de entrar gratuitamente, ao primeiro domingo de cada mês, para aproveitar a vasta e importante oferta cultural disponível em Serralves", que inclui "visitar a Ala Álvaro Siza, o Parque, incluindo o *Treetop Walk*, a Casa de Cinema Manoel de Oliveira e a Casa de Serralves". E ainda aceder a cerca de uma dúzia de exposições temporárias.

Esta oferta é, de resto, usada como argumento por Serralves quando confrontada com o facto de o preço do seu bilhete geral para residentes (20 euros) ser bastante superior ao praticado em museus como o MAAT (11 euros) o Museu do Chiado (oito euros) ou o novo MAC/CCB (12 euros). "Não existe mais nenhuma instituição em Portugal com a mesma extensão e diversidade da oferta artística, cultural e educativa que a fundação coloca ao serviço dos seus visitantes, defende a administração.

O restauro da "biblioteca viva" do centro cultural Brotéria venceu o prémio Vilalva

Joana Amaral Cardoso

Júri distinguiu preservação e disponibilização da biblioteca e do Fundo do Livro Antigo da instituição, com quatro mil livros

"Estamos radiantes, mas também superentusiasmados pelo trabalho que aí vem", disse ao PÚBLICO o director-geral do centro cultural Brotéria perante a atribuição do Prémio Gulbenkian Património – Maria Tereza e Vasco Vilalva ao projecto de inventariação e restauro da sua biblioteca, que alberga cerca de 160 mil volumes, entre os quais muitas raridades. O plural é importante na resposta do padre Manuel Cardoso, atendendo ao que este responsável considera estar na essência da atribuição deste prémio "a uma biblioteca que é um organismo vivo no qual há ainda muito para fazer".

É para esse trabalho, e para o centro como um todo, que reverterão os 50 mil euros do prémio que anualmente distingue intervenções em bens móveis e imóveis de valor cultural que estimulem a preservação e a recuperação do património. O centro cultural Brotéria, sito no Bairro Alto, em Lisboa, nasceu no início de 2020, mesmo antes da pandemia. Ao longo destes quatro anos, conduziu a operação agora distinguida, ao mesmo tempo que ia acolhendo encontros tertúlias, exposições, concertos.

"A biblioteca não é uma instituição separada do resto da casa, trabalhamos em equipa nas diferentes vertentes", sublinha Manuel Cardoso, que ocupa o cargo desde Abril, tendo sucedido ao padre Francisco Mota. "Está inserida numa dinâmica de uma casa", enfatiza, e por isso recebe catálogos de exposições e exemplares de revistas culturais, engrossando o seu acervo com o contemporâneo e preservando o antigo.

O acervo bibliográfico da Brotéria foi reunido ao longo do último século, e entre os seus actuais 160 mil volumes há 90 mil títulos no Fundo Geral e cerca de quatro mil no Fundo de Livro Antigo – ou seja, exemplares publicados até ao ano de 1800. Desses 160 mil volumes constam ainda perto de 65 mil periódicos. Ao todo, são incontáveis páginas sobre a História da Companhia de Jesus, ordem religiosa que ofereceu a sua biblioteca ao centro cultural, mas também de Filosofia, História, História da Igreja, Teologia, Patrística, Sociologia Política, Liturgia, Sermonística, Lexicografia, Gramática, Matemática, Astronomia e Pedagogia.

O júri do prémio Vilalva decidiu atribuir por unanimidade a distinção a este "biblioteca viva", considerando que o projecto demonstrou uma "metodologia exemplar para a inventariação, preservação, restauro e disponibilização pública" do conhecimento que ali acumula. Entre os 20 candidatos ao prémio na edição deste ano, a biblioteca da Brotéria destacou-se pelo seu trabalho de limpeza, estabilização e restauro de livros em estado crítico.

Além disso, destacou o júri, "o projecto contempla ainda o estímulo à investigação científica, ao gosto pela leitura e ao debate de ideias, designadamente através da disponibilização dos espólios bibliográficos de vários investigadores, o acesso digital a fundos documentais do Arquivo Romano da Companhia de Jesus e ao Fundo 'Jesuítas na Ásia' da Biblioteca da Ajuda, a abertura gratuita da biblioteca ao público e uma intensa programação". Essa abertura é parte essencial do projecto: até os laboratórios de restauro onde os técnicos conduzem as suas tarefas de atenção aos livros são transparentes. "Assim há também uma formação dos públicos para a sensibilização da importância da conservação do património móvel", diz o director.

Presidido por António Lamas, o júri do prémio criado em 2007 em homenagem ao mecenas Vasco Vilalva (1913-1975) é composto ainda por Gonçalo Byrne, Raquel Henriques da Silva, Rui Vieira Nery e Santiago Macias. O colectivo sublinhou o modo como o projecto Brotéria "contribui para a consolidação local de um importante pólo de dinamização cultural que, por sua vez, se articula com a rede envolvente de instituições congéneres".

Uma biblioteca "que respira"

Criada como declinação da revista *Brotéria*, que continua em edição há mais de 120 anos, a Brotéria – Associação Cultural e Científica vive no Palácio dos Condes de Tomar, onde chegou a funcionar a Hemeroteca de Lisboa. Embora as suas actividades extravasem a literatura, o ex-líbris do antigo palácio é a Sala dos Couros, onde está instalada a Sala de Leitura.

Manuel Cardoso reitera que o Vilalva "é um prémio de incentivo para continuar um trabalho" entrelaçado na dinâmica da casa, reconhecendo o contributo do anterior director-geral, da actual coordenadora da biblioteca, Ana Maria Silva, e do seu antecessor, o padre António Júlio Trigueiros. "Não somos colectivistas mas este é um prémio para a casa", reconhece, e para a sua filosofia, em que se integra uma "biblioteca que respira e dialoga com outras dimensões", propondo "uma experiência cultural".

A entrega do prémio terá lugar depois de amanhã, pelas 17h, e segue-se-lhe uma visita guiada à biblioteca e aos ateliers de restauro do Livro Antigo. O centro tem o apoio de mecenato da Jerónimo Martins, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da Câmara Municipal de Lisboa, bem como da Companhia de Jesus.

Este ano a Gulbenkian atribuiu ainda três menções honrosas: à recuperação do Palácio de São Roque – Casa Ásia – Colecção Francisco Capelo, em Lisboa; à reabilitação do Seminário Maior de Coimbra; e ao trabalho de reabilitação e restauro do Convento de Santa Clara, no Funchal.

CARMO OLIVEIRA/CORTESIA FUNDAÇÃO GULBENKIAN - BROTÉRIA



Os cuidados dedicados aos livros são mostrados ao público

A actriz que tinha “a mania da liberdade”

Obituário

Inês Nadais e Lucinda Canelas

Graça Lobo 1939-2024 Com a sua inconfundível franja sobre os olhos, foi uma marcante e exuberante figura dos palcos nacionais

MANUEL DE ALMEIDA/LUSA



Actriz, dramaturga e encenadora, presença invulgarmente livre, transgressora e irreverente na paisagem social portuguesa das décadas de 70 e 80, Graça Lobo morreu ontem, aos 85 anos, no lar da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras.

Nascida em 1939 (segundo algumas fontes na Penha de França, em Lisboa, segundo outras num palacete em Vialonga, às portas da capital, que pertencia ao seu pai, o coronel de infantaria e político Artur Leal Lobo da Costa), a actriz teve uma infância “feliz”, como contava ao *Diário de Notícias* há cinco anos, quando a sua situação de saúde há muito se deteriorara e o seu périplo por hospitais e lares era já do domínio público. Sem rodeios, recordava na mesma entrevista a sua juventude abastada em Lisboa, Londres e Dublin, com a passagem por colégios de elite e pelo convento irlandês para onde o pai a mandou, aproveitando a ausência da mulher, de quem estava separado (Lia Sacramento Monteiro tinha uma empresa de cosméticos e estava em Paris a negócios). Graça Lobo viveu entre freiras dos 15 aos 17 anos.

Do convento Graça Lobo partiu para o mundo, trabalhando como hospedeira em companhias aéreas, primeiro em Bogotá e, depois, em Lisboa, na TAP. Entre a Irlanda e a Colômbia ficou ainda um ano em Portugal e demorou-se numa “escala” em Nova Iorque, lugar ideal para uma mulher que gostava de cidades grandes.

De regresso, sempre exuberante e alheia ao politicamente correcto, foi aconselhada por três dos homens da sua vida a fazer o curso de Teatro do Conservatório Nacional e não (se) desiludiu. O primeiro convite para subir ao palco chegou quando era ainda aluna: em 1967, a Casa da Comédia quis tê-la no elenco de *Noites Brancas*, de Dostoiévski, com encenação de Norberto Barroca. Tornar-se-ia uma figura icónica dos palcos portugueses, pelas suas interpretações marcantes, mas também pela coragem com que escolheu o seu reportório.

Viria a contar essa história mais tarde, no espectáculo autobiográfico *Aqui Estou Eu Vírgula Graça Lobo*, em que contracenava com Gonçalo Ferreira de Almeida, e que se estreou em 2003 no São Luiz. Frederico Corado, que na altura trabalhava naquele teatro lisboeta, teve o privilégio de acompanhar os ensaios, processo de que nasceu o documentário *Graça Lobo Dois Pontos* (2006). “Era um espectáculo fascinante, em que víamos o Gonçalo Ferreira de Almeida a fazer de Graça Lobo, lendo textos escritos por ela, e a Graça Lobo a interpretar cenas de peças que faziam parte da sua história no teatro, como o *Velhos Tempos*, do Harold Pinter, ou o *Eu Não*, do Beckett”, diz ao PÚBLICO.

Sobrou “para memória futura” essa “cápsula do tempo” da actriz na primeira pessoa, uma longa entrevista cruzada com imagens de arquivo e muita *memorabilia*. Logo no início, o realizador comenta com a actriz que ela sempre esteve ligada a uma certa irreverência, ao que ela responde, com a sua proverbial ironia: “Graças a Deus!” Uma irreverência, realça Frederico Corado, que ela associava à sua condição de mulher, já que “os homens quando são irreverentes são ordinários”. Mas essa condição também terá “funcionado contra ela”, que sempre esteve “à frente do seu tempo”. Era uma época em que “poucas mulheres se aventuravam a avançar sozinhas com as coisas”.

Já com uma carreira que a levara a trabalhar com companhias como o Teatro Estúdio de Lisboa, o Teatro Experimental de Cascais e o Teatro de Todos os Tempos, sob a direcção de encenadores como Carlos Avilez e Victor Garcia, seria exactamente isso que Graça Lobo faria: estávamos em 1979 quando fundou o seu próprio grupo. Foi com a Companhia de Teatro de Lisboa que levou à cena peças de James Joyce (*Molly Bloom* foi um dos seus triunfos) e Samuel Beckett (talvez a maior das suas devoções), mas também do seu seguidor e cúmplice Miguel Esteves Cardoso (*Em Carne Cor-de-Rosa Encarnada*, estreado em 1982 no Teatro Villaret, ainda hoje é recordado como um acontecimento). Além de *Cartas Portuguesas atribuídas a Mariana Alcoforado* – uma produção com cenários do pintor Júlio Pomar, com quem mantivera uma relação, e que a retratou abundantemente. Depois de fazer carreira no D. Maria II e no São Luiz,a peça conheceria uma projecção internacional invulgar, com apresentações nos Estados Unidos, no Brasil e no Japão.

Com a inconfundível franja sobre os seus olhos expressivos, a boca que o *Eu Não*, de Beckett, viria a tornar (ainda mais) icónica e uma maquilhagem que se impunha, imagem de marca a que associava a voz grave, imediatamente identificável para quem estava habituado a ouvi-la no teatro e mais tarde na televisão, em programas como *Noite da Má Língua*, Graça Lobo era uma actriz de facto irreverente, no palco e fora dele, falando com desassombro das suas aventuras (foi companheira do arquitecto Eduardo Anahory, de quem teve uma filha, e Carlos Quevedo) e defendendo por vezes com estrondo os direitos das mulheres. “Fui educada em países onde esta maneira de ser ‘ousada’ era aceite”, contou noutra entrevista, ao *Correio da Manhã*.

Livre e desbocada, viveu sem pudores as suas paixões e levou também para os palcos uma frontalidade na relação com o sexo, por exemplo, que era rara no Portugal dos anos 1980. Em 1993, quando esteve em cena a peça *Os Homens*, que Miguel Esteves Cardoso escreveu para Graça Lobo e Alexandra Lencastre, enviou aos amigos um convite ilustrado com um pénis, fotografia de Paulo Nozolino. No cartaz de outra, via-se Graça Lobo em tronco nu, as mãos do actor que fazia de seu filho a tocar-lhe os seios. Frederico Corado lembra ainda um outro cartaz com as pernas da actriz: o histórico Ribeirinho terá perguntado se se tratava de um anúncio de meias.

Livre e desbocada, viveu sem pudores e ocupou sem pudores os palcos de um país que não estava habituado à sua maneira de ser “ousada” (palavras da própria)

“Ela foi perseguidíssima pelo seu desabrimento”, sublinha Corado, apontando ser surpreendente que o cinema português tenha passado ao lado desta figura tão singular. “A franja, a boca... para mim é a imagem do grito de liberdade.”

O seu derradeiro espectáculo viria a ser *As Três (Velhas) Irmãs*, a partir do clássico de Tchékhov, com Mariema e Paula Só, peça encenada por Martim Pedroso em 2015. Ao PÚBLICO o encenador recorda esse encontro fulgurante, embora não isento de tensão (até entre as três intérpretes), que fez dele o último a encenar a actriz. Escolhera-a para interpretar Olga, a mais velha das três irmãs de Tchékhov, por ter ainda na memória a “figura fascinante” que em *Aqui Estou Eu Vírgula Graça Lobo* se desdobrava no palco do São Luiz.

“Foi uma conquista. Tive de a convencer, já ela estava debilitada, na Casa do Artista. Acabou por aceitar, mas avisou-me: ‘Ficas a saber que tenho problemas de memória.’ O que não fazia mal nenhum, porque o espectáculo era também sobre as actrizes que já não têm memória mas ainda conseguem existir em palco”, conta.

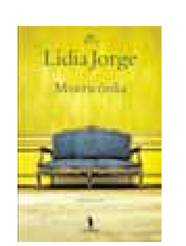
A Graça Lobo que conheceu era ainda “uma mulher muito forte, muito sábia e muito irónica, de sentido de humor e lucidez intactos”. Continuava a ser a “feminista sem papas na língua” e a actriz “corajosa” que “não tinha problemas em desconstruir-se e questionar-se”, mesmo diante dos espectadores. “Nunca ‘morria’ em palco, mesmo quando se esquecia do texto ou não conseguia levantar-se na cena final, a única em que lho era pedido. Era muito inteligente e curiosa até nesse jogo com a perda das suas capacidades”, espanta-se até hoje Martim Pedroso.

Muitos dos que foram ver a peça eram espectadores com saudades de Graça Lobo, entre eles “várias actrizes”, diz. “Foi a despedida dela sem sabermos que o seria. Se bem que ela, sim, sabia-o um bocadinho.” **com Joana Amaral Cardoso**

Guia

leituras

publico.pt/leituras

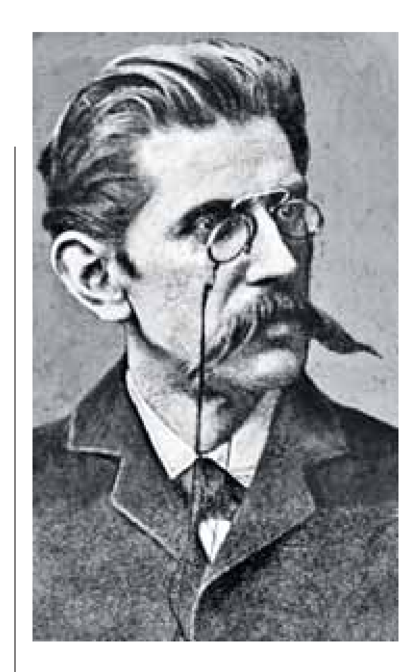


Lídia Jorge no Encontro de Leituras desta noite
Misericórdia (ed. Dom Quixote) é o romance em discussão hoje, no clube de leitura do PÚBLICO e da revista brasileira *Quatro Cinco Um*. A sessão decorre às 22h, no Zoom, como habitualmente, aberta a todos os que queiram participar. A ID é a 821 5605 8496 e a senha de acesso 719623.

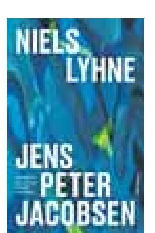
Sugestões

Não se pode entrar na vida

"Sementes de Dissidência" é um projecto literário da editora Antígona (na comemoração dos seus 45 anos) apoiado pelo programa Europa Criativa, da União Europeia, que promove a circulação de obras literárias europeias. Foram já publicados os romances *Caruncho*, da espanhola Layla Martínez, *A Parede*, da escritora austríaca Marlen Haushofer, e *Niels Lyhne*, do dinamarquês Jens Peter Jacobsen. Este último, publicado em 1880, é considerado uma obra-prima da literatura escandinava e teve entre os seus admiradores Franz Kafka, Henrik Ibsen, August Strindberg, James Joyce, Thomas Mann, e o poeta Rainer Maria Rilke, que, em *Cartas a Um Jovem Poeta*, sobre ele escreveu: "Um livro dos esplendores e das profundezas. Quanto mais vezes se lê, parece nele tudo estar contido, do mais suave aroma da vida até ao sabor pleno, grande, dos seus frutos mais pesados."
Niels Lyhne — o título do livro é-lhe dado pelo nome da personagem — é um "romance de formação" em que o leitor acompanha a vida de Niels, desde pouco antes do seu nascimento até ao dia em que "por fim, então, morreu a morte, a difícil morte" (expressão esta que ilustra uma espécie de desespero pela ausência ou perda de fé — já teorizada pelo filósofo, também dinamarquês, Kierkegaard no seu livro *Doença para a Morte* (1848), como anota a tradutora.



Jens Peter Jacobsen (1847-1885) nasceu numa aldeia das planícies costeiras da Jutlândia e mudou-se para Copenhaga para estudar ciências — também nisto a fazer lembrar um seu conterrâneo, outro dos grandes nomes da ficção europeia, Henrik Pontoppidan (1857-1943), autor do romance *Per, o Afortunado* (Relógio d'Água, 2022). Curiosamente, ambos os autores fazem um admirável retrato da Dinamarca à época do começo da industrialização, um tempo de agitação cultural e social que acontecia um pouco por toda a Europa — alguém se referiu à Copenhaga dessas décadas do final do século XIX como "o primeiro campo de batalha real do modernismo europeu". Jacobsen, ateu convicto, retratou na sua (curta) obra — um livro de poemas, um de contos e dois romances — o choque entre religião e ciência, fé e ateísmo, convenções sociais e inconformismo.
Para Niels Lyhne, a personagem que passa a vida a poetizá-la sem a conseguir captar, "a vida perdeu toda a naturalidade e todo o conteúdo" (escreve Claudio Magris no prefácio). Como se não se pudesse entrar na vida. Como se cada um de nós estivesse apenas condenado a uma "perseguição de si mesmo, insidiosamente observando o próprio rasto — em círculo, obviamente".
José Riço Direitinho



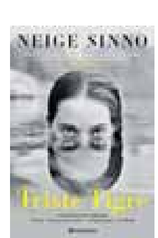
Niels Lyhne
Autoria: Jens Peter Jacobsen (Prefácio Claudio Magris; Trad. do dinamarquês: Elisabete M. de Sousa; Tradução do prefácio: Miguel Serras Pereira; Ed.: Antígona; 280 págs; 17€: Já nas livrarias)



O Princípio de Peter — Porque é que as coisas acabam sempre por correr mal
Autoria: Laurence J. Peter e Raymond Hull (Trad.: Jorge Lima; Ed.: Gradiva; 208 págs; 17,50€. Já nas livrarias)
"Quando eu era rapaz ensinaram-me que os homens do andar de cima sabiam o que estavam a fazer. Disseram-me: 'Peter, quanto mais souberes, mais longe chegarás. (...) Durante o meu primeiro ano a ensinar, incomodou-me verificar que um certo número de professores, directores de escola, supervisores e superintendentes pareciam não ter noção das suas responsabilidades profissionais, e que eram incompetentes no cumprimento das suas obrigações. (...) Cheguei à conclusão de que todas as organizações continham um certo número de pessoas incapazes de exercer os seus cargos", lê-se no *best-seller* agora reeditado com novo prefácio de Robert I. Sutton. Segundo o Princípio de Peter, subiremos inevitavelmente ao nosso nível máximo de incompetência.



Poemas Reunidos
Autoria: Pedro Mexia (Ed.:Tinta-da--china; 272 págs; 21,90€. Já nas livrarias)
Num livro de capa dura estão reunidos poemas escolhidos pelo poeta — agora revistos e reorganizados — a partir de vários livros, muitos já indisponíveis e incluindo também inéditos. "Depois de duas antologias, uma na D. Quixote, em 2011, e outra na Tinta-da-china, em 2018, percebi que não queria publicar senão antologias, ou seja, poemas escolhidos, menos poemas e mais bem escolhidos do que nos livros individuais, todos eles desequilibrados e desiguais", explica o também crítico e cronista do jornal *Expresso*. "A sua característica mais notória é que são quase todos poemas de juventude." Aqui reproduzimos o poema "Ao contrário de Ulisses": "Infeliz quem, ao contrário/ de Ulisses, volte a casa/ e nem sequer um cão, nem/ um cão morto sequer, ladre." A primeira apresentação do livro é hoje, às 19h, na Livraria da Travessa, em Lisboa, pelo poeta Fernando Pinto do Amaral.



Triste Tigre
Autoria: Neige Sinno (Trad.: Catarina Ferreira de Almeida; Ed.: Editorial Presença, 224 págs; 16,90€. Já nas livrarias)
"Este é o livro mais poderoso e profundo que alguma vez li sobre uma criança devastada por um adulto. Todos devem lê-lo. É um grande acontecimento literário", considerou a Prémio Nobel da Literatura Annie Ernaux. "Sem poesia ou voyeurismo, Neige Sinno escreve sobre incesto. Podia ter descrito o violador no seu quarto, os seus gestos, a violência. Mas não foi isso que escolheu fazer. Este livro é exactamente o que tinha de ser", escreveu o *Le Figaro*. A autora de *Triste Tigre* foi durante anos violada pelo padrasto, quando já maior de idade contou à mãe que fez queixa do marido, que foi detido e confessou. A francesa Neige Sinno nasceu nos Altos Alpes, em 1977, e vive actualmente no México. Licenciada em Literatura Americana, foi professora universitária e tradutora. Por este livro recebeu o Prémio Femina e o Strega Europeo.



Diálogos Lusitanos
Autoria: Onésimo Teotónio Almeida (Ed. Quetzal; 384 págs; 19,90€. Quinta-feira nas livrarias)
"Toda a vida tentei dialogar com os intelectuais portugueses procurando estabelecer uma conversa nacional sobre temas de interesse comum e que essa conversa fosse conduzida aberta e francamente numa linguagem clara e límpida que qualquer pessoa culta e inteligente pudesse acompanhar. Estes ensaios prolongam as conversas com os livros *De Marx a Darwin. A Desconfiança das Ideologias*, *Despenteando Parágrafos* e *A Obsessão da Portugalidade*, com que tenho tentado contribuir para o que até aqui me parece ser um diálogo de surdos em que cada um fala e ninguém responde, nem sequer simplesmente fazendo um eco", escreve o catedrático da Brown University, nos EUA, que aqui nos fala de Fernando Pessoa, José Saramago, Jorge de Sena, Eduardo Lourenço, Natália Correia, José Rodrigues Miguéis, Vergílio Ferreira e José Enes.

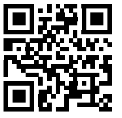


Mundo Material — Uma história substancial do nosso passado e futuro
Autoria: Ed Conway (Trad. Isabel Mafra; Ed.: Temas e Debates; Quinta-feira nas livrarias)
"Talvez o leitor já soubesse que é assim que se extrai o ouro das minas – e que este não sai da terra em pepitas ou sob a forma de um rico filão preparado pela Mãe Natureza. Talvez soubesse que, pelo contrário, é o produto de uma reacção química que envolve uma das misturas mais tóxicas alguma vez vista, e que se extrai não escavando o solo, mas derrubando montanhas inteiras. Ingenuidade minha, mas não me tinha apercebido de tal", conta-nos o editor de Economia do canal televisivo Sky News e colunista do *Times* de Londres na introdução deste livro em que quis responder a perguntas e fazer uma reflexão sobre os componentes básicos da vida moderna (areia, sal, ferro, cobre, petróleo e lítio) e a nossa dependência deles. Em 2023 foi o livro do ano para o *Financial Times*, *Economist* e *New Statesman*.

Guia

Cinema

Cartaz, críticas, trailers e passatempos em cinecartaz.publico.pt



Porto

Cinema Trindade
R. Dr. Ricardo Jorge. T. 223162425
Morangos Silvestres M12. 15h; **Dulcineia** 18h; **Elis & Tom: Só Tinha de Ser com Você** M12. 14h15; **Geração Low-cost** M14. 16h, 19h15; **Motel Destino** M14. 17h15, 21h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 19h30, 21h45; **Um Verão de Amor** 15h
Cinemas Nos Alameda Shop e Spot
R. dos Campeões Europeus 28 198. T16996
A Morte de Uma Cidade 19h; **Dulcineia** 13h50, 16h10, 21h50; **Como Por Magia** 16h, 18h40; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h10, 15h40 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h40, 16h20, 18h50 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 17h50, 21h; **Oh Lá Lá!** M12. 21h30; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h30, 17h40, 20h50; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 18h40, 21h40 ; **Cão e Gato** M6. 13h30; **Um Sinal Secreto** M14. 21h10; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 15h50, 18h30, 21h20 ; **Pequenas Grandes Vitórias** 13h15, 15h30
Medeia Teatro Municipal Campo Alegre
R. das Estrelas. T. 226063000
Em Busca da Verdade M16. 21h30

Aveiro

Cinemas Nos Glicínias
Centro Comercial Glicinias, Lj 50. T. 16996
A Menina da Comunhão 00h20; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h40, 16h20, 19h (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 14h15, 15h50, 18h20 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 16h40, 19h30, 22h20; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h30, 17h30, 20h30, 23h30; **Alien: Romulus** M16. 24h; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h05, 15h40, 18h30, 21h10, 23h50; **Um Gato Com Sorte** M6. 14h (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h30, 16h10, 18h50, 21h30, 00h10; **Zona de Risco** M14. 20h50; **Pequenas Grandes Vitórias** 21h50; **Sem Ar** 00h20; **As Bodas de Fígaro RO&B 24/25** 18h30

Coimbra

Casa do Cinema de Coimbra
Avenida Sá da Bandeira 33. T. 239851070
Dulcineia 16h40; **A Morte de Uma Cidade** 14h30; **24 Frames** M12. 21h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 18h30
Cinemas Nos Fórum Coimbra
Fórum Coimbra, Av. José Bonifácio de Andrada e Silva. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h15, 15h45 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 14h15, 16h45, 19h30 (VP) 19h45 (VO); **Deadpool & Wolverine** M12. 15h, 18h, 21h; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h30, 17h30, 21h15; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h45, 17h, 22h15; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 14h, 16h30, 19h10, 21h45; **Zona de Risco** M14. 22h; **Pequenas Grandes Vitórias** 18h45, 21h30

Gondomar

Cinemas Nos Parque Nascente
Praceta Parque Nascente, nº 35. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 12h30, 15h20, 17h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 10h50, 13h20, 16h, 18h30 (VP) 19h30 (VO); **Podia Ter Esperado por Agosto** 20h20, 23h10; **Deadpool & Wolverine** M12. 14h, 17h10, 21h, 23h50; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h10, 15h15, 18h15, 21h20, 00h25; **Alien: Romulus** M16. 14h30, 17h30, 20h40, 23h40; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 12h20, 15h10, 18h, 21h10, 24h; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h10, 16h20, 19h25, 22h25; **Cão e Gato** M6. 14h20, 16h40; **Um Sinal Secreto** M14. 20h10, 23h; **Hellboy e o Homem Torto** 21h15, 23h45; **Um Gato Com Sorte** M6. 11h, 14h10, 16h30 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h40, 15h40, 18h40, 21h30, 00h20; **Zona de Risco** M14. 13h, 15h50, 19h, 21h40; **Pequenas Grandes Vitórias** 18h50, 21h05, 23h20; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 13h50, 16h10, 22h30

Estreias

Beetlejuice Beetlejuice
De Tim Burton. Com Jenna Ortega, Michael Keaton, Monica Bellucci, Winona Ryder, Willem Dafoe, Danny DeVito. EUA. 2024. 104m. Comédia. M12.
Após a trágica morte do patriarca, as três gerações de mulheres da família Deetz retornam à casa de Winter River, onde outrora foram atormentadas por Beetlejuice, um fantasma muito peculiar que tinha como objectivo expulsá-los.

Cão e Gato
De Reem Kherici. Com Franck Dubosc, Reem Kherici, Philippe Lacheau, Inès Reg. CAN/FRA. 2024. 86m. Comédia, Aventura. M6.
Monica é dona de uma gata que é um sucesso nas redes sociais. Numa das suas viagens, ela cruza-se com Jack, cujo cão, apesar de ninguém saber, acabou de engolir um rubi, fruto de um roubo do dono. Quando os animais se perdem no aeroporto, os dois humanos veem-se obrigados a unir esforços para os encontrar.

Como Por Magia
De Christophe Barratier. Com Kev Adams, Gérard Jugnot, Claire Chust, Charlotte Des Georges. FRA. 2023. 93m. Comédia Dramática.
Victor é mágico e atravessa um bom momento da sua carreira. Mas ser muito requisitado tem o seu preço: com tantos espectáculos e apresentações, ele mal tem tempo para cuidar de Lison, a sua bebé. Depois de tentar, sem sucesso, encontrar alguém apropriado para o ajudar, ele vê-se forçado a pedir ajuda ao sogro.

Daddio - Uma Noite em Nova Iorque
De Christy Hall. Com Dakota Johnson, Sean Penn, Marcos A. Gonzalez, Zola Lloyd, Shannon Gannon. EUA. 2023. 100m. Drama.
Uma mulher sai do Aeroporto Internacional JFK, em Nova Iorque, e entra num táxi. Durante a viagem até casa, ela inicia uma conversa inesperada com Clark, um motorista com anos de experiência em decifrar o que as pessoas não têm coragem de verbalizar.

Dulcineia
De Artur Serra Araújo. Com António Parra, Alba Baptista, Ana Cunha, Nuno Nunes. POR. 2023. 88m. Drama.
Baseado no romance "O Ano Sabático", da autoria de João Tordo, este filme acompanha Hugo, um contrabaixista que viveu em Marrocos durante treze anos e que agora regressa ao Porto. Hugo fica chocado quando, durante um concerto de piano, o artista começa a tocar uma música composta por si.

Pequenas Grandes Vitórias
De Mélanie Auffret. Com Michel Blanc, Julia Piaton, Lionel Abelanski, Marie Bunel. FRA. 2023. 89m. Comédia.
Oriundo de uma família com poucos recursos, Émile não sabe ler. Mas agora que passou dos sessenta, está convicto de que é chegado o momento de aprender.

Zona de Risco
De William Eubank. Com Liam Hemsworth, Russell Crowe, Luke Hemsworth, Ricky Whittle, Milo Ventimiglia. EUA. 2024. 113m. Thriller. M14.
Quando, durante uma missão de resgate, uma equipa de operações especiais norte-americana é rodeada pelo inimigo no sul das Filipinas, Kinney, um oficial na sua segunda missão, é separado dos seus companheiros. A única esperança de salvação está nas orientações de um piloto de drones, que lhe vai dando indicações sobre o que fazer.


Beetlejuice Beetlejuice

As estrelas

	Jorge Mourinha	Luís M. Oliveira	Vasco Câmara
Alien — Romulus	★★☆☆☆	—	★★☆☆☆
Beetlejuice, Beetlejuice	—	—	★★★☆☆
Breves Encontros	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Bruno Reidal- As Confissões...	★★★☆☆	★★★☆☆	★★★☆☆
Daddio, uma Noite em Nova Iorque	—	★☆☆☆☆	—
Dulcineia	—	★☆☆☆☆	—
Greice	★★★☆☆	★★★☆☆	—
O Longo Adeus	★★★★★	★★★★★	★★★★★
O Monge e a Espingarda	★★☆☆☆	★★☆☆☆	—
Nas Sombras	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Na Terra de Santos e Pecadores	—	★★★☆☆	★★★☆☆
Terra Queimada	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Verdade ou Consequência?	★★★★☆	★★★★☆	★★★☆☆
24 Frames	★★★☆☆	★★★★☆	★★★☆☆

● Mau ★☆☆☆☆ Medíocre ★★☆☆☆ Razoável ★★★☆☆ Bom ★★★★☆ Muito Bom ★★★★★ Excelente

Matosinhos

Cinemas Nos MarShopping
Avenida Doutor Óscar Lopes. T. 16996
A Menina da Comunhão 00h20; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h30, 16h10 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h10, 15h40, 18h30 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 12h10, 15h30, 18h40, 21h30; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h, 15h, 18h10, 21h10, 00h10; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 12h20, 15h20, 18h20, 21h, 23h40; **Ozi: A Voz da Floresta** M6. 12h40, 14h50, 17h10 (VP); **Um Sinal Secreto** M14. 21h20, 23h50; **Hellboy e o Homem Torto** 00h25; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h40, 16h, 19h10, 21h50, 24h; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 19h20, 21h40, 00h15; **Sem Ar** 00h20; **As Bodas de Fígaro RO&B 24/25** 18h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h30, 15h10, 18h, 20h50, 23h30 (IMAX)
Cinemas Nos NorteShopping
Centro Comercial Norteshopping, Lj 1117. T. 16996
A Menina da Comunhão 00h25; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 11h, 12h50, 15h20 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 11h20, 14h, 16h30, 19h (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 14h30, 17h30, 20h30, 23h30; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h30, 15h30, 18h30, 21h30, 23h40; **Alien: Romulus** M16. 18h, 20h50, 00h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h, 15h50, 18h50, 21h40, 00h25; **Um Sinal Secreto** M14. 19h50; **Hellboy e o Homem Torto** 21h50; **Um Gato Com Sorte** M6. 10h50, 13h15, 15h40 (VP); **Zona de Risco** M14. 18h10, 21h10, 00h10; **Pequenas Grandes Vitórias** 14h10, 16h20, 19h10; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 22h, 00h30; **Sem Ar** 00h20; **Alien: Romulus** M16. 14h10, 16h50, 22h10 (SCREENX); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 16h, 18h40, 21h20, 24h (NOS XVISION)

Vila Nova de Gaia

Cinemas Nos GaiaShopping
Centro ComercialGaiashoping, Lj 2.25. T. 16996
A Menina da Comunhão 23h50; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 10h40, 13h10, 15h40 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h40, 16h10, 18h30 (VP) 18h, 20h30, 23h (VO); **Deadpool & Wolverine** M12. 12h40, 15h20, 18h10, 21h; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h20, 17h30, 20h40, 23h30; **Alien: Romulus** M16. 12h50, 15h25, 18h20, 21h20, 00h10; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h20, 15h50, 18h50, 21h50, 00h30; **Um Sinal Secreto** M14. 19h; **Hellboy e o Homem Torto** 21h10, 23h30; **Um Gato Com Sorte** M6. 11h (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h30, 16h, 18h40, 21h30, 24h; **Zona de Risco** M14. 13h50, 16h20, 21h40, 00h20; **Sem Ar** 23h50; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h, 15h30, 17h50, 20h50, 23h20 (4DX)
UCI Arrábida 20
Arrábida Shopping. T. 223778800
Dulcineia 16h15, 21h20; **Como Por Magia** 13h35, 18h40; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 14h, 16h25, 19h25 (VP); **Na Terra de Santos e Pecadores** 13h40, 18h50; **Divertida-Mente 2** M6. 13h40, 16h10, 18h45, 21h10 (VP); **Podia Ter Esperado por Agosto** 13h55; **Deadpool & Wolverine** M12. 13h20, 16h05, 18h50, 21h40; **Oh Lá Lá!** M12. 16h35, 21h35; **Armadilha** M12. 19h25, 21h55; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h15, 16h, 18h40, 21h25; **Duchess Implacável** M16. 13h35, 18h40; **O Corvo** M16. 18h55, 21h35; **Alien: Romulus** M16. 13h30, 16h20, 19h05, 21h50; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h50, 16h20, 19h10, 22h; **Cão e Gato** M6. 14h25, 16h35 (VP); **Um Sinal Secreto** M14. 14h05, 19h; **Campeões 2** 15h55, 21h15; **Longing - À Descoberta do Passado** 13h35, 16h10, 18h45, 21h20; **Hellboy e o Homem Torto** 16h30, 21h30; **O Monge e a Espingarda** M12. 13h25, 18h35; **Um Gato Com Sorte** M6. 14h15, 16h55 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 14h, 16h30, 19h, 21h30; **Zona de Risco** M14. 13h45, 16h25, 19h10, 21h55; **Pequenas Grandes Vitórias** 14h30, 16h45, 19h05, 21h15; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 14h10, 16h40, 19h15, 21h40; **As Bodas de Fígaro RO&B 24/25** 18h30

Lazer

EXPOSIÇÕES

Contextile 2024

GUIMARÃES Vários locais. De 7/9 a 15/12. Terça a sexta, das 10h às 17h; sábado e domingo, das 11h às 18h. 5€ (passe); grátis até aos 12 anos

O catalão Josep Grau-Garriga (1929-2011) tem os créditos de pioneiro da inovação da arte têxtil contemporânea. É ele o artista em foco nesta edição da bienal que tem como objectivo colocar o têxtil no contexto da arte contemporânea, procurando entretecer a cultura com a indústria e o tradicional com o moderno. A par da exposição *Los Hilos de la Memoria* de Grau-Garriga, patente no Centro Internacional das Artes José de Guimarães, o certame conta com a habitual mostra internacional que, este ano, leva 57 obras de 50 artistas de 29 países ao Palácio Vila Flor. Podem ver-se ainda trabalhos do Canadá, país convidado, e actividades como *performances*, residências, *workshops* ou *textile talks*.

Centro de Arte Contemporânea – 50 anos: A Democratização Vivida

PORTO Museu Nacional Soares dos Reis. De 7/6 a 29/12. Terça a domingo, das 10h às 18h. 8€

Comissariada por Miguel von Hafe Pérez, a exposição evoca a história do CAC – Centro de Arte Contemporânea, embrião da Fundação de Serralves e do Museu de Arte Contemporânea, que começou a 10 de Junho de 1974 com uma reivindicação popular "alimentada pela pulsão efervescente de abertura à modernidade, resgatada do pesado silêncio da ditadura", nota a folha de sala. Integrada na festa dos 50 anos do 25 de Abril, recria alguns dos momentos expositivos que marcaram este meio século de actividade, mostrando também documentos gráficos pouco conhecidos do público em geral.

TEATRO

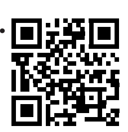
Voltamos Todos

BRAGA Theatro Circo. Dia 10/9, às 21h30. M/12. 5€

O Projeto Expressar leva a palco uma peça documental que recua ao tempo da Guerra Colonial e vai desfiando memórias individuais e colectivas dos 50 anos do 25 de Abril. A encenação é de Juliana Kleinubing.

Jogos

Jogue também online. Palavras-cruzadas, bridge e sudoku em publico.pt/jogos



EuroDreams



1.º Prémio 20.000€/mês x 30 anos

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Lotaria Clássica





1.º Prémio 1.200.000€

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Cruzadas 12.549

Paulo Freixinho
palavrascruzadas@publico.pt

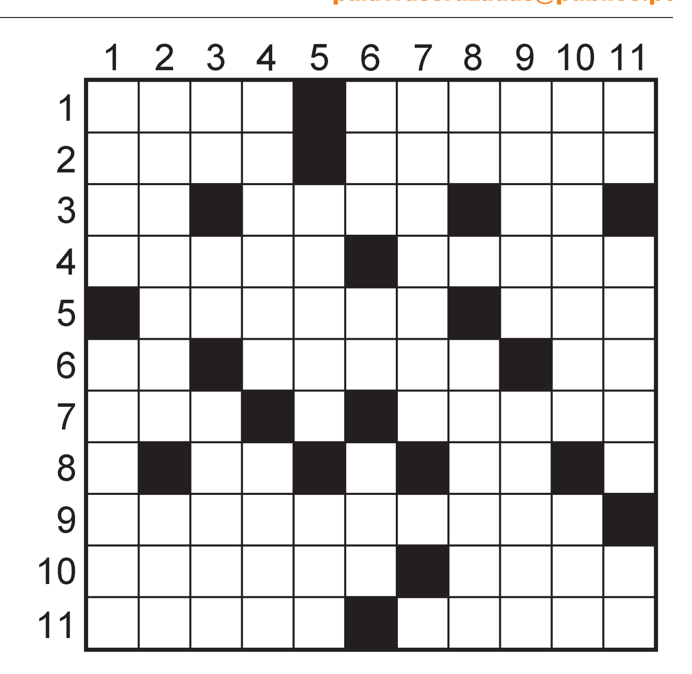
HORIZONTAIS: 1. Começou a despachar processos pendentes. Reúne. **2.** Momento. Linguagem confusa. **3.** Sufixo (agente). Peca. Antes do meio-dia. **4.** Lábio superior dos mamíferos. Simplicidade. **5.** Diz que o nível de investimento da economia da UE tem de aumentar 5%. "Mais vale (...) tardio que vazio". **6.** Prefixo (duas vezes). Vestígio. Toneladas Registadas (sigla). **7.** Estilo musical. Escolher. **8.** Preposição que indica lugar. Comparecer. **9.** Onde milhares de pessoas abandonaram as suas casas por causa de incêndio. **10.** Posturas de ioga. Auge, clímax. **11.** Vasto. Cálice sagrado que, segundo a crença da Idade Média, foi utilizado por Jesus na última ceia com os apóstolos.

VERTICAIS: 1. Grupo circular de ilhas de coral. Guarnição de aço na borda dos escudos (Heráldica). **2.** Lança de si. Pega. **3.** Terceira nota musical. Brasil (Internet). Esfolar. **4.** Dar cor de aço a caracteres impressos. Dinastia chinesa (1368-1644). **5.** Suplicar. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **6.** Rio suíço. Hássio (s. q.). Tira do vestido ou da calça, que rodeia a cinta. **7.** No Porto, foi reconhecido como Pedra Património da Humanidade. **8.** Rádio (s. q.). Dar o seu parecer. **9.** Conserva de uvas. Futilidade (pop.). **10.** Substância utilizada no primeiro estudo sobre tosse crónica em Portugal. Aia. **11.** Autores (abrev.). Raposa velha. Artigo antigo.

Solução do problema anterior

HORIZONTAIS: 1. Barnier. Pai. **2.** UL. Batina. **3.** Impar. Pires. **4.** Roo. APA. Kit. **5.** Dra. Irrita. **6.** Rótulo. Enol. **7.** Ova. Mas. **8.** Maroma. Goa. **9.** PR. Gorringe. **10.** Arador. Im. **11.** Rebelar. Cru.

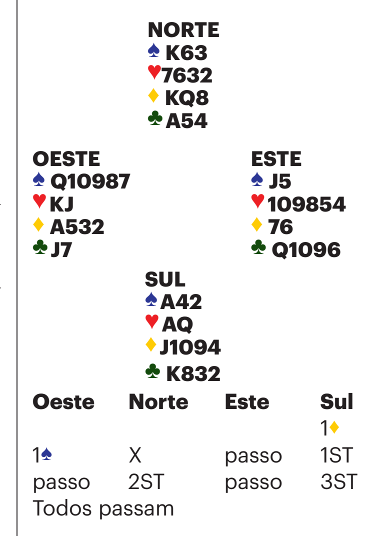
VERTICAIS: 1. Buir. Romper. **2.** Almodóvar. **3.** Portar. Ab. **4.** NBA. Au. Ogre. **5.** Iara. Limoal. **6.** ET. Pio. Arda. **7.** Ripar. Ror. **8.** Ni. Reagir. **9.** Parkinson. **10.** Eito. Agir. **11.** Instala. Emu.



Bridge

João Fanha
fanhabridge.pt

Dador: Sul
Vul: Todos



Oeste	Norte	Este	Sul
			1♦
1♠	X	passo	1ST
passo	2ST	passo	3ST
Todos passam			

Leilão: Equipas ou partida livre (IMPs).

Carteio: Saída: 10♠. Qual o seu plano de jogo?

Solução: Temos oito vazas depois de abrir o naipe de ouros. A passagem a copas poderá oferecer-nos a nona vaza, mas a intervenção de Oeste é dissuasora. A melhor possibilidade para cumprir é a de procurar forçar Oeste a jogar copas, debaixo do seu Rei. Para isso, prenda a primeira vaza com o Rei de espadas e force a saída do Ás de ouros. Oeste, que deverá recuar esse Ás as vezes que puder, acabará por o fazer para insistir em espadas. Ás de espadas de Sul, encaixe ainda as vazas de ouros que houver e depois o Ás e Rei de paus antes de sair de mão em espadas. Oeste realizará as três vazas de espadas a que tem direito, o que elevará o seu total de vazas a quatro. Mas no final não lhe restará outra coisa que não sejam copas e será obrigado a ceder-nos o Ás e a Dama de copas. Claro que esta linha de jogo não é a 100%, mas é certamente a melhor.

Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
	1♣	1♠	?

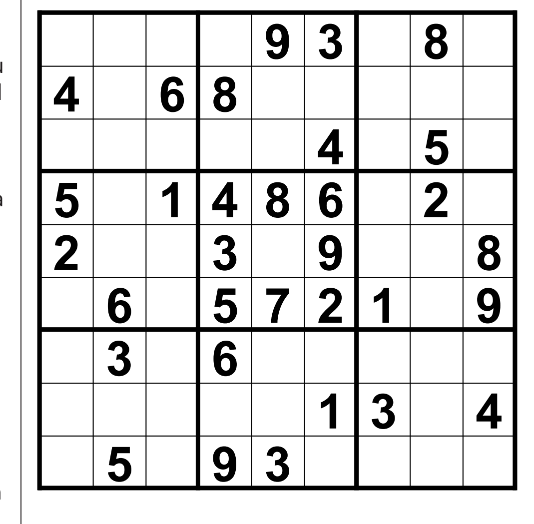
O que marca em Sul com a seguinte mão?
♠AJ72 ♥KJ73 ♦Q103 ♣107

Resposta: Dobre. O dobre, também conhecido por Spoutnik, nesta situação serve para mostrar copas. Indica uma de três possibilidades: 1) quatro cartas de copas e pelo menos 6/7 pontos de honra; 2) cinco ou seis cartas de copas numa mão limitada a 9/10 pontos; 3) quatro cartas a copas e força ilimitada. Nesta mão, devemos dar prioridade ao possível *fit* a copas, se o parceiro não tiver copas então iremos propor 3ST com a voz de 2ST.

Se tem pouca experiência, ou se já não joga Bridge faz tempo, todas as segundas às 19:00 estarei à sua espera no Centro de Bridge de Lisboa para um torneio especial onde os iniciados são o foco das atenções. Mesmo sem parceiro, basta aparecer.

Sudoku

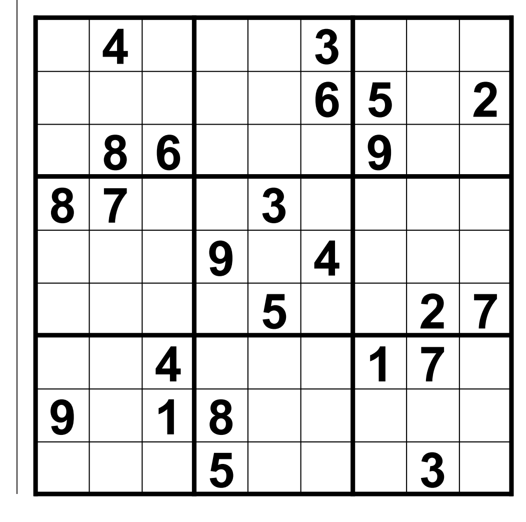
Problema 12.862 (Fáci)



Solução 12.860

1	7	5	6	4	9	2	3	8
6	8	9	1	2	3	7	5	4
2	3	4	5	7	8	6	1	9
9	2	1	7	5	6	8	4	3
7	5	8	3	1	4	9	2	6
4	6	3	8	9	2	1	7	5
5	9	7	4	8	1	3	6	2
3	4	2	9	6	7	5	8	1
8	1	6	2	3	5	4	9	7

Problema 12.863 (Difícil)



Solução 12.861

9	7	3	1	6	4	2	5	8
8	2	6	5	7	3	4	9	1
5	1	4	8	2	9	6	3	7
3	6	2	4	8	7	5	1	9
4	9	5	3	1	2	8	7	6
1	8	7	6	9	5	3	4	2
7	3	1	2	5	6	9	8	4
2	4	9	7	3	8	1	6	5
6	5	8	9	4	1	7	2	3

Guia

CINEMA

Inkheart — Coração de Tinta
AXN Movies, 21h10
Aventura e fantasia num filme realizado por Iain Softley, a partir do romance de Cornelia Funke. Brendan Fraser, Paul Bettany, Helen Mirren, Jim Broadbent, Andy Serkis e Eliza Bennett dão vida à história de um pai e de uma filha a braços com heróis e vilões que se movem entre o mundo dos livros e o nosso.

Matem o Mensageiro
Cinemundo, 22h55
Dirigido por Michael Cuesta e escrito por Peter Landesman, um *thriller* inspirado na história real de Gary Webb, relatada na obra homónima de Nick Schou. Webb (Jeremy Renner) é um premiado jornalista de investigação que se apercebe das origens do consumo de *crack* que assolou os EUA nos anos 1970/80 e do envolvimento da CIA no contrabando de toneladas de cocaína. Mesmo intimidado pelos traficantes e pela agência, prossegue o trabalho – decisão que vai ter um preço mais elevado do que podia imaginar.

SÉRIES

McDonald & Dodds
Star Crime, 22h
Bath, cidade do Sudoeste inglês conhecida pela moldura histórica dos seus banhos romanos, oferece o cenário ao policial britânico que o Star Crime acolhe a partir de hoje, a ritmo semanal. Criada por Robert Murphy, gira em torno da dupla improvável – mas eficaz e divertida, como é habitual nestas lides – formada pelos inspectores Lauren McDonald (Tala Gouveia) e Dodds (Jason Watkins). Ela, recém-chegada para liderar as forças policiais da zona, é ambiciosa, dura e determinada; ele, tímido e desabituado das ruas, não tardará a revelar a boa forma da sua perspicácia.

End of Summer
TVCine Edition, 22h10
Em estreia nos serões de terça, um *thriller* sueco que adapta um romance policial de Anders de la Motte. Ao longo de seis episódios, a minissérie ergue uma trama de *suspense* e mistério em torno do caso de um menino desaparecido sem deixar rasto, em 1984, e da irmã que, 20 anos depois, tenta descobrir o que realmente aconteceu a partir do momento em que conhece um jovem com memórias de infância estranhamente familiares. Julia Ragnarsson, Erik Enge, Vilhelm Blomgren e Henrik Norlén formam o elenco nuclear.

Televisão

Os mais vistos da TV

Domingo, 8

		% Aud.	Share
Portugal x Escócia	RTP1	22,5	43,0
Isto é Gozar Com Quem...	SIC	11,0	20,0
Dilema - Os Finalistas	TVI	10,3	25,8
Dilema	TVI	9,9	18,8
Dilema - O Vencedor	TVI	8,8	36,0

FONTE: CAEM

RTP1 15,9%
RTP2 1,0
SIC 12,5
TVI 13,6
Cabo 38,7

RTP1

6.00 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **12.59** Jornal da Tarde **14.22** Amor sem Igual **15.20** A Nossa Tarde **17.30** Portugal em Directo **19.06** O Preço Certo

19.59 Telejornal

21.01 Entre o Mar e a Terra

21.35 Joker

22.26 É ou Não É - O Grande Debate

23.59 Só Como e Bebo. Por Acaso, Trabalho!

0.56 Anatomia de Grey

2.20 Terra Europa **2.43** Amor sem Igual

RTP2

6.32 Repórter África **7.00** Espaço Zig Zag **13.06** Artes do Mar **13.38** Outra Escola **14.10** O Substituto **15.00** A Fé dos Homens **15.35** Salto Mortal **16.02** Afazeres do Mês **16.07** Malika - A Rainha Leoa **16.54** Espaço Zig Zag **20.31** Folha de Sala **20.35** Heróis de Verde **21.30** Jornal 2

22.01 Hotel à Beira-Mar

22.52 Folha de Sala

23.04 A Colheita: Integração das Escolas do Mississípi

0.55 A Realidade dos Sonhos

2.01 Folha de Sala **2.05** Young Lions **2.32** Jantar Indiscreto **3.17** Folha de Sala **3.24** Portugal Que Dança **4.03** Ponte Atlântico **5.00** A Prisão dos Padres **5.52** Folha de Sala **5.58** A Fé dos Homens

SIC

6.00 Edição da Manhã **8.10** Alô Portugal **9.40** Casa Feliz **12.59** Primeiro Jornal **14.25** Querida Filha **16.10** Júlia

18.40 Terra e Paixão

19.57 Jornal da Noite

22.10 A Promessa

22.55 Senhora do Mar

0.10 Nazaré

0.45 Papel Principal **1.05** Travessia **1.45** Passadeira Vermelha **3.05** Terra Brava

TVI

6.15 Diário da Manhã **9.55** Dois às 10 **12.58** TVI Jornal **14.00** TVI - Em Cima da Hora **14.40** A Sentença **15.55** A Herdeira **16.40** Goucha



18.00 A Sentença

19.57 Jornal Nacional

21.45 Cacau

23.05 Festa É Festa

23.55 TVI Extra

1.55 Autores

2.50 O Beijo do Escorpião

3.05 Sedução

TVCINE TOP

18.05 Apex - A Presa **19.35** Creed III **21.30** Nocebo **23.05** Amor em Sangue **0.50** O Dia Chegará **2.15** The Elon Musk Show

STAR MOVIES

18.05 Django Não Espera... Mata **19.29** Dispara Primeiro... Pergunta Depois **21.15** Texas Kid **22.37** O Regresso de Ringo **0.09** Honra a Um Homem Mau **1.39** O Rio das Penas

HOLLYWOOD

17.05 Harry Potter e a Ordem da Fénix **19.20** Need for Speed: O Filme **21.30** Austrália **0.15** Ataque ao Terror 2 - O Cerco a Downing Street **1.50** O Clube de Dallas

AXN

17.42 The Rookie **21.06** Hudson & Rex **22.54** O Caminho do Guerreiro **0.37** Hudson & Rex

STAR CHANNEL

17.04 Investigação Criminal: Los Angeles **18.46** FBI **20.23** Hawai Força Especial **22.15** Tracker **23.03** Chicago P.D. **0.48** FBI

DISNEY CHANNEL

17.15 Miraculous - As Aventuras de Ladybug **18.30** Hamster & Gretel **19.40** Os Green na Cidade Grande **20.50** Vamos Lá, Hailey! **21.35** A Raven Voltou

DISCOVERY

17.00 Mestres do Restauro **19.00** Aventura à Flor da Pele XL **21.00** Mestres do Restauro **22.44** Maine Cabin Masters **0.40** Mestres do Restauro

HISTÓRIA

17.40 A Prova Existe Algures **18.20** Ficheiros Secretos do Vaticano **20.08** O Inacreditável com Dan Aykroyd **22.15** Rainhas Que Mudaram o Mundo **23.54** O Inacreditável com Dan Aykroyd **1.55** Rainhas Que Mudaram o Mundo

ODISSEIA

17.02 Dinossauros Modernos **17.53** O Universo **20.09** Clima Extremo Viral **21.40** Clima Letal **1.04** Clima Extremo Viral

DOCUMENTÁRIOS

America's National Parks
Nat Geo Wild, 17h42
Dedicada a mostrar os parques nacionais norte-americanos, com toda a riqueza e diversidade das suas paisagens e das espécies que os habitam, a série documental visita neste episódio o mais antigo de todos: Yellowstone. Fundado em 1872, é "uma jóia da natureza selvagem, de vastas florestas e vales abertos, lar de grandes manadas de bisontes, matilhas de lobos e ursos pardos", descreve o canal, albergando ainda "um dos maiores supervulcões do mundo"

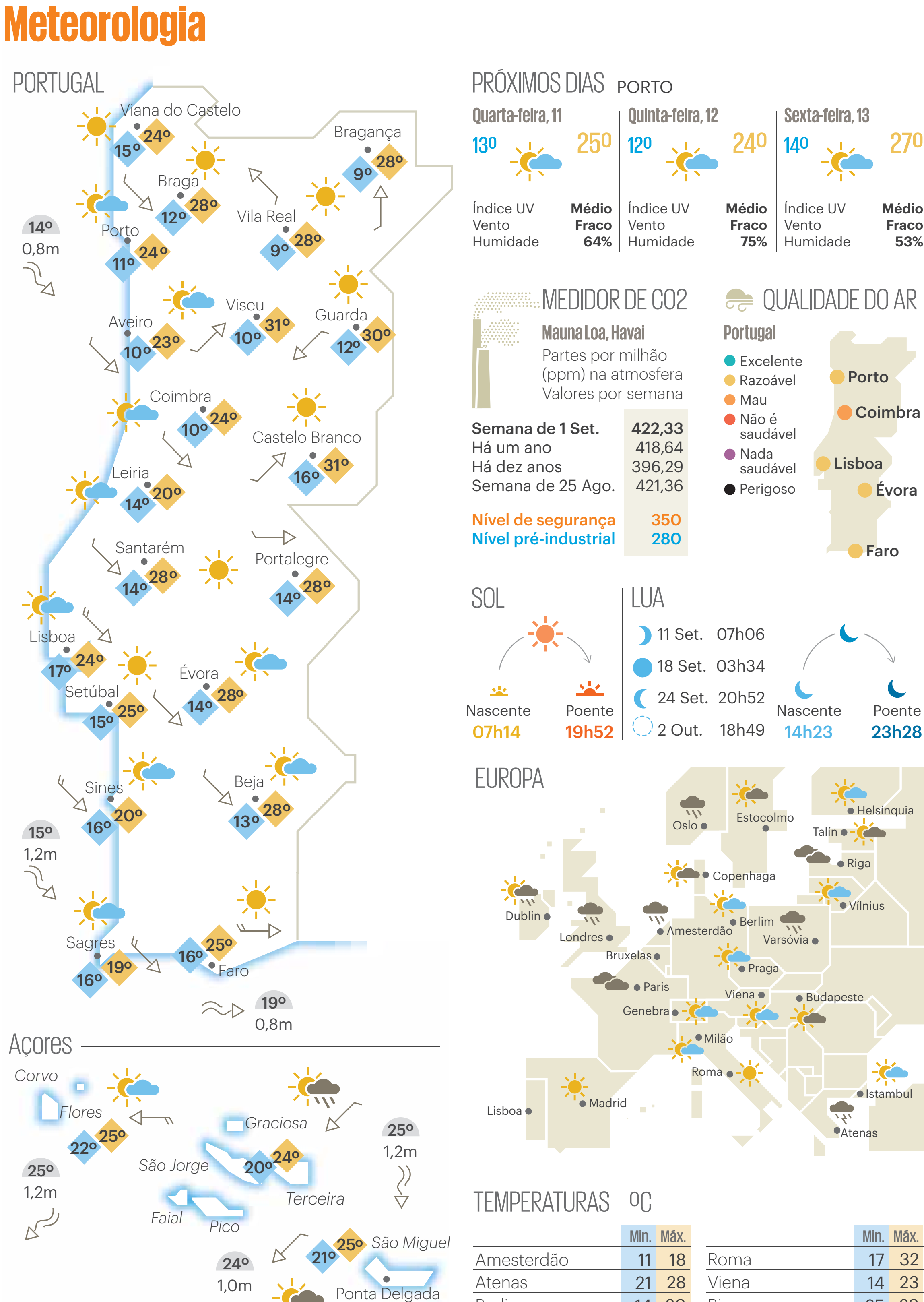
Protecção de Fronteiras: Espanha
National Geographic, 22h10
Começa a segunda temporada da série documental que regista os trabalhos das autoridades que patrulham as águas ao largo de Espanha. Aponta a câmara à preparação destes profissionais, aos meios que têm ao seu dispor e às missões de resgate, intercepção de narcotraficantes, combate ao tráfico humano, etc. Neste primeiro episódio, há *Vidas em jogo* na actividade intensa trazida pela época alta do Verão: o turismo aumenta, o tráfico de droga cresce e multiplicam-se os veículos na água. Há novos episódios todas as terças.

A Colheita: Integração das Escolas do Mississípi
RTP2, 23h04
A integração racial nas escolas norte-americanas é documentada com base nas memórias de antigos alunos, pais e professores de Leland, no Mississípi, onde no Outono de 1970 se constituiu finalmente – a segregação tinha sido proibida pelo Supremo Tribunal em 1954 – a primeira turma mista.

COMÉDIA

Ahir Shah: Ends
Netflix, *streaming*
Depois de ter arrecadado o prémio de melhor espectáculo de comédia no festival Fringe, em Edimburgo (para o qual já tinha estado nomeado em anos anteriores), com *Ends*, o comediante britânico estreia esse mesmo *show* na Netflix. Foi gravado no London's Royal Court Theatre e constrói-se sobre temas como "classe, família e multiculturalismo no Reino Unido", desvenda a plataforma, "na perspectiva do seu avô". Quanto ao tom, é uma "mistura de indagação filosófica, vigor político e doces piadas", na descrição do próprio Ahir Shah.

Meteorologia



Madeira
Porto Santo
Madeira 19º 25º
Funchal
24º 0,5m
20º 26º
24º 1,0m

MARÉS — Preia-mar, Baixa-mar, *de amanhã

Leixões	m	Cascais	m	Faro	m
07h40	2,7	07h17	2,8	07h19	2,7
13h47	1,3	13h23	1,5	13h16	1,3
0h01	2,6	19h39	2,6	19h42	2,5
02h08	1,4	01h43	1,5	01h36	1,4

TEMPERATURAS ºC

	Mín.	Máx.		Mín.	Máx.
Amesterdão	11	18	Roma	17	32
Atenas	21	28	Viena	14	23
Berlim	14	20	Bissau	25	29
Bruxelas	10	16	Buenos Aires	11	19
Bucareste	18	30	Cairo	28	36
Budapeste	14	23	Caracas	20	29
Copenhaga	11	18	Cid. do Cabo	10	19
Dublin	8	15	Cid. do México	15	24
Estocolmo	13	20	Díli	22	32
Frankfurt	13	20	Hong Kong	25	33
Genebra	9	22	Jerusalém	20	31
Istambul	22	29	Los Angeles	23	40
Kiev	17	26	Luanda	21	26
Londres	8	19	Nova Deli	27	32
Madrid	16	30	Nova Iorque	16	26
Milão	17	29	Pequim	20	27
Moscovo	15	28	Praia	26	29
Oslo	9	19	Rio de Janeiro	21	32
Paris	12	18	Riga	13	21
Praga	12	21	Singapura	26	31

Fontes: AccuWeather; Instituto Hidrográfico; QualAR/Agência Portuguesa do Ambiente; NOAA-ESRL

MIGUEL A. LOPES/LUSA



Nos primeiros jogos da selecção nacional depois do Euro 2024, Roberto Martínez fez muito poucas alterações nas suas escolhas

O bilhete para entrar na selecção de Roberto Martínez continua caro

Nos dois jogos pós-Euro 2024, Portugal só levou a jogo uma cara nova – Pedro Gonçalves. Das dez primeiras do ranking FIFA, a selecção nacional foi a que menos minutos deu a "sangue" novo

Diogo Cardoso Oliveira

Na selecção nacional masculina de futebol, quem teve a sorte e o engenho de aparecer no sítio e momento certos tem o seu lugar. Quem se atrasou pouco pode fazer para o ganhar.

Para muitos, a selecção nacional deve ser a elite dos jogadores portugueses, na qual devem entrar os que apresentem melhor rendimento individual nas semanas anteriores à convocatória. Para outros, a selecção nacional deve ser o grupo de jogadores que melhor rendimento apresentem juntos, independentemente do que façam individualmente nos seus clubes. Ambas as posições são legítimas e têm virtudes e defeitos. Roberto Martínez, o seleccionador nacional, não só gosta mais da segunda ideia como a leva bem longe.

Nos dois jogos pós-Euro 2024, o seleccionador de Portugal teve 180 minutos para testar novas soluções, novas caras e novos talentos. Desses 180 minutos, apostou em gente nova em... 60 segundos.

O herói que conseguiu esta proeza chama-se Pedro Gonçalves, que foi chamado aos 90 minutos do jogo frente à Croácia. E é só.

Martínez é o que menos muda no pós-Euro

Uma viagem pelos jogos das dez primeiras selecções europeias do ranking FIFA mostra-nos que Portugal foi a que menos minutos deu a novos jogadores.

Para os jogos da Liga das Nações frente a Croácia e Escócia, Martínez chamou seis jogadores que não estiveram no Euro 2024: Tiago Santos, Pedro Gonçalves, Renato Veiga, Francisco Trincão, Rui Silva e Geovany Quenda.

Só um foi chamado ao relvado, Pedro Gonçalves, com o tal minuto de utilização. Os restantes não só não entraram como, no caso de Quenda e Tiago Santos, nem foram ao banco na primeira partida.

O cenário europeu é o seguinte. França: quatro jogadores novos, quatro utilizados, 360 minutos de utilização; Espanha: cinco jogadores novos, dois utilizados, 41 minutos de

utilização; Inglaterra: sete jogadores novos, três utilizados, 114 minutos de utilização; Bélgica: quatro jogadores novos, dois utilizados, 42 minutos de utilização; Países Baixos (só um jogo): seis jogadores novos, dois utilizados, 31 minutos de utilização; Itália: cinco jogadores novos, cinco utilizados, 438 minutos de utilização; Croácia: seis jogadores novos, cinco utilizados, 368 minutos de utilização; Alemanha: três jogadores novos, dois utilizados, 38 minutos de utilização; Suíça: seis jogadores novos, cinco utilizados, 256 minutos de utilização.

Em matéria de novos jogadores chamados, Portugal até está acima da média: seis jogadores, sendo que a média das dez selecções foi 5,4. A equipa portuguesa só cai quando se analisa o número de atletas novos utilizados – um – e, sobretudo, os minutos que lhes foram dados – também um. O Europeu deve, portanto, ter corrido bastante bem a Portugal.

Na Bélgica já era assim

Há duas formas de ver esta questão. Uma delas remete para a eventual importância vital dada à Liga das Nações, que levará Martínez a não encarar esta prova como uma plataforma de experiências, mas como uma obrigatoriedade de triunfo que não se coaduna com invenções. Não é, ainda assim, o cenário mais provável, já que nem o menos titulado dos treinadores achará que a Liga das Nações vale tudo isso.

A outra hipótese diz-nos que o seleccionador nacional só não é fã de mudanças e que o método de trabalho aplicado consiste na definição de uma base de jogadores e a entrada posterior nessa base se deve a casos esporádicos de rendimento fora do normal e/ou forçados por lesões ou desemprego dos atletas.

Um levantamento do jornalista António Tadeia, em 2022, mostrava que não foi em Portugal que Martínez começou a trabalhar desta forma, possivelmente por achar que só 23 ou 25 jogadores é que têm qualidade.

Na Bélgica, equipa na qual a fartura também abunda, ele já trabalhava com um lote reduzido – não só incluía pouca gente nova, como não tinha pudor em chamar jogadores de campeonatos menos competitivos, se esses jogadores faziam parte do núcleo habitual. Era também uma selecção envelhecida muito por responsabilidade da forma de trabalhar de Martínez.

Em Portugal, como na Bélgica, gabemos a sorte e o engenho de quem pôde chegar-se à frente nas primeiras convocatórias de Martínez. Foi aí que esteve o "ouro".

A título de curiosidade, nos três momentos pós-grandes competições (um Mundial e dois Europeus), Fernando Santos chamou uma média de sete jogadores novos em relação à prova anterior e utilizou, também em média, três desses jogadores – e com bastante mais do que um minuto de utilização, já que muitos deles até saltaram para o "onze".

O azar de uns é a sorte de outros

Que implicações a gestão de Martínez pode ter para o futuro da selecção? É difícil medir. Por um lado, há necessidade de mexidas forçadas em alguns sectores – Pepe saiu, Rui Patrício não joga, Conceição e Cancelo trocaram de clube e há sempre lesões aqui e acolá.

Por outro lado, existe este método de trabalho de Martínez, que vê a selecção como um grupo para evoluir com trabalho de médio/longo prazo e não como um local de mérito para quem mais se destaca individualmente – e essa não é uma premissa desprovida de nexo, por muito que o cidadão comum aprecie fazer convocatórias com base no mero rendimento individual nos clubes.

Esta forma de trabalhar, tão certa ou tão errada como outras, adensa outra questão, que é a de o treinador espanhol olhar para a convocatória posição a posição e não como uma bolsa de mérito. Isto significa que a chegada de novos jogadores se baseia mais em aproveitamento de má fortuna alheia do que propriamente em mérito individual.

Tiago Santos, Renato Veiga, Trincão, Rui Silva, Quenda e Pedro Gonçalves não foram chamados apenas por estarem a ser bons no seu clube, mas também – ou sobretudo – porque João Cancelo, Pepe, Francisco Conceição e Rui Patrício tiveram problemas diversos. No caso de Pedro Gonçalves e Quenda, havia vagas de Matheus Nunes e Ramos no meio-campo e no ataque.

Isto significa que o grupo está escolhido e que só as lesões permitem chamar caras novas? Não será justo dizê-lo, até porque Martínez não fez meras trocas de posição por posição (não chamou um avançado para o lugar de Ramos, por exemplo, mas sim Quenda, que pode actuar como extremo, ala ou lateral).

Mas o passado e o presente de Martínez sugerem que o futuro não fuja muito dos 20 jogadores-base. Depois, sobram uns poucos lugares para novidades.

1

O número de minutos de jogo que Roberto Martínez deu a jogadores que não estiveram no Euro 2024



MIGUEL A. LOPES/LUSA

Rui Costa, presidente do Benfica, viu as contas da SAD no "vermelho"

Benfica duplicou dívida líquida em quatro anos

Miguel Dantas

Presidente das "águias" relembra que transferências ocorreram apenas após o Europeu e afasta risco de incumprimento financeiro

O Benfica apresentou um relatório e contas negativo em 2023-24, com prejuízos e um aumento da dívida da SAD "encarnada". De acordo com o relatório e contas enviado no domingo à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), as "águias" registaram prejuízos de 31,36 milhões de euros, um regresso "ao vermelho" após os lucros de 4,2 milhões de euros verificados no ano fiscal transacto.

Outro dos pontos negativos apresentados pelo clube da Luz foi a subida da dívida líquida em mais de 60 milhões de euros, com um salto dos 140 para os 201 milhões. Em quatro anos, esta rubrica mais do que duplicou: em 2019-20, exercício em que este valor atingiu o valor mais baixo da década, as "águias" apresentavam uma dívida líquida de 92,8 milhões.

Na tradicional mensagem que abre o relatório e contas, o presidente do Benfica, Rui Costa, relembra que o mercado de transferências foi atrasado em 2024, devido à realização do Campeonato da Europa. O responsável "encarnado" diz que, se as transferências tivessem ocorrido mais cedo, poderia ter sido alcançado um equilíbrio económico neste exercício. Ainda assim, Rui Costa tranquiliza: as competições europeias não estão em risco.

"A sustentabilidade económica da Benfica SAD está, indubitavelmente, assegurada, não se indiciando qualquer risco quanto ao cumprimento dos critérios financeiros da UEFA", refere o presidente.

Os rendimentos operacionais foram menores do que em 2022-23 (total de 256,4 milhões, redução de 28,3 milhões), bem como os rendimentos com transacções de atletas (queda para os 77,3 milhões, menos 11,6 milhões).

Apesar de uma queda, a Benfica SAD continua com capitais próprios positivos, num total de 81,9 milhões, uma redução de 27,7% face ao período homólogo. Ainda assim, a evolução desta rubrica mostra que em quatro anos os capitais próprios caíram praticamente para metade: em 2019-20, o clube da Luz apresentou capitais próprios positivos de 161,1 milhões de euros.

José António dos Santos e Luís Filipe Vieira, principais arguidos na *Operação Cartão Vermelho*, mantêm-se como principais accionistas individuais da SAD, com 13,67% e 3,28% de participação, respectivamente.

Os responsáveis "encarnados" estão agora de olhos postos no futuro: apesar do arranque menos promissor no campeonato, há ainda muito para ser jogado nas competições nacionais, Liga dos Campeões e Mundial de clubes. Rui Costa acredita que os investimentos realizados em Janeiro permitiram ao Benfica aumentar o valor da equipa e elevar o seu potencial de mercado.

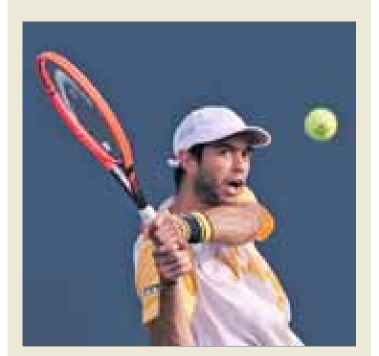
O Benfica terá uma assembleia-geral extraordinária (AGE) no dia 21 de Setembro para debater e votar a revisão dos estatutos. A reunião magna deverá realizar-se no Pavilhão n.º 1 do Estádio da Luz, podendo o local ser alterado consoante a afluência dos associados "encarnados".

Breves

Ténis

Nuno Borges torna-se o segundo português no top 30 mundial

Nuno Borges tornou-se, ontem, o segundo tenista português a entrar no top 30 mundial, com a actualização do ranking ATP a "promover" o alemão Alexander Zverev ao segundo lugar e a relegar o sérvio Novak Djokovic a quarto, o seu pior ranking desde Janeiro de 2023. A actualização confirma a subida do maiato de 27 anos ao 30.º posto da hierarquia, a sua melhor classificação de sempre no ranking mundial e a segunda melhor de sempre de um português, atrás de João Sousa, que foi 28.º em 16 de Maio de 2016. Contabilizados os pontos ganhos no US Open, o italiano Janik Sinner reforçou o estatuto de número um mundial.



Futebol

Aktürkoglu foi à Liga das Nações dizer "olá" a Bruno Lage

Vitória da Turquia por 2-1 frente à Islândia, três golos de Kerem Aktürkoglu — dois deles de grande qualidade. Foi assim a segunda-feira do mais recente reforço do Benfica, que espalhou categoria pela selecção turca, na Liga das Nações, antes de chegar à Luz. O triunfo deixa a equipa turca no topo do grupo 4 da Liga B, em igualdade com o País de Gales. Dos restantes jogos da noite destaque para o França-Bélgica, com vitória gaulesa por 2-0. O primeiro golo foi de Muani (29'), numa recarga, e o segundo foi de Dembélé (57'). Nota ainda para o triunfo da Itália frente a Israel (2-1), resultado que mantém os italianos no topo do grupo 2 da Liga A.

BARTOON LUÍS AFONSO









O pêlo do cão da TAP e o horror do país à iniciativa privada

O respeitinho não é bonito



João Miguel Tavares

Quando o tema é a TAP, há tantos políticos portugueses inocentes como meninas castas num bordel. Só nos últimos dez anos, a lista de vergonhas é de fazer corar o Marquês de Sade. A venda da TAP a David Neeleman pelo segundo Governo de Passos Coelho, quando já sabia que não tinha quaisquer condições para se manter no poder e que o PS não aprovava o modelo de privatização, é uma vergonha. A negociata feita pelo Governo de António Costa com Neeleman e Humberto Pedroso para reverter essa privatização em 2016, e fingir que a companhia aérea regressava à esfera do Estado quando, na prática, renunciava à quase totalidade dos seus direitos económicos, é uma vergonha ao quadrado.

O brinde de 55 milhões entregue a Neeleman pelo Governo de António Costa em 2020 para ele se ir embora da TAP em plena pandemia é outra vergonha. O consulado de Christine Ourmiéres-Widener à frente da companhia portuguesa, mais o seu inacreditável despedimento, que todos iremos pagar, é vergonha e meia. E podia ainda acrescentar as cunhas para Marcelo regressar de Maputo, os assessores coloridos, os administradores amigos, o padrinho de casamento do primeiro-ministro, a esposa do ministro das Finanças, a mulher do *personal trainer* da CEO, vergonhas grandes e pequenas vergonhas, mas vergonhas, vergonhas, vergonhas.

RUI GAUDÊNCIO





A troca de aviões e a maneira como Neeleman sacou 226 milhões à Airbus para capitalizar a TAP não é um negócio com pêlo do cão

Aliás, as vergonhas são tantas, que hoje em dia o grande estímulo para a oposição querer que a TAP permaneça na esfera do Estado é ela proporcionar uma chama perpétua onde se pode ir grelhando regularmente o governo de plantão. O Pedro Nuno Santos que queria tanto privatizar a TAP quando era ministro de Costa agora quer bloquear o processo no Parlamento – não será por ele que Luís Montenegro se vai livrar de tão magnífico problema. Estão muito bem uns para os outros, e merecem toda a infelicidade aérea que se despenhar em cima das suas cabeças.

Mas coisa totalmente diferente, e que me deixa os cabelos em pé, mesmo já não tendo quase cabelo, é esta história do negócio de David Neeleman com a Airbus, e a tese de que a recapitalização da TAP foi feita com o pêlo do cão – ou seja, com dinheiro que era da TAP. Conheço muito bem negócios com pêlo do cão, em que o investimento prometido pelo accionista nunca aparece e o pagamento a fornecedores é atrasado desde o primeiro dia. A troca de aviões e a maneira como Neeleman sacou 226 milhões à Airbus para capitalizar a TAP não é um desses casos.

Os 226 milhões nascem da estratégia que o gestor brasileiro delineou e do facto de a Airbus ter acreditado na sua competência para executá-la. Antes de ele chegar, a TAP tinha um contrato com a Airbus para o *leasing* de 12 aviões A350. Neeleman desistiu desses aviões e celebrou novo contrato para a aquisição de 53 aeronaves de menor porte e maior rentabilidade, e que – golpe de génio de quem sabe o que faz – permitiam à TAP, graças à localização de Lisboa, voar para Toronto, Nova Iorque, Boston, Washington ou Chicago com custos muito mais baixos. Foi em boa parte graças ao mercado norte-americano que a TAP passou de transportar 11 milhões de passageiros em 2015 para 17 milhões em 2019.

Deus sabe que o senhor Neeleman não é nenhum santo. Mas percebe de aviação. Ele ofereceu à TAP aquilo que ela nunca tinha tido – uma estratégia lucrativa. Isso tem um enorme valor. Os 226 milhões não são pêlo do cão. Pelo contrário: são o pêlo e são o cão. Não saíram do bolso de Neeleman – mas saíram da sua cabeça. O seu a seu dono.

Colunista

jmtavares@outlook.com





